



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA GABRIELLA DO ESPÍRITO SANTO

**“MENORES DE RUA, MENINAS DA CASA”: A CASA DE
PASSAGEM E AS MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RECIFE
(1989 - 1999)**

RECIFE/PE

2021

ANA GABRIELLA DO ESPÍRITO SANTO

**“MENORES DE RUA, MENINAS DA CASA”: A CASA DE
PASSAGEM E AS MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RECIFE
(1989 - 1999)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda

Área de Concentração: Política, Instituições e Identidades.

RECIFE/PE

2021



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“MENORES DE RUA, MENINAS DA CASA”: A CASA DE PASSAGEM E AS
MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RECIFE (1989 - 1999)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR:

ANA GABRIELLA DO ESPÍRITO SANTO

APROVADA EM 06/09/ 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof.º Dr. Humberto da Silva Miranda
Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Profª. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento
Examinadora Interna – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Profª. Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Examinadora Externa – Programa de Pós-Graduação em História – UDESC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237 Santo, Ana Gabriella do Espírito
“Menores de rua, meninas da Casa”: a Casa de Passagem e as meninas em situação de rua no Recife (1989 - 1999) /
Ana Gabriella do Espírito Santo. - 2021.
179 f.
- Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,
2021.
1. Casa de Passagem. 2. Meninas em situação de rua. 3. Recife. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Título

CDD 981

*Dedico esta dissertação à minha mainha, Maria Silvânia
à minha avó, Maria do Socorro,
e a todas as Marias que tiveram suas vozes silenciadas na história.*

AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos referendando aquelas a quem eu dediquei esse trabalho. Toda a minha gratidão a minha *mainha*, **Silvânia**, que deu tudo o que podia de si para que eu pudesse estar escrevendo esses agradecimentos hoje. À toda a minha **família**, em nome da minha avó **Socorro** e meu irmão **Miguel**, que me dão forças diariamente para seguir os meus sonhos.

Agradeço ao meu orientador, **Humberto Miranda**, que desde 2015 me acompanha e acredita no meu potencial. Sendo a primeira pessoa a me ensinar a importância da Universidade, foi imprescindível para a construção dessa dissertação acerca de uma temática tão necessária, não só para a Academia, mas para a sociedade. Sendo esse o principal objetivo dessa instituição.

Agradeço a **Alcileide Cabral** e a **Silvia Arend**, que aceitaram estar em minha banca de qualificação e defesa de dissertação. Mulheres e professoras queridas, que me agregaram não apenas nas questões acadêmicas, mas também como mulher, sendo referências de força e luta.

Agradeço a **Escola de Conselhos de Pernambuco** e ao **Laboratório de História das Infâncias do Nordeste – LAHIN**, que estão presentes na minha vida desde o início da minha trajetória de pesquisa, me proporcionando saberes e experiências nas questões das infâncias. Aqui cito **Almir Nascimento**, **Edleuza Pena**, **Emmanoel Rosa** e **Elton Silva**, mas deixo a minha gratidão à todas e todos vocês que fizeram parte da minha caminhada.

Agradeço ao **PGH**, em nome dos professores **Wellington Barbosa** e **Giselda Brito**, que me possibilitaram, desde a graduação, aulas maravilhosas e momentos únicos de aprendizagem. Agradeço também a **Rafael Cipriano**, a quem eu pude recorrer durante esse mestrado e sempre me recebeu com toda a atenção e cuidado.

Agradeço a **Ellen Santos** e **Mário Emmanuel**, amigos para além da universidade. Ellen foi o meu maior presente da *ruralinda*. Mário, uma das melhores surpresas. À vocês eu deixo toda a minha gratidão por sempre estarem ao meu lado, me apoiando, me incentivando e me ensinando com empatia e muito amor.

Agradeço a **Bárbara Nascimento** e **Rafael Braga**, meus amigos e padrinhos, a quem eu devo tantos momentos de risadas, conversas e companheirismo. Bárbara, a você eu direciono toda a minha gratidão por todos esses anos em minha vida. Obrigada por estarem sempre comigo, inclusive quando estou ausente com vocês.

Agradeço aos meus companheiros de universidade, seja na graduação ou no mestrado. Cito aqui **Débora Santos**, **Matheus Moraes**, **Pedro Lopes** e **Anderson Justino**. Obrigada por compartilharem comigo os sorrisos e os choros dessa caminhada tão árdua.

Agradeço a **Casa de passagem**, sujeita dessa dissertação. Cito aqui **Cristina Mendonça**, que recebeu tão bem a mim, a meu orientador Humberto e ao meu trabalho na instituição, trazendo contribuições fundamentais para a construção desse trabalho e para as minhas leituras de mundo.

Por fim, agradeço ao meu melhor amigo, parceiro e companheiro de vida, **João Victor Braga**. Você sempre esteve ao meu lado me dando forças, cuidando de mim nos momentos difíceis e dividindo comigo todas as alegrias. Obrigada por estar aqui! A você eu também dedico esse trabalho.

*Desigualdade social...
Um morava na Rua do Meio.
O outro no meio da rua.*

Jessier Quirino

RESUMO

Esta dissertação objetiva historicizar a trajetória do Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem (CBCA), organização não-governamental que atuou no atendimento a meninas em situação de abandono, assim como analisar as experiências que levaram essas crianças e adolescentes a buscarem as ruas como uma alternativa de liberdade, além de serem atendidas pela instituição. De acordo com o seu estatuto, a organização é uma instituição civil sem fins lucrativos, localizada na cidade do Recife, Pernambuco, tendo como objetivo atender a meninas em situação de rua, violência doméstica e sexual. O Ano Internacional da Criança, 1979, contribuiu para difundir as problemáticas referentes às crianças e adolescentes no país, propiciando um cenário em que as denúncias de criminalidade e negação de direitos ganhassem uma maior conotação política e mobilização social. Quando se faz um recorte a crianças e adolescentes em situação de rua, sobretudo as meninas em Recife no período de 1989-1999, pode-se perceber que essas problemáticas se tornam ainda mais intensas. A metodologia do trabalho se deu, de início, em uma revisão historiográfica nos campos infância e gênero, especialmente em história das meninas. Houve uma análise de dados acerca da cidade no recorte temporal trabalhado, a fim de compreender que Recife era esse em que se encontrava a Casa de Passagem. Para além, buscamos entender quem eram essas meninas atendidas pela instituição e como esta realizava seu atendimento. Por fim, foram analisadas as falas da organização sobre si, assim como sobre as crianças e adolescentes que passaram por lá, através de documentos produzidos pela própria Casa. Esse trabalho possibilitou compreender quem eram essas meninas em situação de rua e o que as motivaram buscar as ruas do Recife, assim como entender a história e atuação da Casa de Passagem na busca pela garantia dos direitos dessas meninas através das suas práticas educativas. Também oportunizou entender como a instituição proporcionou com que as elas tivessem uma perspectiva de futuro para si, fosse ele educacional, profissional ou familiar, através de suas ações diárias.

Palavras-Chave: Casa de Passagem. Meninas em situação de rua. Recife.

ABSTRACT

This dissertation aims to historicize the trajectory of the Brazilian Center for Children and Adolescents – Casa de Passagem (CBCA), a non-governmental organization that worked in the care of abandoned girls, as well as analyzing the experiences that led these children and adolescents to seek care. the streets as an alternative to freedom, in addition to being attended to by the institution. According to its statute, the organization is a non-profit civil institution, located in the city of Recife, Pernambuco, with the objective of assisting girls living on the streets, domestic and sexual violence. The International Year of the Child, 1979, contributed to the dissemination of issues relating to children and adolescents in the country, providing a scenario in which denunciations of criminality and denial of rights gained greater political connotation and social mobilization. When a focus is made on street children and adolescents, especially girls in Recife in the period 1989-1999, it can be seen that these problems become even more intense. The work's methodology was initially based on a historiographical review in the fields of childhood and gender, especially in the history of girls. There was an analysis of data about the city in the time frame worked, in order to understand that Recife was the one where the Casa de Passagem was located. In addition, we sought to understand who these girls cared for by the institution were and how the institution provided them. Finally, the organization's statements about itself were analyzed, as well as about the children and teenagers who passed through there, through documents produced by the House itself. This work made it possible to understand who these street girls were and what motivated them to seek the streets of Recife, as well as to understand the history and performance of Casa de Passagem in the search for guaranteeing the rights of these girls through its educational practices. It also provided an opportunity to understand how the institution provided them with a perspective of the future for themselves, whether educational, professional or family, through their daily actions.

Keywords: Casa de Passagem. Girls in a situation of street. Recife.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente por RPA no Recife em 1991. _____66

Tabela 2: Acesso a bens e serviços básicos na RPA Centro (1) em 1991. _____69

Tabela 3: Rendimento de mulheres responsáveis pelo domicílio no Recife em 1991. __73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das RPAs_____	44
Figura 2: Plano de urbanização da Ilha de Joana Bezerra_____	62
Figura 3: Mapa dos bairros da RPA 1_____	65
Figura 4: Meninas podem sobreviver nas ruas_____	93
Figura 5: Pesquisa Febem/PE _____	108
Figura 6: Nova política da Funabem vai acabar com internatos _____	132
Figura 7: Diretoria renuncia e abre crise da Funabem_____	133
Figura 8: Menor já tem onde fazer denúncias_____	134
Figura 9: Organização da Casa de Passagem em seus primeiros anos_____	135
Figura 10: Quem não as meninas que estão nas ruas?_____	141
Figura 11: Menor-Mulher – Quem é esta menina adolescente?_____	142
Figura 12: Assepsia_____	147
Figura 13: Trecho do livro SOS Meninas_____	148
Figura 14: A pousada das esquecidas_____	159
Figura 15: Meninas vêm em encontro como podem sair das ruas_____	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de pobreza por RPA em 1991_____	68
Gráfico 2: Média de rendimento mensal no Recife em 1990-1991_____	70
Gráfico 3: Rendimento de até 1 salário-mínimo no Recife em 1990-1991_____	71
Gráfico 4: Proporção de responsáveis do domicílio por gênero no Recife em 1990-1991_____	72
Gráfico 5: Mortalidade infantil no Recife em 1990-1991_____	73
Gráfico 6: Escolarização dos responsáveis pelo domicílio na RPA 1 em 1991_____	75
Gráfico 7: Analfabetismo entre crianças na RPA1 do Recife em 1990-1991_____	76
Gráfico 8: Analfabetismo entre adolescentes de 15 a 17 anos na RPA1 do Recife em 1990-1991 _____	77
Gráfico 9: Adolescentes grávidas no Recife entre 1990-2000_____	78

LISTA DE SIGLAS

AMI: Adolescentes Multiplicadores de Informações

CAP: Centro de Atendimento Provisório – FEBEM/PE

CBCA: Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CUT: Central Única dos Trabalhadores

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM: Fundação do Bem-Estar do Menor

FJP: Fundação João Pinheiro

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDAC: Fundação da Criança e do Adolescente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IST: Infecção Sexualmente Transmissíveis

LAHIN: Laboratório de História das Infâncias do Nordeste

MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MST: Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONG: Organização Não-Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PFL: Partido da Frente Liberal

PF/PE: Polícia Federal de Pernambuco

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNBEM: Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREZEIS: Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

RPA: Região Político-Administrativa

SAM: Serviço de Assistência a Menores

SGDCA: Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

URB: Urbanização do Recife

ZEIS: Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
As meninas na historiografia: diálogos entre Infâncias e História das Mulheres	20
Caminhos metodológicos para a construção do trabalho.....	34
CAPÍTULO I	41
Recife e os vestígios das desigualdades: as meninas na “Veneza brasileira”	41
Uma historiografia do Recife: desigualdades no século XX	45
Recife: “capital” da desigualdade, cenário de contradições	64
As meninas na dinâmica social das ruas: a busca pela liberdade e a circularidade de violações	80
CAPÍTULO II.....	92
Das ruas à Casa: uma trajetória de meninas em busca de liberdade.....	92
O papel da família na vida das meninas	93
A institucionalização das meninas como lugar de violação	102
Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais no Brasil	111
Ana Vasconcelos e a Casa de Passagem: uma trajetória de atendimento às meninas em situação de violação de direitos	117
CAPÍTULO III	126
Quando a Casa fala de si: produção de discursos sobre cotidianos da “passagem”	126
De onde a Casa fala?.....	131
O que a Casa pensa e fala sobre si?	140
Entre práticas discursivas e sociais	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
FONTES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

INTRODUÇÃO

Em 2013 eu realizava um trabalho, junto a uma instituição religiosa, com pessoas em situação de rua no centro do Recife. Por quase um ano, toda sexta-feira à noite eu tinha novas experiências com as pessoas que eu encontrava. Me parecia que a conversa era sempre o que elas mais gostavam daquele momento e através desses diálogos pude conhecer várias histórias, ora iguais, ora diferentes, mas todas relatando o que as levava até aquele local.

Em uma dessas noites eu conheci uma adolescente que, se não me falhe a memória, tinha seus 16 anos. Não recordo seu nome, mas conversando comigo ela me contou que sofreu violência sexual do padrasto diversas vezes até que engravidou dele. Disse que contava a mãe o que acontecia, mas ela dizia que era mentira e não fazia nada a respeito. Quando a menina engravidou, a mãe a expulsou de casa e desde então ela vivia nas ruas do centro da cidade. Depois dela me contar essa história, fui abraçá-la e sua reação foi me empurrar. Questionou o porquê deu fazer isso e logo em seguida disse, “mas aqui ninguém nunca me abraçou”. Eu nunca esqueci disso.

Realizando esse trabalho refleti sobre algumas questões. A primeira delas é que percebi o quanto essas pessoas em situação de rua eram invisibilizadas, inclusive por mim. Eu não tinha conhecimento de quantas pessoas viviam nessa situação até sair às noites pelas ruas do centro. Depois, então, comecei a enxergá-las. A segunda coisa que eu aprendi é como as mulheres sofrem nesses espaços. Ouvi vários relatos de violações e abusos direcionados a elas. E por fim, também me chamou a atenção o número de crianças e adolescentes que viviam pelas ruas da cidade.

Dois anos depois, em 2015, pude conhecer o professor Humberto Miranda quando cursei uma disciplina de Educação, ministrada por ele, na graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Humberto carrega em si a luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e logo nos primeiros dias de aula nos apresentou o trabalho realizado pela Escola de Conselhos de Pernambuco, da qual ele é o coordenador institucional, que trabalha com a formação

continuada de Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, assim como dos grupos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente¹.

O trabalho realizado por ele, tanto na esfera institucional, como na historiográfica chamou minha atenção e despertou um interesse maior pela temática. Meses depois, após algumas conversas, decidimos começar um projeto juntos sob a orientação dele. Pensando nas inúmeras possibilidades de temas dentro da História das Infâncias, visto que ainda é um campo a ser explorado, sugeri trabalhar com meninas em situação de rua no Recife e ele imediatamente acolheu a sugestão e concordou com o enfoque.

O historiador Michael de Certeau, em sua obra *A Escrita da História*, afirma que a escrita parte de um lugar social. Para o autor, é esse lugar que irá definir o tema, a escolha das fontes e até a metodologia a ser desenvolvida na pesquisa. Certeau possibilita refletir sobre o lugar social a partir da escrita desse trabalho. Segundo o autor:

Toda pesquisa historiográfica se articula como um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauramos métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.²

Enquanto sujeita, estou inserida em diferentes categorias que caracterizam o meu lugar social. Aqui, destaco a categoria de gênero, pois, como mulher, quis me debruçar sobre outras mulheres, nesse caso, as meninas. Todavia, é imprescindível evidenciar os meus privilégios ao realizar esse trabalho, enquanto branca, pertencente a uma classe média e estudante de uma universidade pública. Todas essas características, somadas a outras, me possibilitaram estar aqui hoje historicizando a experiência de meninas e a trajetória da Casa de Passagem.

Iniciar esse trabalho me fez lembrar da adolescente grávida que eu conheci, me fez perceber que essa pesquisa poderia, um dia, possibilitar com que as(os) leitoras(es) compreendessem a importância da promoção e garantia dos direitos de crianças e

¹O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), segundo a Resolução Nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), constitui-se na articulação e integração entre o Estado, família e sociedade civil na promoção e efetivação da garantia dos direitos das crianças e adolescentes previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

² CERTEAU, Michael de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 66.

adolescentes para que o que aconteceu com aquela menina não acontecesse com mais nenhuma outra. A universidade, enquanto instituição pública, tem o dever de retornar à população toda a sua produção e conhecimento, a fim de que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Para além das experiências dessas meninas, também me debruço sobre a atuação do Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem, organização não governamental, que trabalhou desde 1989 até 2020³ com meninas em situação de rua, de violência sexual e doméstica. A instituição foi uma das primeiras no Brasil a direcionar seu trabalho a esse público, sendo sensível na percepção das particularidades dessas sujeitas que as levam a sofrer violações.

Já se passaram cinco anos desde o início do meu trabalho, e junto com o tempo me veio a certeza de que compreender a história de meninas em situação de rua e das organizações que as atendem se faz imprescindível, pois está inserido dentro da luta pela garantia dos direitos à infância e à adolescência que vem sofrendo tantos retrocessos diante dos governos conservadores brasileiros.

Outra relevância desse trabalho é que, diante de uma historiografia que tem um longo caminho a ser explorado acerca das infâncias e adolescências, quando se faz o recorte de gênero esse caminho se alonga ainda mais, visto que, grande parte das produções se debruçam sob a temática de uma forma mais generalista, não se atentando às singularidades de ser menina. Enquanto mulher, pesquisadora e eterna estudante de História, me sinto no dever de discutir e apresentar à sociedade essas particularidades para que essas desigualdades se tornem cada vez menos presente.

O presente trabalho se propõe a analisar e historicizar a atuação da Casa de Passagem no atendimento às meninas na cidade do Recife, durante a década de 1990. Esse recorte temporal foi escolhido por se referir ao trabalho realizado durante a primeira década de funcionamento da instituição, proporcionando refletir sobre os seus planejamentos iniciais e se eles vieram a ser consolidados. Nos debruçaremos, não só na trajetória da instituição, mas também nas experiências vividas pelas sujeitas que lá passaram.

³ Não obtive informações seguras sobre as motivações do fechamento da Casa de Passagem.

Pensar também no recorte temporal da escrita desse trabalho se faz necessário, pois nos anos de 2020 e 2021 vivenciamos uma pandemia de Covid-19 que afetou a todos nós de diferentes formas. Instituições foram fechadas, pessoas ficaram isoladas, mudanças que impactaram as nossas vidas pessoais, profissionais e acadêmicas. Não poder ir mais ao Arquivo Público de Pernambuco, à Casa de Passagem, são exemplos de como esse momento histórico também se faz presente na escrita diante dos novos desafios que precisamos enfrentar. Todavia, foi na resiliência que este trabalho foi sendo construído e hoje poderá ser entregue à sociedade.

As meninas na historiografia: diálogos entre Infâncias e História das Mulheres

A busca pela compreensão da infância através da perspectiva histórica é um caminho que vem sendo trilhado desde a década de 1960 a partir da obra *História Social da Criança e da Família*⁴, de Philippe Ariès. Por muitas vezes esse percurso é feito através do diálogo com outros campos do conhecimento como a Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e a Sociologia. Esta última trouxe aos cenários de discussão a problematização da singularidade da infância, enfatizando o debate sobre as diferentes infâncias existentes nas sociedades.

Pensar em infâncias é compreender que cada criança tem sua própria experiência do viver, é ter essa vivência como ponto de partida para entender sua história a partir de um olhar não mais universalizante e adultocêntrico. A História Social proporciona que, através das experiências, se analise os processos históricos de modo que as próprias crianças e adolescentes sejam sujeitas ativas. Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado. É possível definir certas atividades humanas como econômicas, pelo menos para fins analíticos, e depois estudá-las historicamente. Embora isso possa ser (exceto para certos propósitos definíveis) artificial ou irreal, não é impraticável. Quase do mesmo modo, embora em um nível teórico mais baixo, a velha modalidade de história das ideias, que isolava as ideias escritas de seu contexto humano e acompanhava sua adoção de um escritor para outro, também é possível, desde que se queira fazer esse tipo de coisa. Mas os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos

⁴ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas ideias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. E assim por diante.⁵

O presente trabalho dialoga com Hobsbawm ao se firmar em uma história não totalizante, compreendendo que a trajetória da Casa de Passagem e das meninas não podem ser analisadas de forma isolada, mas sim a partir do contexto sociocultural na qual elas estão inseridas. Sujeitas modificantes de sua realidade, são protagonistas da sua história, à vista disso, essa dissertação se distancia de uma historiografia positivista e de seu objetivo de construir uma verdade absoluta, através de fontes oficiais sob o olhar do Estado. Afirmar que não há uma verdade e que esse trabalho não objetiva contá-la, e sim construir uma narrativa histórica que não se finda com ele, se faz imprescindível ao compreender que novos trabalhos virão com novas perspectivas e olhares acerca dessa temática.

A produção historiográfica sobre as infâncias vem crescendo e se diversificando a cada debate, tendo esses sujeitos como protagonistas. Todavia, mesmo abordando as particularidades, uma delas ainda é pouco trazida à discussão: o *ser menina*. Quase sempre elas estão inseridas no mesmo espectro de análise de *crianças e adolescentes*, pondo como um grupo homogêneo e, de certa forma, universalizante, não tendo sua vivência problematizada diante das relações de gênero que incidem sobre os corpos e as sociabilidades construídas.

Entretanto, a ausência das meninas não se dá só na História das Infâncias; na História das Mulheres elas ainda permanecem invisibilizadas. Esse campo do conhecimento, assim como o das Infâncias, também dialoga com outras áreas do saber, e aqui trago a obra *O Segundo Sexo*⁶, da filósofa Simone de Beauvoir, para ilustrar esse diálogo.

O Segundo Sexo foi publicado originalmente em 1949, na França, e até hoje é considerado um marco para o Movimento Feminista e para a História das Mulheres, visto que a autora se debruçou na análise da condição de ser mulher na sociedade. A obra é dividida em dois volumes: Fatos e Mitos, e A experiência vivida, mas é no segundo que

⁵ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de bolso, 1997. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-sobre-historia-eric-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 23 abr 2020. p. 72.

⁶ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V. 2. São Paulo: Difusão Europeia, 1949.

Simone de Beauvoir se debruça sobre a condição de ser menina. Ela acreditava que a diferença entre os sexos não se dava de forma natural e sim cultural, a partir disso afirmava que ninguém nasce mulher, se torna uma. Segundo a autora:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico e econômico define a forma fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo.⁷

A autora explana em seu trabalho como a menina, desde seu nascimento, é criada para o que a estrutura social espera de uma pessoa do sexo feminino, o que evidencia que há um projeto de sociedade em que os papéis a serem desempenhados pelos indivíduos, partem de maneira sincrônica ao sexo biológico e as identidades de gênero construídas. Ela perpassa pela infância, aborda a mocidade e a iniciação sexual. Explica como essa sujeita é ensinada a se encaixar em padrões de beleza, a crescer para ser uma boa esposa e mãe, e quais comportamentos ela deve ter – ou não.

Essa obra é imprescindível para a História das Mulheres e aqui também se faz relevante, visto que pode dialogar com a História das Infâncias por proporcionar a análise da dupla condição que essas sujeitas carregam: a de ser criança e menina. Destarte, metodologicamente o presente trabalho dialogará com outras áreas de produção do conhecimento, no intuito de pluralizar as vozes e as perspectivas trazidas, visando uma historiografia não excludente e que proporcione tornar visível as condições e especificidades que o *ser menina* carrega.

A historiadora Maria Luíza Marcílio⁸ historiciza o abandono de crianças e as instituições que passaram a acolhê-las, perpassando pelas três fases que caracterizam o assistencialismo infantil: a caritativa, que foi do período colonial à meados do século XIX, a filantrópica, do final do século XIX à meados do século XX, e bem-estar social, que teve início após os anos 1960 até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

⁷**Ibidem.** p. 8.

⁸MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

A historiadora Alcileide Cabral do Nascimento dialoga com Marcílio quando analisa a fase caritativa. Esta estava ligada ao campo religioso, em que as crianças abandonadas poderiam ser recolhidas pelo poder público e serem encaminhadas para uma instituição de caridade. Poderiam ser adotadas por uma pessoa caridosa como filho ou filha de criação, como também serem encaminhadas para as Casas dos Expostos.

Nascimento realizou um trabalho sobre as crianças enjeitadas entre os períodos colonial e imperial do Brasil, nele ela analisa as intervenções do Estado nos abandonos indiscriminados de crianças e nas práticas infanticidas, assim como investiga como e por que essas crianças vieram a se tornar um problema social⁹. Era comum na época a prática de abandonar ou matar crianças, em que sua chegada representaria as “fraquezas da carne”, tidas como “fruto proibido”, como também o desespero de não ter condições de sustentá-las. Segundo a autora:

Moralistas e letrados diziam da necessidade de se proteger a honra de moças de famílias honestas, de homens que caíram na tentação da carne. Era preciso salvaguardar a honra de muita gente, sem que para isso se tivesse que eliminar a “prova do crime”, dar fim à criança.¹⁰

Era preciso manter em sigilo as crianças nascidas de relacionamentos proibidos, sejam eles por adultério ou relações antes do casamento. A honra da mulher honesta, assim como a do homem, era uma virtude do qual teria a proteção para não se macular. Em outros casos, muitas famílias não tinham condições de criar uma criança, devido as condições sociais advindas do descaso da sociedade e do Estado para com os povos tidos como populares. Em ambas as situações, a criança precisava ser destinada a algum caminho, senão lhe sobraria a morte.

Nesse cenário, surgiram as Casas dos Expostos para acolher esses desafortunados. Nesses espaços foram instaladas rodas de madeira, de formato cilíndrico e se dividia em dois compartimentos, nela os bebês poderiam ser depositados e sinos tocavam para avisar

⁹NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Recife: O Autor, 2006.; Idem. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.185-198.

¹⁰ Idem. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.187.

da chegada de mais um pequeno. Segundo Nascimento, mulheres doentes, viúvas, “loucas” ou presas também tinha seus filhos e filhas levados à Roda.

Quando as crianças começaram a ser deixadas no equipamento, evitava-se a morte selvagem de recém-nascidos e dava-se uma alternativa “civilizada” à exposição dos bebês em perigo, o que, com o passar dos anos e apesar de alguns recuos, levou à diminuição das práticas infanticidas. Ao mesmo tempo em que se preservava a identidade dos genitores ao garantir-lhes o anonimato, tolerava-se o abandono ao interditar a história da ascendência da criança cujos pais não quisessem ser reconhecidos, e obstruía-se qualquer caminho que indicasse sua origem.¹¹

As crianças levadas às Casas dos Expostos poderiam lá permanecer até completarem sete anos de idade. Todavia, nem sempre o Estado se preocupou com o futuro das meninas que viviam nas instituições de acolhimento: o que aconteceria com a menina que completasse a idade máxima permitida e ainda vivesse na Casa? Essa é uma problematização feita por Rose Brito em seu trabalho.

Brito¹² afirma que duas medidas foram adotadas para a saída dessas meninas das instituições: o trabalho doméstico e a educação para as prendas do lar. Havia o medo de que essas meninas se tornassem mulheres vadias ou entrassem na prostituição, se não tivessem educação e trabalho que possibilitassem ela a seguirem o padrão vigente.

[...] Tal foi à preocupação estatal que se encontra nos relatórios dos presidentes de província de Pernambuco, quando relatavam a necessidade de se criar um lugar próprio para essas jovens a fim de que recebessem ensino adequado para ingressar na vida adulta de maneira a legitimar a família e os costumes socialmente aceitos, restando claro o fito de que tais estabelecimentos tinham no sentido de engajar as meninas e moças na sociedade, a fim de dar-lhes um destino e de aliviar o ônus de sua criação para os cofres públicos.¹³

A saída das meninas das Casas era vista, então, por duas perspectivas: ingressá-las na sociedade como moças honestas e diminuir os gastos que o Estado mantinha com elas nas instituições. Todavia, segundo Brito, engajá-las na sociedade através do trabalho não era tão simples, visto que as famílias abastadas não queriam contratá-las para o

¹¹ Idem. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Recife: O Autor, 2006. p. 111.

¹² BRITO, Rose Kelly Correia de. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.199-212.

¹³ **Ibidem**. p. 201.

serviço doméstico por um salário, pois era comum a utilização de escravos e escravas para estas atividades.

Nesse contexto, em 1847 foram criados os Colégios das Órfãs – assim como os Colégios dos Órfãos para os meninos, com finalidade de preparar as meninas para serem boas mães e esposas, assim como instruí-las para os afazeres domésticos, através do ensino da “moral cristã, com a valorização da honestidade, do comportamento modesto e do recato, considerado então, as características fundamentais às mulheres virtuosas”¹⁴. Segundo a autora, no Colégio Ihes eram ensinados: leitura, caligrafia, gramática, aritmética, doutrina cristã, história sagrada, história do Brasil, assim como bordado, tapeçaria de lã, o trabalho com flores e os trabalhos domésticos.

Preparar e enviar as meninas para o trabalho doméstico em casas de família tidas como idôneas se tornava cada vez mais benéfico para a instituição, pois o número de meninas abandonadas entre oito e trezes anos de idade aumentara e os custos da Casa acompanhava esse crescimento. Diante disso, meninas que completassem sete anos de idade e não permanecessem com suas amas, deveriam ser enviadas ao Juizado de Órfãos para que este as encaminhasse para o engajamento¹⁵ a fim de evitar a vadiagem. Temor esse que legitimará ações e práticas excludentes no decorrer do século XX, o que se evidencia na construção da problemática que será intitulada “problema do menor”.

A questão racial se evidenciava nesses espaços quando se tinham uma predileção para com as meninas brancas, pois, segundo Brito, estas poderiam permanecer na Casa dos Expostos ou no Colégio de Órfãs exercendo a função de “mestras do colégio” ou confeccionando objetos para a utilização na instituição, como roupas. Elas também poderiam casar-se com o pretendente que escolhessem, ao contrário das meninas negras que só poderiam se casar com enjeitados de sua mesma cor, assim como tinham que sair da instituição quando completassem a idade ou tarefa dadas a elas. Essa segregação reforça a higienização social legitimadas não apenas por parte da população, mas também por instituições, fossem elas governamentais ou não.

Outra questão imprescindível para essa discussão, era o risco que essas meninas corriam ao saírem das instituições às casas das famílias para a realização do trabalho,

¹⁴ **Ibidem.** p. 202.

¹⁵ Segundo Rose Brito, engajamento era comumente compreendido como o trabalho doméstico em casas de “famílias idôneas”.

visto que a prática escravista era institucionalizada e permitida neste momento. Elas estavam sujeitas a sofrerem diferentes violências, entre elas o chamado, “atentado ao pudor e a honra”¹⁶.

Adentrando no debate sobre a questão da “honra” dessas meninas e moças, o trabalho da historiadora Maria Emília Vasconcelos¹⁷ se debruça no cotidiano e nos usos da justiça pelas meninas que sofriam crimes sexuais no período do Brasil Império. Assim como no trabalho das autoras citadas anteriormente, Vasconcelos se preocupa em reafirmar a preocupação que se tinha com a honra, o pudor e o recato dessas moças e suas famílias. Ela afirma que após a notícia dos casos, alguns eram destinados à polícia e lá, durante as investigações, eram realizados levantamentos sobre o cotidiano das jovens a fim de analisar se seu comportamento era honesto ou de devassidão, isso poderia agravar ou não a pena dos agressores.

Todavia, compreendia-se que as mulheres adultas, ou seja, com mais de dezessete anos, por já serem maduras saberiam se defender de qualquer abuso sexual direcionado a elas. De todo modo, independente da sua idade, seria investigado e deveria comprovar a violência sofrida, assim como se elas eram ou não incapazes de se proteger, se estavam conscientes ou não, e no caso de comprovação da sua lucidez, seria quase certo de que fossem tidas como desonestas. Segundo Vasconcelos:

O conceito de mulher honesta compreendia a forma de se comportar socialmente aceito para o gênero, o tipo de trabalho e os lugares que frequentava. E todos esses elementos eram muito importantes, para medir a intensidade da pena aplicada aos homens acusados de estupro. A pena de estupro, portanto, variava de acordo com um fator bem subjetivo – a honestidade da mulher -, ou seja, dependia do perfil da vítima.¹⁸

Vemos que o comportamento social que a menina detinha interferia no andamento do processo contra o agressor. Todavia, ele não era um pré-requisito para ser considerado crime de estupro ou não, mas influenciava no grau da penalização do condenado. Segundo a autora, o encaminhamento do crime de estupro era diferenciado dos outros crimes

¹⁶ BRITO, Rose Kelly Correia de. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.199-212. p. 208.

¹⁷VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco imperial (1860-1888). In: MIRANDA, Humberto da Silva; VASCONCELOS, Maria Emília (orgs.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 85-98.

¹⁸*Ibidem*. p. 86.

sexuais. O primeiro ponto é a comprovação da existência do crime, ou seja, provar se de fato a moça era vítima ou intencionada. Outra questão seria o depoimento das testemunhas, em que só poderiam opinar ou falar de algo que ouviu de alguém, visto que os crimes eram cometidos longe dos olhos das pessoas. E por fim, o exame do corpo de delito, que para além de ser a principal prova contra o acusado, ele também era tipo como o apontador da virgindade ou não da donzela.

O defloramento¹⁹ era outro agravante nos casos, visto que ele interferia diretamente na honra da menina e da sua família, e como a noção de honra estava estritamente ligada à opinião pública, poderia modificar o cotidiano e o status de uma família tida como idônea. Para argumentar a existência desse ato, procurava-se trazer às falas a sedução do homem e as promessas de casamento, assim como abordar as dores e sangramentos causados pelo acusado durante a execução do estupro. Sobre isso, diz Vasconcelos:

Neste tipo de representação, as mulheres sempre apareciam apresentadas como submissas, como vítimas da superioridade emocional e intelectual dos homens. Portanto, além dos profissionais das leis, os responsáveis pelas vítimas ou elas mesmas, valiam-se também dessa estratégia discursiva para obter sucesso nas suas demandas.²⁰

Ser menina era muitas vezes ter que recorrer às atribuições e naturalizações dadas ao biológico feminino, para comprovar um crime cometido contra ela. O contrário a esse lugar social imposto poderia era encontrado nos argumentos dos acusados, alegando o consentimento da moça e, nos casos dos namorados, que mesmo ele afirmando que não iria casar-se, ela o quis. As meninas eram apresentadas por sua defesa como “moça”, “menina” e “moça honesta”, visto que esses termos referendava as qualidades reservadas a elas, como ingenuidade e honestidade. Já nas falas dos acusados apareciam como “mulher”, “menina perdida” ou até “prostituta”, indo de encontro a todo esse estereótipo configurado a elas.

Vasconcelos traça um perfil para as meninas que apareciam nos processos de crimes sexuais entre 1860 e 1888: tinham, em sua maioria, entre 14 e 17 anos de idade,

¹⁹ Segundo Maria Emília Vasconcelos, o Código Criminal do Império concebia o defloramento como a prática do desvirginamento de uma moça honesta por violência ou por sedução.

²⁰ VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco imperial (1860-1888). In: MIRANDA, Humberto da Silva; VASCONCELOS, Maria Emília (orgs.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 90.

eram brancas ou pardas, viviam em mocambos, casebres ou sobrados, caminhavam diariamente pelas ruas e frequentavam tavernas. Elas eram, em quantidade significativa, de camadas populares e trabalhavam com afazeres domésticos.²¹

O trabalho de Vasconcelos dialoga com o da historiadora Martha de Abreu Esteves, pois ela debate sobre as meninas perdidas²² abordando as questões de moralidade social e honestidade institucionalizadas e adotadas pela sociedade. Esteves afirma que, embora a idade definisse a menoridade das meninas, o que lhe garantia o direito a proteção e o reconhecimento da existência de uma fase precedente a fase adulta, por outro lado, o defloramento já as enquadrava na condição de perdidas.

A partir do final do século XIX, estabeleceu-se uma política jurídica e médica direcionada ao controle dos cidadãos e cidadãs a fim de formar trabalhadores moral e sexualmente sadios, visto que já havia uma transição do trabalho escravo para o livre. Uma higienização social estava presente nos discursos das instituições, visando a construção e manutenção de uma vida familiar saudável. Todavia, para muitas autoridades, esta tarefa não era considerada fácil, pois elas alegavam que as camadas populares, particularmente os negros e negras, possuíam alguns “vícios da pobreza” como “propensão à doença, a falta de hábitos de poupança, a tendência à ociosidade, a não preocupação com a educação dos filhos e, por extensão, a não valorização dos laços de família, do casamento e da honra feminina”²³.

Como o crime de defloramento era visto como uma grande ameaça a honra feminina, os processos direcionados a este ato eram utilizados como ferramenta disciplinatória do comportamento social, tendo como principal instrumento o código penal republicano de 1890. Para isso, a moça que desejasse ser vista como uma ofendida²⁴ deveria provar a sua honestidade diante da justiça e da sociedade, e para isso teria seu cotidiano e comportamento investigado. Segundo Esteves:

Em termos mais objetivos, seriam avaliadas certas condições de honestidade, obviamente dentro dos parâmetros construídos por juristas, médicos e políticos: saía pouco acompanhada? Que lugares frequentava? Tinha uma família completa e ciente de suas obrigações em relação à vigilância? Residia

²¹**Ibidem.**

²² Segundo Martha Abreu, esta expressão aparece em processos de crimes para caracterizar meninas desvirginadas e abandonadas.

²³ ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 291.

²⁴ Expressão utilizada para a menina que tivesse a sua honra violada.

em algum local de respeito? O acusado era um namorado antigo? Tomava decisões impulsivas ou refletia em seus atos? Era uma moça comedida?²⁵

Vemos que a noção de virgindade ia para além das questões físicas da menina e que dificilmente as moças das camadas mais pobres se enquadrariam positivamente em todos esses questionamentos, visto que sua rotina de trabalho proporcionava a elas frequentar locais diversificados e se relacionar com diferentes pessoas. Somado a isso, as meninas pobres tinham outra concepção de moralidade, à exemplo, a concepção do controle sexual, dado que sua família não poderia estar em constante vigilância devido a rotina de trabalho. Ou seja, apesar de sua idade, elas tinham uma possibilidade de escolha e de movimento.

Em relação a essas famílias populares, quase sempre eram configuradas por mães sozinhas, sejam solteiras, separadas ou viúvas, acompanhadas das filhas – e filhos – que também trabalhavam, geralmente em afazeres domésticos, para ajudar no sustento da casa. Todavia, Esteves afirma que embora a família se configurasse dessa forma, ela não era nuclear, construindo assim uma rede de apoio entre os familiares e vizinhos e que isso era fundamental para a sobrevivência.

Outra questão relevante que a autora traz em seu trabalho é que parte dessas meninas escolhiam viver em amasiamento²⁶ ao invés do casamento, mesmo grávidas. Afirmavam o envolvimento amoroso para justificar as relações sexuais e poderiam utilizar a “perda da virgindade” como estratégia para conseguir a permissão para casar-se com o namorado escolhido por elas. Mas um ponto que caracteriza a diferente forma de compreender a moralidade é que, em alguns casos, elas relatavam as suas ações de forma naturalizada, como se isso não as fosse as caracterizar como prostitutas.

A partir da década de 1920, os juristas deixaram de compreender a sedução como condição fundamental para o defloramento; somam às promessas de casamento as carícias, palavras ditas, insinuações, colocando então as meninas em outro lugar: de sedutoras à seduzidas, utilizando o argumento de inocência e inexperiência da moça, levando-a a cair nos “jogos da paixão”. Como marco desta mudança, Esteves apresenta o

²⁵ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.p. 293.

²⁶ Termo utilizado para caracterizar um casal que vive junto sem estar casado numa instituição religiosa.

código criminal de 1940, onde ele substituiu o crime de defloração por sedução e define uma nova idade da inexperiência – menoridade – para as jovens entre 14 e 18 anos.

Essas meninas passaram a ver a perda da virgindade como um caminho emancipatório, visto que, uma vez seu caso indo à público, sua família teria que aceitar seu relacionamento proibido. Somado a isso, elas poderiam se libertar do controle social e da disciplinarização de seus corpos como manutenção de um comportamento voltado a defesa de uma honra imposta a elas. Isso evidencia que muitas vezes as moças optavam pela sua “independência” diante da seguridade advinda da proteção que poderiam ter resguardado a sua honradez.

Para pensar nas experiências de ser menina no Brasil contemporâneo, o trabalho da historiadora Silvia Arend²⁷ se faz imprescindível, pois tem como objetivo historicizar a trajetória dessas experiências nos séculos XX e XXI. No século XX, uma nova concepção de infância vinha sendo construída na sociedade e, de acordo com ela, pessoas entre 0 e 18 anos passariam a ser reconhecidas como “seres em formação”, seja no âmbito físico ou psicológico. Essa determinação seria acompanhada de modificações nos cuidados com elas nos campos privado e público, sendo a Infância considerada fase fundamental para os processos de sociabilidade e formação do ser adulto.

A medicina não só acompanhou essa transição como também foi modificadora dela. Os médicos passaram a criticar a reprodução como única finalidade do casamento, para além disso, diante do alto índice de mortalidade de mulheres mães, passou a divulgar que a idade mínima ideal para as núpcias seria os 20 anos, dado que agora o corpo da mulher estaria maduro para gestar um filho.

Manuais de educação infantil foram criados e neles a modificação da sociabilidade das crianças fica evidente, como os aconselhamentos às brincadeiras para meninas, visto que teriam que ser atividades que não colocassem em risco o seu corpo. Logo, brincadeiras como subir em árvore, nadar em rios, esconde-esconde seriam desaconselhadas às meninas com mais de seis anos. Para elas agora restaria brincar com bonecas e panelinhas, e para os meninos bolas e carrinhos, reforçando as divisões dos papéis sociais destinados aos gêneros. Segundo Arend:

²⁷ AREND, Silvia Maria Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

Em meados do século XX, enquanto os meninos saíam para brincar com maior liberdade nas vias públicas, nas famílias dos setores médios da sociedade, as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves, tais como secar louça, tirar o pó dos móveis, passar roupa, bem como cuidar dos irmãos e irmãs mais jovens. A divisão sexual do trabalho começava desde cedo e permaneceria na fase adulta. Havia, inclusive, um temor entre os pais de que os meninos que realizavam tarefas domésticas pudessem se tornar “afeminados”²⁸

Aqui podemos dialogar com Simone de Beauvoir no que se refere a criação e educação diferenciada dada a meninas e meninos. Diante dos padrões sociais impostos para caracterizar os lugares sociais a serem ocupados de acordo com o gênero, o desenvolvimento da criança, tanto no público quanto no privado, é direcionado a manutenção do seu papel destinado a partir do seu corpo. Entretanto, é preciso refletir que, embora as meninas pobres também tivessem o mesmo destino, enquanto as mais abastadas realizavam esses afazeres os tendo como atividades para aprendizagem, as advindas das famílias populares realizavam desde cedo como trabalho para ajudar no sustento do lar.

No que tange a educação, essa mudança social também se fez presente, visto que agora o saber escolar não era um privilégio destinado aos meninos. Todavia, há de se evidenciar que o acesso das meninas à educação não significava permanência e continuidade. Segundo Arend, era comum que elas não chegassem a concluir o ensino secundário, quando conseguiam quase sempre optavam pelo Magistério e a Enfermagem, profissões mais direcionadas a mulheres. Sobre o estudo, a autora afirma:

Apenas uma parcela das meninas que trabalhavam tinha a possibilidade de estudar. Apesar dos esforços de determinados governos no sentido de difundir o saber escolar para as filhas e filhos dos trabalhadores urbanos, a extensa jornada de trabalho das meninas as impedia de frequentar assiduamente a escola. As que conseguiam fazê-lo procuravam ao menos completar o antigo curso primário, pois o fato de serem alfabetizadas poderia lhes proporcionar maiores chances no mercado de trabalho, inclusive obter um posto na indústria ou no setor comercial quando adultas.²⁹

A rotina de trabalho desde cedo dificultava a permanência e assiduidade das meninas na escola e quando se refere as meninas pobres, em muitos casos, a sua educação não tinha relevância, visto que para o trabalho a ser realizados por ela só precisava saber como realizar os afazeres domésticos e/ou cuidar de crianças menores – para o caso

²⁸**Ibidem.** p. 72.

²⁹**Ibidem.** p. 76.

daquelas que eram babás, ou seja, já detinham o conhecimento necessário para prover o sustento de sua família e depois sobreviver na fase adulta.

A partir da década de 1960, o Movimento Feminista no Brasil passou a reivindicar para as mulheres um mercado de trabalho mais qualificado e em consequência disso, os índices de meninas que concluíram o ensino secundário, assim como universitário, aumentou significativamente, visto que elas viram a possibilidade de uma melhora na sua carreira profissional, assim como passaram a almejar os cursos tidos como masculinos, como a Engenharia, Administração e Jornalismo. O casamento ainda permanecia no horizonte, entretanto, a autonomia assumia um papel fundamental nas expectativas, afirma Silvia Arend. Todavia, enquanto a elite reivindicava o acesso à educação e a um futuro diferenciado no que se refere a carreira profissional, as camadas populares continuavam lutando para a sua sobrevivência e ocupando espaços marginalizados pela sociedade e pelo poder público. Segundo a autora:

Na década de 1980, diminuiu bastante o número de meninas que trabalhavam como babás ou empregadas domésticas. Porém essas jovens continuavam a realizar tarefas domésticas e a cuidar de seus irmãos mais novos em suas residências. Suas mães necessitavam trabalhar e as creches existentes no país ainda era poucas ou de difícil acesso. A imprensa da época criticava a presença de meninas no espaço urbano vendendo objetos, mendigando, ou ainda na condição de *meninas de rua*.³⁰

A partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o horizonte sofreu uma nova mudança. Agora entramos na Era dos Direitos, as crianças passariam a ser vistas como protagonistas, a adolescência ganharia destaque e o Estado passaria a implementar novas políticas sociais visando sanar as violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes. Entretanto, embora a legislação tenha significado uma imprescindível mudança política, a sociedade ainda realiza a manutenção de algumas permanências, como o descaso com as populações marginalizadas e, conseqüentemente, as crianças e adolescentes pertencentes a elas. Como a trajetória de vida de Betânia, apresentada na tese de doutoramento do historiador Humberto Miranda, intitulada *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)*³¹.

³⁰ **Ibidem.** p. 80.

³¹ MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

Betânia nasceu na cidade do Recife, em 1973. Com dez irmãos e a mãe, ela viveu no bairro do Alto Pascoal até os nove anos de idade, quando fugiu de casa e passou a viver entre as ruas e a Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Já formada em Pedagogia, mãe e trabalhando em uma instituição de acolhimento de crianças que vivenciam a situação de abandono, Betânia trouxe narrativas das experiências que teve no cotidiano da FEBEM. Em suas memórias, a fundação é marcada por agressões e, segundo Miranda, seus relatos possibilitaram compreender as vivências de meninas vistas como infratoras em espaços de violações institucionalizadas.

Histórias como a de Betânia se repetem ainda hoje, visto que, segundo a organização não governamental Visão Mundial³², em 2019 havia 70 mil crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil³³. Isso expõe a ausência de um Estado comprometido com a garantia e promoção dos direitos desses sujeitos que deveriam estar sob a proteção, não só estatal, mas também da família e da sociedade.

À vista disso, analisar historicamente os cenários vivenciados pelas meninas é evidenciar as diversas formas de experienciar a infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao propor uma nova forma de compreender os infantes, altera a dinâmica de sociabilidade, ao menos no campo jurídico, sabendo que o diálogo História e Direito é extremamente frutífero para o debate das mudanças sociais ocorridas. O estabelecimento de um Estado Democrático de Direito é o principal pilar para sustentação de uma legislação mais democrática e participativa, proporcionando que a partir de 1990 a sociedade pudesse construir um outro imaginário e consequentemente práticas, relativas as crianças e adolescentes.

Entre a lei e a vida há as experiências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos, historicizar a trajetória das meninas, é se relacionar com vários processos sociais, econômicos e políticos que se imbricam e formam essa complexidade que se chama Direitos das Crianças e Adolescentes, ora aclamados por setores da sociedade, ora atacados. Entretanto, se manifestam como algo recente na história brasileira, refletindo assim, no ainda pequeno número de trabalhos historiográficos, porém relevantes e que

³² A Visão Mundial se apresenta como uma organização cristã de desenvolvimento e resposta às emergências. Está no Brasil desde 1975 atuando, especialmente, com crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidades.

³³ AGUIAR, Plínio. Abuso e violência: 70 mil crianças e adolescentes vivem em situação de rua, diz ong. **R7**. São Paulo: 20 fev 2019. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/sao-paulo/abuso-e-violencia-70-mil-criancas-vivem-em-situacao-de-rua-diz-ong-20022019>>. Acesso em: 23 abr 2020.

contribuem para o desvelamento de processos tão invisibilizados, não audíveis e por vezes subalternizados em perspectivas universalizantes. Destarte, tratar das especificidades das meninas é um desafio posto para a historiografia das infâncias, a qual pouco a pouco vem solidificando suas produções.

Caminhos metodológicos para a construção do trabalho

Para a realização da dissertação utilizaremos como fontes documentos produzidos pela própria Casa de Passagem, sendo eles o livro *SOS Meninas*, o relatório *Meninas de Rua do Recife* e o projeto *Menor-Mulher*, que serão apresentados no decorrer da dissertação. Para além deles, também será utilizado o software do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife*, para compreender o cenário do Recife no recorte temporal trabalhado, e matérias do *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* para dialogar com as outras fontes. No decorrer do trabalho será explicado a utilização de cada fonte.

As documentações primárias fazem parte do acervo da organização não governamental, localizado na própria instituição e produzidos por ela. Destaco aqui o *SOS Meninas* e *Meninas de Rua do Recife*, pois trazem relatos de meninas sobre suas experiências acerca das relações familiares e institucionais, assim como suas vivências pelas ruas da cidade³⁴. Esses dois documentos são marcados pelas narrativas de memória dessas sujeitas, e segundo o sociólogo Brasília Carlos Ferreira³⁵, a epistemologia da Memória, expressa tanto o fato da recordação, lembranças, reminiscências, como o ato de narrar, relatar. Ele retifica a importância das narrativas como instrumento de transmissão do passado, e mesmo a ausência dessas narrativas pode expressar a memória de fatos marcantes e muitas vezes dolorosas, que mobiliza emocionalmente o sujeito a não falar sobre o fato como uma forma de proteção.

Essas narrativas possibilitam o contato com experiências que foram vividas e levadas com a(o) sujeita(o) para o âmbito privado, para além das diversas leituras de

³⁴ As análises acerca da produção dessas documentações serão realizadas no terceiro capítulo.

³⁵ FERREIRA, Brasília Carlos. Memória, Tempo, Narrativas. *Revista Política e Trabalho*, v. 12, p. 126-138, 1996. Disponível em: <<http://www.oocities.org/collegetpark/library//8429/12-ferreira.html>>. Acesso em: 02/07/2017.

mundo, trazendo fragmentos de uma história muitas vezes oculta no campo da história privada. Todavia, o objetivo do trabalho não é analisar os relatos de memória das meninas, mas sim a produção das documentações que os trazem. Por quem e para quem esses documentos foram elaborados? Em que momento? Por que eles foram construídos dessa forma? Essas são algumas das indagações das quais essa dissertação irá se debruçar, e para isso a metodologia da Análise do Discurso foi o caminho escolhido.

Segundo a Linguista Eni Orlandi, “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”³⁶. Analisar esse objeto é entender as falas e o cenário em que elas foram produzidas, é compreender as entrelinhas que permeiam o uso da língua. Não existe sujeito sem ideologia e é dessa forma que o seu discurso ganha sentido. Segundo a autora:

Em suma, a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.³⁷

A todo momento proferimos e nos deparamos com discursos que nos (re)significam cotidianamente, ao mesmo tempo que não sabemos como os seus sentidos foram constituídos. Desse modo, essa metodologia busca compreender não apenas a língua, mas como ela acontece e como se materializa enquanto fenômeno social.

O viver dos sujeitos é transpassado pelos símbolos que cada mensagem carrega em si, em que muitas vezes não se tem o controle de como eles irão afetar o real. Por outro lado, um mesmo discurso pode apreender diferentes significados de acordo com quem o profere. Em função disso, o filósofo Michel Pêcheux afirma que:

as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas.³⁸

³⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 15.

³⁷ **Ibidem**. p. 26-27.

³⁸ PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 160.

Para o autor, os sentidos se estabelecem de acordo com o lugar do sujeito do discurso, determinadas pela ideologia que o cerca. Dessa forma, eles não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim dentro do contexto político-social que se insere. Ou seja, uma mesma palavra, expressão ou proposição pode ter diferentes significados quando relacionados com outras em cada formação discursiva que é construída.

Os documentos que serão analisados a partir da Análise do Discurso podem ser vistos na História como pertencentes ao Tempo Presente, um campo que vem crescendo dentro da historiografia contemporânea e que por muito tempo foi negada pela produção historiográfica. Uma crítica que era fundada na dualidade de ficção ou verdade, na qual o historiador não poderia se aproximar de questões mais próximas temporalmente a ele.

Com isso, partimos da perspectiva do filósofo Paul Ricoeur que afirma que a História é constituída por narrativas, mas que se diferem de maneira abissal. Essa diferença consiste na História se utilizar de documentos, de fragmentos e de vestígios que tecem o fio da produção historiográfica. Segundo o autor:

O recurso dos documentos determina uma linha divisória entre história e ficção: diversamente do romance, as construções do historiador almejam ser reconstruções do passado. Por meio do documento e da prova documentária, o historiador está submetido ao que, um dia, foi.³⁹

Se debruçar sob as análises das documentações produzidas pela Casa de Passagem, assim como sob as narrativas de meninas que lá foram atendidas, se faz imprescindível para contribuir com a historiografia das infâncias e das instituições, mais especificamente, a historiografia das meninas, que ainda são invisibilizadas.

Abordar o período de redemocratização requer um instrumental teórico compatível com a temporalidade, que leve em consideração as problemáticas que envolvem o tempo presente. Nesse sentido, o historiador Carlos Fico aponta que quando tratamos de questões contemporâneas, há a possibilidade da cobrança “da verdade”, da pressão social ou de indivíduos que estavam envolvidos em determinados processos. Segundo Fico:

De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz

³⁹ **Ibidem.** p. 58

importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.⁴⁰

Essa característica é marca do tempo presente. Ter como sujeitos principais indivíduos que podem cobrar e disputar determinada memória que está sendo construída. Ao ter como sujeitas a Casa de Passagem e as meninas, hoje mulheres que passaram por diversas violações de direitos, há um compromisso ético e moral da(o) pesquisada(or) em tratar os relatos de maneira respeitosa e com responsabilidade social. Não reduzir a produção ao dualismo bom-mau é indispensável ao historiador, compreendendo que não há uma história neutra, a qual os positivistas tanto buscavam, nem tão pouco devemos nos colocar como juízes.

Nesse sentido, analisar a atuação da Casa de Passagem e a trajetória das meninas que inter cruzaram seus caminhos, alude a percepção que as desigualdades de gênero, somada das de raça e classe, estavam presentes naquele momento histórico. Assim como, buscamos compreender as causas, as motivações e os entremeios que envolvem essas sujeitas e os processos históricos ali constituídos.

Quando pensamos nas(os) sujeitas(as) enquanto seres político-sociais, não podemos deixar de compreender a categoria analítica da Interseccionalidade, que em resumo se trata do estudo da intersecção de marcadores sociais na construção da identidade do indivíduo, relacionando-os com as relações de poder e opressão. Esse conceito foi sistematizado pela feminista estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, no final da década de 1980, sendo ela uma referência para os estudos de gênero. Para a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.⁴¹

⁴⁰ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p. 43 -59, jan/jun 2012. p. 45.

⁴¹ CRENSHAW, Kimberle W. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2020. p. 177.

Não se deve analisar um marcador social de forma isolada, é necessário identificar os pontos de intersecção com os outros que permeiam a construção da identidade, assim como também é imprescindível que essa análise seja feita entendendo o lugar de onde o indivíduo se localiza naquele determinado recorte espaço-temporal. Embora esse conceito tenha se popularizado a partir das discussões de Crenshaw, ela não foi e nem é a única a propor esse debate.

Todavia, embora a categoria de Interseccionalidade seja imprescindível para as análises, ela foi centro de debates e críticas que contribuíram para a amplitude do conceito. É importante não naturalizar e nem enquadrar os múltiplos marcadores sociais, que não se findam em classe, raça e gênero, pois suas posições não são afixadas e se alteram a partir das relações de saber-poder que se (re)constroem a todo instante.

Essa categoria analítica é fundamental para as discussões e análises que compõem essa dissertação e se fará presente no decorrer do trabalho. Assim como, os debates acerca da temporalidade e do papel da(o) historiadora(or) frente a questões da pesquisa, que aqui se inserem no campo do Tempo Presente, tendo suas próprias dinâmicas de análises e caminhos metodológicos.

Desse modo, utilizamos o historiador François Dosse para compreender a História do Tempo Presente, que se voltou a problematizar os limites teóricos desse campo historiográfico e que defende suas especificidades. Dentre essas questões, um regime de historicidade que relaciona o historiador, o seu objeto e as suas análises, em um diálogo mais presente entre as temporalidades. Segundo o autor:

Defenderei, de minha parte, a idéia de uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do «espaço de experiência» e no presente do passado incorporado.⁴²

Com isso, é levado em consideração o aspecto do próprio historiador, essa relação temporal constituída, e proporciona que o pesquisador seja um fator importante na narrativa. Indo em oposição à neutralidade e a verdade “total”, a pesquisa não objetiva findar as análises, mas dar margem ao que Dosse chama de equação subjetiva do

⁴² DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012. p. 6.

historiador. Ou seja, a escolha do tema, as sujeitas da pesquisa e a forma que o trabalho é construído, é fruto das escolhas e dos caminhos tomados para a investigação histórica.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro intitulado *Recife e os vestígios das desigualdades: as meninas na “Veneza brasileira”*, o segundo *Das ruas à Casa: uma trajetória de meninas em busca de liberdade* e o terceiro *Quando a Casa fala de si: produção de discursos sobre cotidianos da “passagem”*.

O primeiro capítulo visa analisar o cenário da cidade do Recife na década de 1990. Para isso, será subdividido em também três partes. Na primeira, *Uma historiografia do Recife: desigualdades no século XX*, será realizado um debate historiográfico acerca da capital pernambucana, voltado para diferentes temporalidades. Na segunda, *Recife, capital da desigualdade? Um cenário de contradições*, nos propomos a analisar de que Recife nós estamos falando quando pensamos nas diferentes vivências das desigualdades, em contraponto ao discurso embelezador da cidade. E na terceira parte, *As meninas na dinâmica social das ruas: a busca pela liberdade e a circularidade de violações*, serão discutidas as diferentes experiências de meninas que viveram em situação de rua na capital, durante a década de 1990, abordando as motivações e estratégias adotadas por elas para sua sobrevivência nesse espaço urbano.

No segundo capítulo, nos propomos a analisar as motivações que levaram as meninas a buscarem as ruas como uma alternativa de liberdade, assim como historicizar a atuação da Casa de Passagem no atendimento dessas sujeitas. A divisão do capítulo será feita em quatro partes. Na primeira, *O papel da família na vida das meninas*, serão discutidas as problemáticas vivenciadas pelas meninas dentro no ambiente familiar, composto de relações abusivas de poder, violência sexual e abandono. Já na segunda, *A institucionalização das meninas como lugar de violação*, serão abordadas vivências dessas meninas dentro das instituições FEBEM/PE e posteriormente a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC/PE). Na terceira parte, *Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais no Brasil*, será realizada uma discussão sobre o cenário de emergência dos movimentos sociais e organizações não governamentais no Brasil. E por fim, na quarta parte, *Ana Vasconcelos e a Casa de Passagem: uma trajetória de atendimento às meninas em situação de violação de direitos*, será historicizada a trajetória e atuação da instituição no que se refere ao atendimento das meninas em situação de rua.

No terceiro capítulo da dissertação nos propomos a analisar as falas proferidas pela Casa de Passagem sobre si, assim como sobre as meninas que lá foram atendidas. Serão analisados os três documentos aqui já apresentados, *SOS Meninas*, *Meninas de Rua do Recife* e o *Projeto Menor-Mulher*, a fim de compreender os ditos e não ditos acerca da atuação da instituição em um momento de reorganização político-social no que se refere as problemáticas de crianças e adolescentes no Brasil. O capítulo será dividido em três partes, sendo a primeira *De onde a Casa fala?*, em que será debatido o lugar político-social em que a instituição estava inserida no momento de sua fundação, assim como será abordada a questão do financiamento da Casa que possibilitou a execução de projetos. A segunda parte intitula-se *O que a Casa pensa e fala sobre si?*, que analisará os discursos proferidos pela instituição em seus documentos. Por fim, a terceira, *Entre discursos e práticas*, trará algumas ações realizadas pela organização e como elas foram veiculadas em periódicos.

CAPÍTULO I

Recife e os vestígios das desigualdades: as meninas na “Veneza brasileira”

*Hei! Vem cá que eu quero te mostrar
Hei! A minha cidade, o meu lugar
Hei! Recife tem um coração
Hei! Tem muito calor, muita emoção
O povo daqui gosta de cantar
Tem religião, gosta de rezar
Tem cristianismo, tem candomblé
Tem muita cachaça e muita mulher⁴³*

A música *Recife minha cidade* ficou conhecida na voz do cantor Reginaldo Rossi, compositor e intérprete dela. Lançada em 1994, traz em sua letra uma cidade esplendorosa, conhecida por ser a Veneza brasileira⁴⁴, com heróis e identidade marcada pela alegria. A década de 1990 foi marcada por uma liberdade de expressão não conquistada durante o período da Ditadura Militar⁴⁵, à vista disso, houve uma crescente produção musical referenciando às regionalidades e localidades. Sobre a cultura musical dessa década:

Cobra-se muito da década de 90 uma música típica da MPB dos anos 70, com temas de protesto, engajada politicamente, em contraponto ao “lixo musical” desta década: axé, pagode, rap, etc. Criticada por sua superficialidade, não se

⁴³REGINALDO ROSSI. **Recife minha cidade**. São Paulo: EMI Music, 1994.

⁴⁴ Referência a cidade de Veneza, na Itália, devido a paisagem cortada por rios e pontes que ligam diferentes bairros.

⁴⁵É comum a utilização da denominação Ditadura Civil-Militar na historiografia, por compreender que civis apoiaram o governo ditatorial, mesmo sem fazer parte de sua governamentalidade. Todavia, o presente trabalho parte da perspectiva proposta pelo historiador Carlos Fico, que afirma que tudo em política pode ser analisado através das redes de apoios e adversidades que se insere, contudo, alegar que apoios existiram não diminui a responsabilidade de algo em sua configuração. Desse modo, teríamos que utilizar o termo ditadura “civil-militar-empresarial-midiática-católica e assim por diante” para abranger o que foi esse período histórico. À vista disso, optamos pela denominação Ditadura Militar, visando a não redução da responsabilidade dos militares. Para mais, ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

percebe que esta é reflexo de seu momento político, caracterizado por uma situação de afirmação das liberdades individuais e da democracia.⁴⁶

De acordo com as(os) historiadoras(es) Juliana Dornelas, Maíra Silva e Cleyton Barros⁴⁷, as músicas da década de 1990 tem como característica ter em sua composição elementos do cotidiano. No trecho da letra citada acima, pode-se observar esses elementos como a fé, o uso de bebidas alcoólicas, como a cachaça, e a sexualização do corpo feminino. Nessa década, o mercado fonográfico, juntamente com a mídia, se valia de produções de massa, havendo uma naturalização e banalização dessas temáticas.

Essa naturalização da objetificação e violência contra mulher não era encontrada apenas na música de Reginaldo Rossi. Ainda nessa década, encontramos músicas como *Maria Chiquinha*⁴⁸ (Então eu vou te cortar a cabeça, Maria Chiquinha / Que você vai fazer com o resto, Genaro, meu bem? / O resto? Pode deixar que eu aproveito), conhecida nas vozes da dupla Sandy e Júnior, e *Pau que nasce torto (Melô do Tchan)*⁴⁹ (Tudo que é perfeito a gente pega pelo braço / Joga ela no meio, mete em cima, mete embaixo / Depois de nove meses você vê o resultado), do grupo É o Tchan. Essas músicas são apenas um recorte de produções artísticas que, não só reproduzem uma desigualdade de gênero, como a promovem. Todavia, mesmo este não sendo o objetivo do presente trabalho, é imprescindível pontuar que essa violação não se resume apenas a década de 1990, ela é estrutural e atemporal, e segue como pauta de lutas de muitas mulheres.

Recife minha cidade, está inserida em uma sociedade marcada pela dominação masculina, ela se soma a diversas produções para além das musicais, como literatura, cinema, televisão e publicidade. A Historiografia também se debruça sobre essa temática, todavia, a partir de um olhar que busca compreender os conflitos existentes nas relações de poder que sobrepõe os interesses masculinos em detrimento da mulher e do seu corpo.

Essa música nos possibilita pensar não somente na problemática do corpo da mulher, que o apresenta como produto turístico, mas também nos não ditos acerca dessa cidade inseridos nas entrelinhas por trás de um Recife conhecido por sua beleza, euforia

⁴⁶BARROS, Cleyton Souza; DORNELAS, Juliana Gomes; SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. Por Entre Fragmentações E Resistências: A Música Brasileira Nos Anos 90. **Revista Virtú** (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, 2005. p. 5.

⁴⁷**Ibidem.**

⁴⁸SANDY E JÚNIOR. **Maria Chiquinha**. Polygram, 1991.

⁴⁹É O TCHAN. **Pau que nasce torto (Melô do Tchan)**. Polygram, 1995.

e alegria. A capital pernambucana é sim composta de grandiosidades, mas estas não apagam os diferentes cenários de desigualdades e violações de direitos experienciados pelas(os) suas(eus) recifenses. As sobreposições são marcas que compõem os cenários urbanos, o visto e evidenciado varia de acordo com quem, por que e para que olha.

Recife, cidade de encantos mil, como dizia Reginaldo Rossi. Marcado pelo Frevo e pelo Maracatu, pela rica gastronomia representada aqui pelo Bolo de Rolo, por intelectuais reconhecidas(os) internacionalmente como Clarice Lispector, Paulo Freire e Gilberto Freyre. Lugar banhado pelos rios Capibaribe e Beberibe que cortam seus bairros, caracterizado pela praia de Boa Viagem e seu Marco Zero, principais pontos turísticos da cidade. Recife marcado pelo movimento Manguebeat, mobilização de cunho popular; lembrado por seu povo alegre e caloroso, cidade repleta de arte e cultura.

Sobre essa construção do Recife, traremos o historiador Durval Muniz de Albuquerque. Ele discute o que ele chama de invenção do nordeste, argumentando que o surgimento dessa região enquanto ideia discursiva ocorreu na primeira década do século XX, com o desenvolvimento da modernidade e dos discursos que a ele interessavam. Para o autor, essa construção não pode ser vista apenas pelas perspectivas econômica e política, mas sim como resultado de um processo histórico.

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre esse espaço.⁵⁰

Essa produção discursiva carregada de estereótipos criados ao longo do tempo é composta de signos e, segundo Albuquerque, se impõe enquanto verdade através da repetição. Quando pensamos no Recife – até em Pernambuco como um todo, esses estigmas se fazem presentes quando se olha para a cidade e enxerga esses elementos trazidos acima. A capital pernambucana é sim cheia de encantos mil, mas quem realmente desfruta deles?

Recife, para além das referências apresentadas acima, também é marcada em sua história pelas desigualdades e exclusões sociais, em que essas sofreram mudanças ao

⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 62.

longo do tempo, mas que as permanências também se fizeram presentes em seu cotidiano. Nesse capítulo, nos debruçaremos acerca de problemáticas que constituíram o cenário político-social da cidade do Recife na década de 1990, marcado pelo processo de redemocratização experienciado pelo país após a Ditadura Militar (1964-1985).

Mas antes de iniciarmos as discussões, se faz imprescindível apresentar brevemente a geografia desse Recife que será analisado. Desde 1993, a capital pernambucana é dividida em seis regiões político administrativas (RPA): Centro (1), Norte (2), Noroeste (3), Oeste (4), Sudoeste (5) e Sul (6). Na imagem a seguir podemos observar a disposição dessas RPAs.

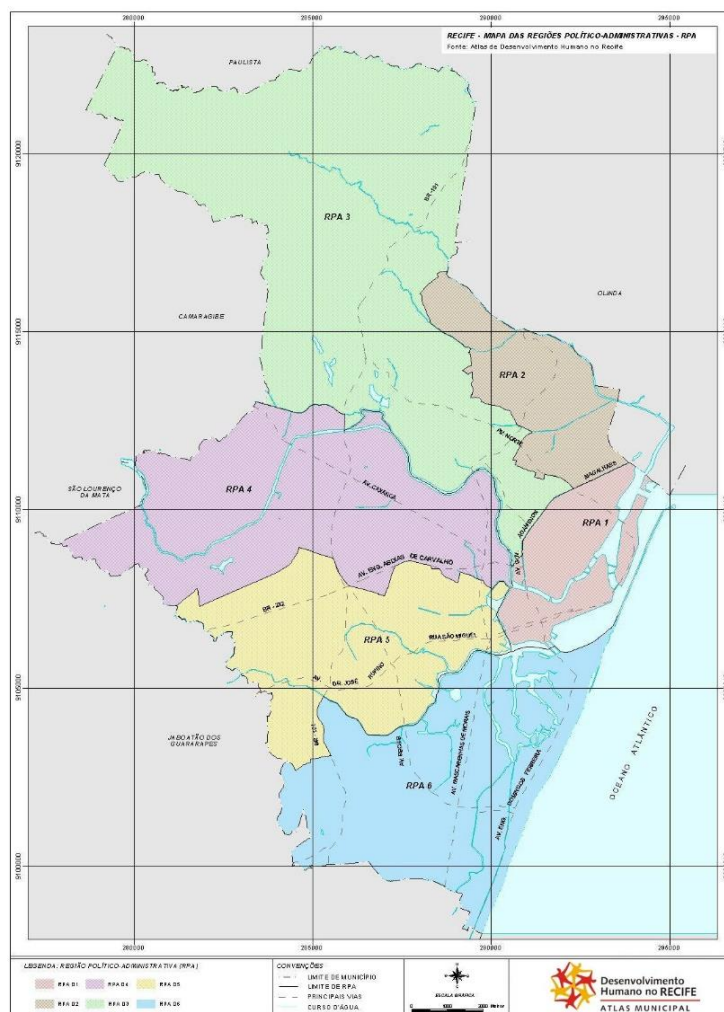


Figura 1: **Mapa das RPAs**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software.

A RPA que iremos nos debruçar nesse trabalho é a Centro (1), identificada no mapa pela cor rosa. É uma área com a demanda comercial bastante intensa, também

caracterizada por ter muitas clínicas e centros hospitalares. Tem duas das avenidas mais importantes da cidade, Governador Agamenon Magalhães e Conde da Boa Vista, assim como é onde se localizam os prédios da administração do Recife e do Estado de Pernambuco. Essa área central da capital pernambucana é marcada por ter um grande fluxo de pessoas em situação de rua, evidenciado por uma desigualdade que será discutida mais a diante no capítulo.

O presente capítulo intitulado *Recife e os vestígios das desigualdades: as meninas na “Veneza brasileira”* divide-se em três partes. Na primeira parte será feito um debate sobre a capital pernambucana, dialogando com a historiografia do Recife que se debruça sobre o tema a partir de diferentes temporalidades. Já na segunda parte, nos propomos a debater sobre que Recife é esse que, para além de seus encantos mil, também foi e é cenário de diferentes violações de direitos advindas de múltiplas esferas, como a política e a social. Por fim, traremos a experiência de meninas que viveram em situação de rua na capital pernambucana na década de 1990, abordando as motivações e as estratégias adotadas por elas para sua sobrevivência nesse espaço urbano.

Uma historiografia do Recife: desigualdades no século XX

Recife, esplêndido mito, realidade cruel.

*Eis o dilema!*⁵¹

A cidade do Recife é vista, muitas vezes, como espaço de efervescência e movimentação política e social, na qual é marcada, desde o período colonial, por manifestos, revoltas e organização voltada para sua emancipação. A historiografia pernambucana é diversificada, com teses, dissertações e obras que visam construir narrativas acerca dos processos históricos que envolvem o Recife e o Estado de Pernambuco.

Quando pensamos em período colonial, é grande o número de pesquisas que se debruçam e buscam compreender o que seria a “sociedade do açúcar”, problematizando a escravidão e diversos outros temas que são caros a formação da cidade. Porém, ao nos

⁵¹ BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 83.

deslocarmos temporalmente para a o Brasil República e para o chamada História do Tempo Presente, ainda temos um longo caminho a ser debruçado.⁵².

A redemocratização, aqui compreendida pelas décadas de 1980 e 1990, tema imprescindível para leitura de cenário do Brasil contemporâneo, é abordado, muitas vezes, por outras áreas das ciências humanas, principalmente as ciências sociais e a ciência política, sendo a História ainda uma área do conhecimento que aos poucos vai construindo suas análises e perspectivas acerca do processo de redemocratização após 1988.

Mesmo com o fim da Ditadura Militar, o Brasil só teve seu presidente eleito por voto direto do povo em 1990, sendo então empossado Fernando Collor de Mello, antes governador do Estado de Alagoas. Collor governou o país de março de 1990 a dezembro de 1992, quando renunciou ao cargo depois da abertura de um processo de Impeachment devido aos casos de corrupção em seu governo. Foi durante o seu governo que, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado como consequência de muita luta, assim como em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e de composição paritária, previsto no Estatuto.

Seu governo foi marcado por uma política neoliberal caracterizada pela abertura do mercado brasileiro para capital estrangeiro e pelo programa nacional de desestatização, objetivando a parceria com as empresas privadas em todos os setores do Estado. Para além disso, seu plano econômico também materializava com a redução da máquina administrativa do Estado através da demissão de funcionários públicos, extinção de ministérios e congelamento de salários. Segundo o historiador David Maciel:

Numa situação de prorrogação da crise de hegemonia burguesa iniciada nos anos 80 e de vigência precária da institucionalidade democrática recém instalada no Estado brasileiro, o projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social. Mesmo após o término da transição política que substituiu a institucionalidade autoritária, criada durante a Ditadura Militar, pela institucionalidade democrática instituída pela Constituição de 1988 e confirmada pela eleição de 1989, a crise política iniciada com a crise da Ditadura Militar permaneceu, evidenciando claramente a ausência de unidade entre as classes e frações do bloco no poder em torno de um projeto histórico de largo fôlego e a permanência do movimento social das classes

⁵² Conceito discutido na introdução, onde é evidenciado os caminhos teóricos metodológicos adotados na presente pesquisa no transcorrer da narrativa.

subalternas como alternativa de governo e poder, além da própria fragilidade da democracia recém-instalada.⁵³

Maciel fala da permanência de uma crise política advinda da ditadura que se estendia às camadas sociais e econômicas. Essa crise teve como paralelo a esperança com a redemocratização do país caracterizada pela promulgação da Constituição Cidadã de 1988, todavia não se findou com o governo de Collor. Para o autor:

O compromisso do novo presidente com o projeto neoliberal extremado mostrou-se precipitado, pois entre as frações do bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto do ideário neoliberal. Se havia consenso em relação ao corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, à redução do funcionalismo público, ao controle do déficit público e à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição, as dissensões nas questões da abertura comercial e bancária e da sólida base de apoio do governo no Congresso. Setores importantes do grande capital nacional, como o capital bancário e o capital industrial, tinham uma postura reticente ou mesmo hostil a estas propostas, seja porque perderiam espaço no mercado com a concorrência externa, seja porque tinham forte dependência do setor produtivo estatal. Isto sem falar na resistência dos diversos segmentos da burguesia de Estado à redução ou mesmo ao desaparecimento das empresas estatais. A perspectiva messiânica do plano econômico anunciado no dia seguinte à posse, Plano Collor I, foi insuficiente para garantir nada mais do que apoio popular inorgânico e para debelar a escalada inflacionária e recessiva.⁵⁴

O historiador afirma que, embora o projeto político-econômico do então presidente não tenha unido todos os grupos neoliberais no poder naquele momento, suas dificuldades e contradições não impediram a retomada e consolidação do neoliberalismo pelos governos posteriores. Se referindo a década de 1990, essa hegemonia burguesa se fez presente também nos governos sucessores de Collor, no do seu vice-presidente Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Esses sucessivos governos deram continuidade a um projeto político neoliberal, todavia desenvolveram um novo plano econômico, o Plano Real, sendo um dos fatores que possibilitaram a reeleição de FHC. Essa trajetória política é fundamental para compreender quais os cenários vivenciados pelas(os) brasileiras(os) durante a década de 1990 e suas permanências, assim como entender como essa conjuntura reverberou no cotidiano de crianças e adolescentes.

⁵³ MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiás, Ano XIII nº 11, p. 98-108, dez 2011. p. 98.

⁵⁴ **Ibidem**. p. 99.

Quando fazemos o recorte do cenário estadual, temos como governador em 1990 o Carlos Wilson Campos, eleito como vice-governador na chapa de Miguel Arraes. Este saiu do cargo para concorrer ao legislativo, assumindo assim o seu vice que permaneceu no cargo durante onze meses. Após ele tivemos o advogado Joaquim Francisco, governando de 1991 a 1995, sendo também prefeito do Recife na década anterior.

Após Joaquim Francisco tivemos Miguel Arraes. Ele foi prefeito do Recife, deputado estadual e federal, e por três vezes foi governador de Pernambuco, sendo uma delas de 1995 a 1999. Arraes é tido como um símbolo de liderança por muitos pernambucanos por ter sido considerado uma forte representação da esquerda no estado. Sua família permanece até os dias atuais enraizado nos espaços de poder da política do estado, tendo como herdeiro político o seu neto Eduardo Campos, também ex-governador de Pernambuco.

Na eleição para prefeito da cidade do Recife, em 2020, os dois candidatos que foram para o segundo turno são familiares de Arraes, sendo sua neta, Marília Arraes, que levou consigo o nome do avô na campanha, e seu bisneto, João Campos, eleito prefeito da cidade, levando consigo durante a campanha as memórias que a população carregava acerca do nome de seu pai, Eduardo Campos.

Todavia, aqui queremos destacar as gestões de Jarbas Vasconcelos, que mesmo assumindo o cargo de governador em 1999, esteve muito forte na política desde a década de 1970. Destaco aqui as gestões de deputado federal, de 1983 a 1985, e de prefeito do Recife de 1986 a 1988, sendo eleito novamente em 1993.

Segundo o cientista político Antônio Sérgio Araújo Fernandes⁵⁵, durante a campanha para prefeitura do Recife de 1985, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, do qual Jarbas Vasconcelos era filiado, passou por uma disputa entre dois grupos internos: os autênticos, encabeçado por Jarbas, e os moderados, liderado por Marcos Freire. Jarbas acabou perdendo na convenção que indicaria o candidato e migrou para o Partido Socialista Brasileiro – PSB, recebendo apoio de seus companheiros de grupo e de Miguel Arraes, uma das principais lideranças do partido naquele momento. Jarbas Vasconcelos ganha a eleição pelo PSB com 33,1% dos votantes (149.937 votos)

⁵⁵ FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A trajetória de democratização da gestão municipal em Recife e Salvador: escolhas políticas e processo decisório. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.10, n.27, p. 141 - 158. mai/ago. 2003.

contra 27,8% (125.503 votos) do segundo colocado, Sérgio Murilo, candidato pelo PMDB. Após ser eleito chefe do executivo do Recife, ele retornou ao PMDB como principal liderança do partido em Pernambuco, junto a Miguel Arraes.

Junto com o processo de redemocratização do país, emergiram múltiplos movimentos sociais e organizações não governamentais – ONGs com diferentes pautas, e eles passaram a participar mais ativamente da administração pública. Segundo Fernandes, no início da década de 1980, a participação social na gestão pública se tornou mais presente em governos de partidos como o PMDB.

As ONGs, junto com os movimentos de bairro e a Igreja, tiveram um papel político ativo ao final dos anos 70 e durante toda a década de 80 em Recife. Ao final dos anos 70 e início dos 80, as ONGs vão exercer pressão frente ao Poder Público para que este atendesse às demandas dos movimentos sociais, e mais tarde, com Jarbas Vasconcelos como Prefeito, tanto na sua primeira administração (1986-1988), como depois em segunda gestão, entre 1993 e 1996, participarão ativamente da gestão urbana da Prefeitura Municipal³. As ONGs terão um envolvimento intenso na área urbanística, trabalhando como mediadoras dos movimentos de bairro nas questões ligadas a habitação e urbanização.⁵⁶

Diante disso, na gestão de Jarbas Vasconcelos, foi criado o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS, uma política de regularização e urbanização das comunidades empobrecidas da cidade. Esse programa foi definido como realizado a partir de uma participação popular, tanto no planejamento como na regularização da urbanização. Junto a isso, outra política implementada foi a regionalização administrativa que, segundo o cientista político, buscava responder a essa demanda da participação social, consistindo na divisão do território da cidade em áreas administrativas compostas por administradores e por conselhos formados pelos moradores que teriam poder de negociação com a prefeitura, priorizando ações como infraestrutura, habitação popular e prestação de serviços básicos públicos nos bairros.

Essa política foi chamada de Prefeitura nos Bairros, sendo iniciada em 1986 sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social⁵⁷. Para a implementação do programa, a cidade do Recife foi dividida em doze regiões político-administrativas – RPAs e obteve também a criação de um calendário de reuniões com os moradores para a definição das

⁵⁶ **Ibidem.** p. 144.

⁵⁷ **Ibidem.** p. 147.

ações que seriam realizadas. Segundo Fernandes, havia dois objetivos na efetivação dessa administração regional:

o primeiro era a descentralização da estrutura administrativa, visando maior eficiência na realização de obras e prestação de serviços públicos; e o segundo era a tentativa de criar critérios para a organização e funcionamento de mecanismos de participação popular, ou seja, a partir das ARs, buscava-se institucionalizar a prática de participação social na gestão municipal.⁵⁸

Jarbas Vasconcelos fazia parte da Frente Popular do Recife, uma coligação de partidos de esquerda e centro-esquerda, criada na primeira eleição municipal desde a redemocratização⁵⁹. Membros de partidos como o PSB, PMDB, Partido dos Trabalhadores – PT) e Partido Comunista do Brasil – PC do B compunham essa Frente. Todavia, em 1990, Jarbas se candidatou ao cargo de governador de Pernambuco pelo PMDB, mas perdeu para Joaquim Francisco do Partido da Frente Liberal – PFL. Essa eleição marcou o fim da Frente Popular, pois Miguel Arraes saiu candidato a Deputado Federal pelo PSB que tinha se desvinculado da coligação.

Diante disso, nas eleições para a chefia do executivo de 1992, Jarbas se candidatou ao cargo, mas Arraes apoiou outro candidato. Vasconcelos venceu o pleito com 52,7% dos votos devido a popularidade que ele ganhou a partir da gestão que realizou entre 1986 e 1988. Nesse novo mandato, o prefeito deu continuidade ao seu projeto de democratização da gestão, mas passou a adotar a parceria com empresas privadas para o desenvolvimento de projetos voltados para a urbanização do Recife. Essa nova proposta veio acompanhada de uma reorganização das doze RPAs, passando a ter sua divisão a partir de seis regiões político-administrativas que serão debatidas mais adiante no trabalho.

O desenvolvimento dessas seis regiões ao longo da década de 1990 é uma das discussões centrais dos debates do primeiro capítulo. Compreender que Recife era esse é imprescindível para analisar o cenário de criação da Casa de Passagem. A instituição, fundada por Ana Vasconcelos, tem sua elaboração no final da década de 1980 quando Jarbas Vasconcelos ainda liderava o poder executivo da cidade.

Embora o trabalho abarque a década de 1990, ainda vivemos em processo de uma redemocratização fragilizada. Visto que o acesso a cidadania em um Estado Democrático

⁵⁸ **Ibidem.** p. 146.

⁵⁹ **Ibidem.** p. 147.

de Direito deve ser garantido em todas as suas esferas, e a sociedade brasileira ainda é marcada pela negação e precarização desse acesso.

Dentre os trabalhos que discutem o Brasil, destacamos a obra *A cidadania no Brasil: O longo caminho*, do historiador José Murilo de Carvalho, considerada uma referência para a historiografia. Ela será utilizada posteriormente para problematizarmos a compreensão do que vem a ser a cidadania após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a reorganização do Estado brasileiro após o fim da Ditadura Militar. Segundo o autor:

Apesar da tragédia da morte de Tancredo Neves, a retomada da supremacia civil em 1985 se fez de maneira razoavelmente ordenada e, até agora, sem retrocessos. A constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã. Em 1989, houve a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Duas outras eleições presidenciais se seguiram em clima de normalidade, precedidas de um inédito processo de impedimento do primeiro presidente eleito. Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.⁶⁰

Desde o fim da Ditadura Militar, o Brasil vem passando por um lento processo de reestruturação composto por avanços, permanências e retrocessos. Este processo foi marcado pela Constituição Federal de 1988, que reorganizou as diversas esferas que integram a sociedade e possibilitou uma abertura no que se refere aos direitos das(os) cidadãs(os). Todavia, essa abertura não foi acompanhada de uma efetivação da Carta Magna no cotidiano das(os) brasileiras(os), sendo essa uma discussão imprescindível que será realizada no decorrer do trabalho.

Desse modo, ao definirmos o período que a presente dissertação se propõe a ter como recorte para análise e construção da narrativa histórica, nos deparamos com o pequeno número de produções na historiografia nacional e local, quando comparado com os trabalhos direcionados a outros recortes temporais. O Recife, tão narrado e memorado, tão historicizado e problematizado, ao tratar da redemocratização ainda temos um longo

⁶⁰CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 199.

caminho a seguir⁶¹. As(os) historiadoras(es) ainda vêm se aproximando das tramas que envolvem tal cidade, suas sujeitas(os) e cidadãs(os), conseqüentemente, as suas crianças e adolescentes.

Quando nos direcionamos para o início do século XX, a grande quantidade de produções ilumina os caminhos para compreender como a cidade se relacionou com os processos que se desenvolveram em seus cenários políticos, sociais e econômicos. O *start* da lógica e da visão do progresso fundamenta, nas décadas de 1910 e 1920, as mudanças urbanas que vão reger as grandes cidades brasileiras, a qual Recife vai se incluir aos debates que vão tomar forma e ser alvo de políticas e de ações do Estado que se relaciona com os interesses privados.

Em sua tese, a historiadora Sylvia Couceiro⁶² discute as transformações urbanas que ocorreram no início do século XX no Recife, a partir de um processo de modernização materializado na criação de avenidas, implantação de um projeto de saneamento, reformas e embelezamento de alguns espaços. Segundo Couceiro, essa modernização não alterou apenas a estrutura física da cidade, mas também modificou a própria relação que os indivíduos tinham uns com os outros e com esse espaço.

Nesse jogo de recriação das cidades, uma espécie de cruzada civilizatória foi empreendida. Não apenas a arquitetura dos prédios, o traçado das ruas, enfim, a estrutura urbana foi questionada, mas também os hábitos, a organização familiar, a higiene pessoal, as formas de diversão, o comportamento em público: os modos de vida da população da cidade passaram por uma revisão sob o ponto de vista dos novos saberes modernos. Intelectuais e autoridades políticas e sanitárias simpatizantes das idéias modernistas e regionalistas, discutiam de forma acirrada as questões que envolviam a chegada da modernização e suas transformações na cidade.⁶³

Nas novas regras civilizatórias impostas pelas elites recifenses, baseadas nas mudanças ocorridas na então capital do país, Rio de Janeiro, era condicionado o controle e a repressão de práticas tidas como algo que ia de encontro a esse processo. A historiadora afirma que houve alterações nos hábitos, na higiene pessoal, organização

⁶¹ O Laboratório de História das Infâncias do Nordeste, localizado fisicamente na Universidade Federal Rural de Pernambuco, vem cumprindo esse papel no que se refere a historiografia das infâncias. O LAHIN, para além de desenvolver diferentes projetos e pesquisas acerca dos direitos da criança e do adolescente, também salvaguarda documentações e acervos dentro dessa temática, sendo referência para os estudos do Nordeste.

⁶² COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

⁶³ **Ibidem.** p 30.

familiar, ou seja, nas próprias experiências de cotidiano dos habitantes da cidade. Para ela, esse processo gerou conflitos e tensões, mas também possibilitou apropriações e adaptações socioculturais na sociedade.

A constante oposição dicotômica que é vista nas relações humanas, é característica do século passado, onde o ideário de progresso e modernidade (re)constrói imaginários por meio de ações práticas que altera a dinâmica cidadina. Nesse sentido, as oposições entre novo e velho, entre tradição e moderno são postos no jogo político. Segundo o historiador Antônio Paulo Rezende, em sua tese que se tornou referência na historiografia acerca da cidade do Recife, intitulada *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*, as mudanças no espaço urbano além de físicas e geográficas, foram de hábitos e costumes.

(...) a preocupação marcante com a urbanização, higiene, saúde e instrução pública. O governo colocou como dever imperioso acompanhar os rumos do progresso, livrar-se do atraso que perseguia o País e aperfeiçoar os serviços públicos como métodos modernos de organização.⁶⁴

Com isso, as mudanças promovidas envolvem também a ressignificação da cidade e da forma de vivê-la, a tomar como um espaço complexo e que tem dinâmicas próprias. Discutir o Recife não é igual discutir Salvador, por exemplo. Apesar de serem capitais de seus respectivos estados, de estarem localizadas no Nordeste e terem em sua formação uma sociedade fundamentada no escravismo, são diferentes e complexas em suas relações. Desse modo, é importante tecer a relação existente entre a memória e a cidade, os interesses políticos por muitas vezes direcionam o que “merece” ser memorado pelas(os) cidadãs(os) e o que “merece” tornarem-se símbolos de representação da cidade.

Quando pensamos na historiografia do Recife que se debruça na temática das infâncias, destacamos os trabalhos das(os) historiadoras(es) Alcileide Cabral do Nascimento⁶⁵, aqui já apresentado, Humberto Miranda⁶⁶ e Vera Braga de Moura⁶⁷. Em sua tese de doutoramento, Nascimento discute a Casa dos Expostos para pensar de que

⁶⁴ REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2ª edição. Editora UFPE. Recife, 2016. p. 53.

⁶⁵ Destaca-se a tese de doutoramento *A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*.

⁶⁶ Destacam-se os trabalhos de Dissertação, intitulado *Meninos, Moleques, Menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937*, e Tese, *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)*, que serão discutidos ao decorrer da presente dissertação.

⁶⁷ Destaca-se a Tese intitulada *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)*.

forma o abandono de crianças e as práticas infanticidas vieram a ser um problema à vista do Estado.

Trabalhando com o recorte temporal de 1789 a 1832, a autora busca compreender os fatores que cercavam o abandono, assim como o exercício assistencial aos expostos fornecido pelo Estado, irmandades ou pelas famílias. Buscando entender como a sociedade e o Estado enxergavam o infanticídio, abordou os “amores proibidos”, visto que dessas relações nasciam boa parte dos bebês que eram deixados à sorte. Por fim, realizou um debate sobre o destino dessas crianças que eram levadas a Roda dos Expostos. Sobre a Casa, diz Nascimento:

A instalação da Casa dos Expostos, contudo, não teve como objetivo salvar vidas “inocentes”, como pudemos verificar através dos altos índices de mortalidade, mas depurar a experiência da morte — morte dos pequenos corpos devorados por animais carnívoros, ou que sucumbiam às intempéries e à fome —, distinguindo-a do abandono indiscriminado de crianças indesejadas e/ou enjeitadas, ou seja, buscou-se humanizar o abandono. A alta mortalidade dentro da instituição, entretanto, indica que a vida dessas crianças não tinha muita importância afinal. Elas representavam um excedente populacional, assim como os vadios, os mendigos e os pobres sem lugar num sistema que abria pouco espaço para o trabalho livre, numa economia estruturada na utilização de mão-de-obra escrava que se alimentava e se reabastecia através do rendoso comércio de escravos.⁶⁸

Segundo a autora, essas crianças passaram a ser um problema para o Estado, visto que elas cresceram sem ter uma ocupação definida e sem disciplina, sendo inseridas, assim, em um grupo de risco para a sociedade. Ainda segundo Nascimento, o “perigo” que elas ofereciam se intensificou quando os infantes começaram a ser associados as classes marginalizadas, já vistas como perigosas. Isso se deve pela utilização de um discurso higienista, composto por valores tidos como civilizados, que legitimava a segregação e marginalização de grupos sociais.

Quando nos debruçamos na historiografia do século XX, temos o trabalho de Miranda que historiciza o cotidiano de crianças e adolescentes no espaço das ruas e

⁶⁸NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. 2006. 304 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O Autor, 2006. p. 287.

prisões da cidade, durante os anos de 1927 a 1937, direcionando-se a atuação do Juizado de Menores⁶⁹.

É muito importante entendermos o lugar social do Juizado de Menores frente as transformações políticas e econômicas da cidade, uma vez que a própria criação do Juizado reflete o contexto social que descortinou os problemas das crianças e dos jovens na época. Tais problemas, fruto do crescimento urbano desordenado, do desemprego e de outras formas de exclusão social, passaram a ser identificados como casos que deveriam ser resolvidos pelo Estado através do Poder Judiciário e do aparato policial, fazendo com que o problema da criança se tornasse merecedor de uma legislação exclusiva: o Código de Menores de 1927.⁷⁰

Criado em 1934, o Juizado de Menores foi uma instituição estatal, elaborada a partir do Código de Menores de 1927, no intuito de aproximar os problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes do poder judiciário. Sendo um aspecto relevante, segundo o historiador, a ideia de coerção, controle e disciplina foi empreendida por meio da atuação dos juizados e dos seus respectivos juízes, promovendo um discurso de busca pela regeneração das famílias e das crianças, judicializando por muitas vezes a pobreza e a vulnerabilidade.

Os trabalhos de Miranda e Nascimento dialogam quando apresentam a problemática das institucionalizações de crianças e adolescentes que, mesmo com o passar do tempo, se faz presente quando enxergamos o abandono e a marginalização delas, quando vemos o ideal disciplinatório da(o) “menor” advindo tanto do Estado quanto da sociedade.

O trabalho de Moura⁷¹ também traz contribuições relevantes para a dissertação, dentre elas, a repetição das violências no cotidiano cometidas às crianças. É feito pela historiadora, um levantamento por meio dos periódicos que evidencia a constante veiculação de notícias de agressões, assassinatos e prisões nas ruas da cidade nas primeiras décadas do século passado.

⁶⁹ MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, Moleques, Menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

⁷⁰ *Ibidem*. p.45

⁷¹ Lúcia Braga de Moura, Vera. **A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Moura destaca que as décadas de 1910 e 1920, no cenário de modernização das cidades, encontra-se na infância um aspecto de atraso, que seria o descaso e a falta de políticas que promovessem mudanças nos quadros encontrados no Recife, como afirma:

A crítica a política pública desenvolvida em prol da infância pobre era alvo de debates na sociedade pernambucana. A situação de descontrole do Estado sobre o que fazer com a criança pobre acarretava indignação e críticas bastante pontuadas nos periódicos da época. Havia um clima de tensão na sociedade recifense sobre a condução correta da infância pobre. Eram pensados e gestados projetos sociais infantis, diretrizes definidas, modelos de crianças eram criados, mas a prática mostrava outra conduta no processo de desenvolvimento das normas para o projeto de infância em Pernambuco. A teoria indicava um planejamento alinhado com os ideais de modernidade, em que a criança compunha um novo projeto social, de esperança e futuro da nação, com base em uma educação que visava monitorar e sanear esta criança a fim de transformá-lo em um ser disciplinado, ordeiro e trabalhador.⁷²

À vista disso, a cidade vivenciava um clima de incerteza e de certa insatisfação dos poderes políticos quanto ao “destino” dos infantes, principalmente os mais pobres. Essa questão será debatida posteriormente, todavia, é importante desvelar a constante relação entre a pobreza urbana e as violações de direitos que são acometidas a esses sujeitos. A historiadora aponta que a História das Infâncias, assim como outros campos e a própria vida cotidiana, não é construída da maneira linear e homogênea, mas sim composta por entraves e disputas que ora significam avanços sociais, ora estagnação ou retrocesso.

Sobre a dinâmica social das cidades, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento afirma que os indivíduos têm a autonomia e a prática de escolherem seus locais preferidos na cidade, lugares que dialogam com o seu sensível e sua afetividade, ou seja, que por vezes estão edificando junto a outras instâncias, a identidade do sujeito. Apesar de haver o processo de escolha por meio da identificação com algo por meio do simbólico, existem as condições que também são induzidas, são educadas e direcionadas para o compartilhamento de referências e de identidade.⁷³

Ao longo dos anos, cidades enfrentam dilemas, que presidem escolhas políticas: o que preservar, o que destruir? Progresso e modernidade urbana implicam em mudanças, onde se combinar construção e destruição. O que lembrar, o que esquecer? O que se define como significativo e o que deve ceder espaço para que a cidade cresça e a vida se transforme? No bojo deste processo, um outro se instala: o movimento centrífugo de crescimento, do centro para

⁷² *Ibidem.* p. 206.

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana.** Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008. p. 4.

fora e para os subúrbios, ameaça a memória, produz o esquecimento, destrói os significados.⁷⁴

Da mesma maneira que Pesavento problematiza esse dilema de cunho dicotômico que é instrumentalizado para a ameaça da memória, também vemos pela ótica de produção de novos sentidos. Uma cidade que em seu centro destrói os prédios de moradia de cunho popular, os chamados mocambos, para a estruturação de avenidas largas e novos prédios que dialoguem com a proposta de modernidade empreendida pela prefeitura e pelo Estado, é uma forma de direcionar o que deve ser valorizado pelos indivíduos.

As destruições nas áreas centrais da capital pernambucana são debatidas pela historiadora Zélia de Oliveira Gominho, na obra *Veneza Americana x Mucambópolis. O Estado novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Gominho tensiona as contradições e os paradoxos que envolvem o imaginário e a construção estética de uma cidade turística e que é vista como marco do Nordeste.

Ao abordar a binaridade que envolve a pobreza x riqueza e o feio x belo que pode ser visto como o atraso x progresso, é evidenciada a saga que os moradores de origem pobre enfrentaram ao se depararem com uma política habitacional e de gestão do espaço urbano de cunho segregador e excludente. Portanto, após as mudanças urbanas na cidade do Recife nas décadas de 1910 e 1920, vão se adensando os discursos em torno do combate à miséria da cidade, que culminaria, durante a interventoria de Agamemon Magalhães⁷⁵, na criação da *Liga Social Contra o Mocambo*, atrelado ao trabalho durante a gestão municipal de Antônio Novaes Filho.

Deu continuidade às obras de aterro, pavimentação e arborização urbana e as demolições do bairro Sto. Antônio, construção e reforma de jardins, pontes e pontilhões; como o Parque 13 de Maio e a Ponte Duarte Coelho; *embelezou* a praia de Boa Viagem; estendeu a iluminação pública acompanhando a edificação das vilas populares, iluminou o Capibaribe, e concluiu, em 1944, a substituição da energia à gás pela elétrica.⁷⁶

⁷⁴**Ibidem**, p. 6

⁷⁵ A sua interventoria foi entre 1937 e 1945. Para mais, ver: ALMEIDA, Maria. das Graças. Andrade. Ataíde. **Construção da verdade autoritária: palavras, imagens e propaganda da Era Vargas em Pernambuco (1930-1945)**. In: Pena-Rodríguez, Alberto; Paulo, Heloisa. (Org.). *A Cultura do Poder. A propaganda nos Estados Autoritários*. 1ed.Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, v. 1, p. 163-175.

⁷⁶ GOMINHO, Zélia. de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007. p. 102.

Vemos que tais mudanças, traziam benefícios práticos no cotidiano de muitas pessoas, porém servia de mote para a legitimação da exclusão que as políticas habitacionais empreendidas causavam. Em diálogo com o historiador Thiago Pereira Francisco, em sua dissertação *Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945*, pode-se perceber a participação de membros de uma elite social, como médicos e engenheiros, na construção da Liga.

A Liga Social Contra o Mocambo determinou que as iniciativas aceitassem as doações de particulares e trabalharia juntamente com o governo estadual e municipal para agilizar a escolha e liberação dos terrenos, assim como acelerar na retirada de possíveis entraves para liberação das obras. Com o apoio do interventor esperariam ver mobilizadas as Carteiras Prediais e os Institutos de Aposentadorias e Pensões, assim como os industriais que se interessassem em construir vilas para seus operários.⁷⁷

Da mesma maneira em que será visto posteriormente no processo de mudanças urbanas causadas pela especulação imobiliária durante os anos de redemocratização, a influência que certos sujeitos tiveram para pensar a forma de gestar a política de moradia da cidade, empresários e políticos que impuseram interesses privados frente aos coletivos, em busca da obtenção de privilégios.

Assim, é constituída a imagem de uma cidade em busca do progresso em direção ao “avanço” que a civilidade pedira naquele momento. Resgatando discursos higienistas que também teriam sido utilizados anteriormente, onde liga-se a pobreza e as moradias populares a doenças, falta de higiene, imoralidade e ao perigo da criminalidade. A Liga Social Contra o Mocambo se fortalece com as parcerias privadas, sendo rentável para o Estado ao passo que alcançara seu objetivo de “limpar” a cidade, assim como, aos empresários que investirá na compra de terrenos com facilidades da prefeitura.

Destarte, a construção das vilas de operários que é o primeiro momento de construção de moradia popular após a derrubada dos mocambos, atendera os interesses de ambas as partes envolvidas no processo, não interessando se a realocação das famílias seria feita de maneira em que os serviços públicos atendessem essas(es) sujeitas(os). Ainda segundo Francisco:

Por fim, as vilas conformam um duplo interesse das elites locais: primeiro, a opção por uma moradia nos padrões de higiene e estética, plausíveis à reprodução do trabalhador; segundo, a condição de levar as moradias populares

⁷⁷ FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE, p. 103 - 104.

a ocuparem áreas estabelecidas pelo zoneamento como suburbanas ou rurais, distanciando-a dos terrenos de interesse à empreendimentos de maior capital e, assim, criando focos de urbanização e valorização do solo ainda que em lugares incipientes da maioria dos serviços públicos.⁷⁸

A historiografia do Recife tem trabalhos relevantes quanto ao processo sócio-histórico da periferização da cidade. Para além do trabalho acima citado, há a dissertação de Ricardo Leite Silva, chamada *Alto José do Pinho: Ocupação, instituição e práticas culturais 1940 – 1960*⁷⁹. Para adensar a discussão acerca das mudanças habitacionais, o trabalho contribui ao problematizar a seletividade de fiscalização quanto a estrutura das habitações na cidade, pois ao debater a formação do bairro Alto José do Pinho, localizado em um morro da zona norte, é visto que a década de 1940 e 1950 é marcada por construções de mocambos e de casas em condições de não acesso aos serviços básicos públicos.

Sendo assim, a formação das periferias nos morros da cidade vai se intensificando com a aglutinação de pessoas em pequenos espaços urbanos em condições longe do ideal, tanto quanto a estrutura da moradia, como também no próprio espaço urbano. Acerca disso, o Francisco afirma:

Essa tolerância nas periferias era parte do projeto segregador das elites. Na década de 1940, essa falta de fiscalização foi fundamental para o adensamento da zona norte do Recife a partir do auto-empresendimento pelo trabalhador. Ademais, muitas vezes, significava ir residir em localidades desprovidas de serviços públicos, com considerável omissão da prefeitura em atendimento, equipamentos urbanos e regulação fundiária, fato que permitiu a expansão da moradia popular afastada das áreas valorizadas da cidade formal, sem ampliar o investimento público na habitação e na urbanização imediata.⁸⁰

As habitações que na contemporaneidade são alvos de especulação e disputas, tornaram-se um aspecto definidor para compreensão da pobreza e da desigualdade social após esse processo de reestruturação da malha urbana e habitacional. O afastamento das classes mais desfavorecidas economicamente, possibilitou o agrupamento de famílias em bairros que inicialmente eram vistos como invasões, sendo a maior parte deles, como dito

⁷⁸ **Ibidem.** p. 107

⁷⁹ SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho: ocupação, instituição e práticas culturais 1940-1960.** 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

⁸⁰ FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE. p. 111

anteriormente, na zona norte do Recife, formando uma rede⁸¹ de morros que se tornaram bairros posteriormente.

O trabalho de Ricardo Leite Silva é bastante relevante, ao tecer a relação entre a formação dessas periferias com o caráter policaresco e a lógica de controle que é imposto a essas(es) cidadãs(os). Segundo o historiador, o comissariado de polícia tinha um poder em certo grau relevante nessas comunidades recém-formadas, em uma perspectiva de criminalização social da pobreza. O controle das famílias empobrecidas deveria ser garantido pelo Estado por meio do seu aparato de segurança pública, ou seja, as crianças e adolescentes também faziam parte desse processo de violação constante.

Para o autor, a presença do Estado nesses bairros se dava através do comissariado de polícia⁸². Assim, a falta de estrutura de serviços públicos era “substituída” pela lógica da vigilância, aspecto que demarca o constante tensionamento que será problematizado posteriormente entre a instituição de segurança, no caso a polícia, para com a população empobrecida, focando especificamente na relação com as meninas.

Além desses trabalhos, a dissertação da historiadora Geane Bezerra Cavalcanti abarca temporalmente as décadas de 1950 até 1988, sob o título *Lutas e Resistência dos moradores da periferia da Cidade do Recife (1955 – 1988)*. Em sua pesquisa, a autora se propõe a problematizar a formação de uma identidade dos moradores de periferia da cidade, discutindo o papel que a Liga Social Contra os Mocambos tivera naquele momento, além de evidenciar a articulação que a população de periferia construíram para resistir diante da exclusão e marginalização, por meio de uma política de moradia que atendia aos interesses de todos, menos dos moradores

A historiadora se propõe a abordar o diálogo entre a criação das associações de bairro e redemocratização para com as negociações feitas ainda no durante a Ditadura Militar com o prefeito Gustavo Krause e Jarbas Vasconcelos, fazendo emergir os debates que ocorriam em um momento de avanço da especulação imobiliária em regiões como Brasília Teimosa.

⁸¹ A utilização do termo se dá pela compreensão de uma ligação entre esses bairros e comunidades, no caracterizado por um estar ao lado do outro, não sabendo, muitas vezes, onde começa e termina cada um. Afastando assim, o aspecto negativo que o termo possa ser referido.

⁸² SILVA, Ricardo Leite. **Alto José do Pinho: Ocupação, instituição e práticas culturais 1940 – 1960**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE, 2011. p. 103.

Diante desse debate historiográfico, percebe-se as idas e vindas dos interesses empresariais e do poder público frente a alguns espaços que historicamente foram escanteados pelo Estado, onde era escasso o acesso a bens e serviços básicos. O caso de Brasília Teimosa demonstra como a vida das famílias que se encontravam em maior vulnerabilidade econômica era composta por lutas constantes. Segundo Cavalcanti, foram precisos anos para a organização do bairro que naquele momento se tornara alvo de ações e especulação. Segundo a autora:

Os moradores de Brasília Teimosa corriam o risco de serem expulsos das áreas em que moravam por conta também da especulação imobiliária, já que a área era valorizada por ser beira mar; por isso, boa parte dos moradores trabalhava com a pesca e coleta de mariscos. [...] Os moradores estavam contra a mudança, já que o novo terreno ficava distante da praia e as famílias trabalhavam exclusivamente com a pesca [...] Essa questão mostra que, durante anos, os governantes apenas se preocupavam em esconder a pobreza, tirando-a de um lugar e levando para outro, como ocorria ainda nos tempos de Agamenon, sem de fato resolver o problema das famílias, que era o subemprego e a renda baixa.⁸³

Quando tratamos das décadas de 1980 e 1990, os trabalhos historiográficos são escassos, a historiografia acerca da cidade abarca quase todo o século XX ao problematizar as mudanças sociais e urbanas do Recife. Porém, o cenário de redemocratização e de reorganização da cidade e do Estado de Pernambuco, pouco são problematizados pelos historiadores. Sobre esse espaço temporal, destacamos a obra do historiador Dênis Bernardes, intitulada *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Essa obra é a mais cara para as discussões acerca do Recife presentes nesse trabalho, devido ao recorte seguido pelo autor.

Assim, o autor, ao também abordar a questão de Brasília Teimosa, cita a Empresa de Urbanização do Recife – URB, criada em 1973, que gestou o projeto que visava, segundo um dos arquitetos responsáveis pelo projeto, substituir a imagem de 3.200 casebres que serviam como panorama de miséria, por um “moderno Centro de Convenções”. A “revolução do mangue”, denominação dada a esse projeto, era baseado na retirada dos então moradores do bairro. Afirma, Bernardes:

Os 47 hectares da área seriam divididos em 13 setores, que incluía uma zona habitacional com seis mil unidades, com população prevista de 30 mil pessoas, “quase duas vezes a que o bairro tem atualmente”, hotéis, restaurantes, balneários, calçadões. [...]. O projeto prevê a completa transformação da área

⁸³ CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955 – 1988)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFRPE, 2017.

que cederá residências de nível médio e alto, centros comerciais, culturais, educacionais e de prestação de outros serviços, além de ambientes para lazer, esporte e recreação. A população atual de 7.575 habitantes será substituída por outra de 18.625 pessoas, que ocuparão 3.377 unidades residenciais [...]. A urbanização da velha e infecta ilha terá por outro lado repercussões sobre áreas vizinhas igualmente deterioradas, como os Coelhos e o Coque, que constituem, em conjunto, uma mancha negra a dois passos do centro do Recife.⁸⁴

Assim, vemos por meio do debate historiográfico que a cidade do Recife é construída através de disputas, dos constantes interesses em realocar e reorganizar espaços urbanos para atender os interesses de determinados sujeitos. Da mesma forma que Brasília Teimosa foi alvo, os Coelhos e o Coque também foram, bairros localizados na região central da cidade, que serão discutidos posteriormente ao abordarmos a formação da cidade e as suas regiões político-administrativas.

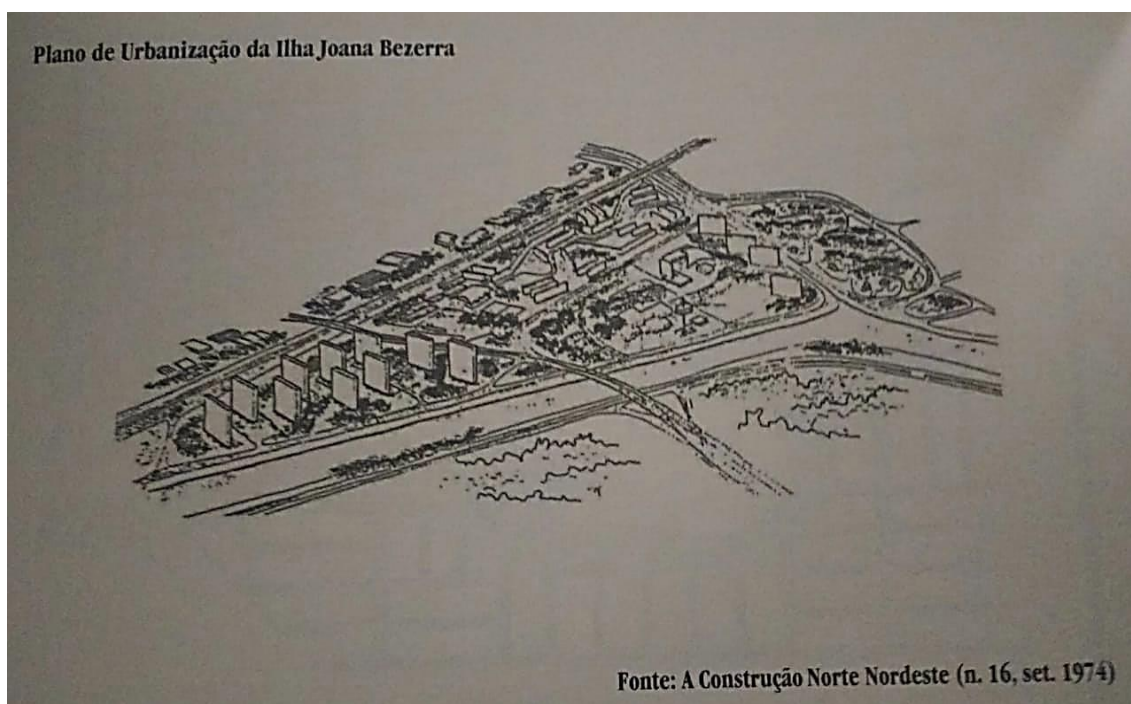


Figura 2: **Plano de urbanização da Ilha de Joana Bezerra.** Fonte: BERNARDES, Denis. Recife, o caranguejo e o viaduto. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

A imagem acima expõe o projeto de urbanização construído pela URB, no intuito de “revitalizar” os bairros centrais da cidade, pois o projeto para a Ilha de Joana Bezerra contemplava o Coque e os Coelhos, além de Brasília Teimosa. Desse modo, o alargamento da desigualdade no Recife, passa pela adoção de medidas que interferia no

⁸⁴ BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto.** 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 104 - 105.

direito à habitação. Para Bernardes, a moradia é essencial para pensarmos a materialidade da desigualdade.

Materialmente, a primeira grande divisão é dada pela diferenciação socioespacial da moradia, tanto em termos de sua localização e características de construção quanto em relação à infraestrutura que a serve. Assim, a planície da cidade, onde as condições de edificação sempre foram mais favoráveis, foi ocupada de preferência pelas classes de maior poder aquisitivo e está ocupação sempre foi acompanhada ou precedida da oferta de uma infraestrutura de serviços urbanos, tais como: abastecimento d'água, eletrificação, pavimentação, drenagem, saneamento, coleta de lixo, segurança, transportes, sistema de comercialização, saúde, lazer.⁸⁵

Para o autor, há uma continuidade no processo de afastamento das populações de baixa renda em direção aos morros. Com isso, os problemas cotidianos da cidade não são vivenciados da mesma forma pelos seus cidadãos, o que retira do poder público a pressão que um corpo social organizado poderia exercer quanto a forma de pensar e gestar o Recife. As práticas modernizantes, os empreendimentos que visavam “embelezar” a cidade e torná-la atraente, confluem para a classe média como um avanço, pois os problemas enfrentados por esses sujeitos são de outra ordem que não a segregação espacial vivida por parte dos recifenses. Segundo Bernardes:

É perceptível uma tendência da classe média no sentido de uma crescente segregação socioespacial, “desligando-se” do conjunto do espaço urbano, elaborando códigos próprios e criando um tecido de relações que a torna indiferente aos grandes problemas da cidade.⁸⁶

As tendências excludentes subsidiaram as políticas empreendidas no Recife durante o século XX, a marginalização dos sujeitos e dos grupos sociais em detrimento a interesses privados que foram instrumentalizados como bem comum, deram base a segregação e o aumento da desigualdade social que será problematizada no decorrer do capítulo. Entretanto, é importante salientar como a historiografia pode se apropriar dos debates em torno da história social da cidade na contemporaneidade. Trabalhos como o de Denis Bernardes apontam como a análise histórica pode contribuir para desnaturalizar a pobreza e a miserabilidade que acompanha o Recife por décadas.

Por fim, antes de nos atermos aos dados levantados que serão discutidos e analisados a diante, esse panorama historiográfico evidencia como a cidade é construída

⁸⁵**Ibidem.** p. 153-154.

⁸⁶**Ibidem.** p. 167.

em torno de processos de banalização da violência do Estado frente aos sujeitos. Isso se dá desde a expulsão iniciada nas décadas 1910 e 1920, a sua intensificação com a Liga Social contra o Mocambo nos anos de 1940, que contribuíram diretamente para a formação das ilhas de pobreza na cidade, em que bairros circunvizinhos construíram dinâmicas antagônicas um ao outro, onde para uns o Estado se materializa em áreas de lazer, segurança e acesso aos serviços públicos, e para outros a presença estatal é visibilizada por meio do aparato de segurança, com as rondas e as intervenções policiais.

Recife: “capital” da desigualdade, cenário de contradições

Os mucambos construídos dentro da lama. Uns, mais felizes, trepados em pernas de pau sobre os alagadiços e os mangues têm até um ar doce de palhoças lacustres: guardam uma distância higiênica do chão úmido ou da água podre. Mas outros deixam-se ficar bem dentro da podridão, os moradores numa intimidade doentia com a lama: tais os mucambos de Joaneiro, dentro da própria área do Recife.⁸⁷

A capital pernambucana tem em seu cenário urbano, imagens que contrastam e se opõe as belezas tão valorizadas turisticamente. Cidade emergida do mangue, na lama, Recife e seus arrabaldes são margeados pelo rio, mangue e pela pobreza. Paisagens que se misturam no cotidiano entre os prédios e os carros, com as palafitas e alagadiços, imagens que foram descritas e debatidas pelo Gilberto Freyre⁸⁸, ao ler as desigualdades que construíram a sociedade brasileira, mais notadamente Pernambuco.

Gilberto Freyre alegou um plausível fim do patriarcalismo nas esferas sociais brasileiras, em que elas, mesmo passando por mudanças, encontraram uma possível harmonia. As estruturas de dominação e poder estritamente masculinas, classistas e de cunho escravista do século XIX, se remodelavam ao passo que o progresso do século XX tomava forma no Estado de Pernambuco e na cidade do Recife.

As reorganizações urbanas aparentavam trazer um requinte para a desigualdade que era visível. A abordagem de Freyre acerca de uma harmonização entre grupos

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo, Editora Globo, 1º Ed. Digital. 2013. p. 491

⁸⁸ **Ibidem**.

dominantes e grupos que sofriam as intervenções deles por meio das relações desiguais de poder, evidencia a banalidade das violações das quais naturaliza e interpõe locais comuns a serem ocupados por determinados sujeitos, onde o preto ex-escravizado, se não vive mais em uma senzala, passa a viver em uma moradia sem estrutura e longe de serviços públicos. São essas permanências que serão discutidas aqui no decorrer do capítulo.

A região político-administrativa no qual o presente trabalho se debruçará será a RPA Centro, por ser a área em que se encontra o espaço físico e de maior atuação da Casa de Passagem, instituição não governamental, sujeita dessa dissertação, juntamente com as meninas que ela atendia. Todavia, mesmo o trabalho da Casa sendo direcionado a área central da cidade – o que não quer dizer que a organização atuava apenas nela, as contradições e desigualdades do Recife não se concentravam somente nessa região. Segue abaixo um mapa dos bairros que compõem essa região.



Figura 3: Mapa dos bairros da RPA 1. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005. Software. 2020.

Os bairros que compõem essa região político-administrativa são Recife, Boa Vista, Santo Antônio e São José, que se destacam por ser bairros mais comerciais; Ilha Joana Bezerra, Coelhos, Santo Amaro e Cabanga, sendo os bairros com os índices de pobreza mais elevados; e Ilha do Leite, Paissandu e Soledade, compondo a área com melhores índices em relação ao acesso a bens e serviços básicos. Mais adiante discutiremos as características dessas localidades.

Para pensar nas reverberações dessa contradição, se faz imprescindível compreender a cidade do Recife geográfica e socialmente, entender como seus espaços são ocupados e utilizados pela população, através das dinâmicas sociais que materializam a desigualdade entre as(os) sujeitas(os). Dado que segundo a economista Tânia Bacelar, uma das pesquisadoras que contribuíram com as problematizações dos dados obtidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aliado a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Integração Nacional, a cidade é organizada de maneira que reproduz a lógica empreendida no Brasil da redemocratização, proporcionando um bairro como Boa Viagem que contrasta com seus vizinhos, Brasília Teimosa e Coque.⁸⁹.

Embora haja seis regiões político-administrativas em Recife, a distribuição populacional e de atividades econômicas e socioculturais não se dá de forma homogênea. Na tabela abaixo veremos como se materializa a organização habitacional entre as RPAs da cidade, onde esses dados estão dispostos para evidenciar o índice de mulheres, crianças e adolescentes residentes. Essas estatísticas se farão relevantes ao dialogar com os próximos dados que serão discutidos mais a diante nesse trabalho.

Tabela 1: População residente por RPA no Recife em 1991

RPA	População residente	Mulheres residentes	Residentes meninas entre 10 – 14 anos	Residentes meninas entre 15 – 17 anos
RPA 1	82.578	45.496	4.205	2.624
RPA 2	197.710	105.110	10.679	6.342
RPA 3	258.096	138.146	14.185	8.741
RPA 4	222.936	119.576	11.862	7.201
RPA 5	235.078	124.644	12.515	7.756
RPA 6	313.860	167.934	17.230	10.696

⁸⁹ BACELAR, Tânia; ARAUJO, Tarcísio Patrício. **Recife: Desenvolvimento e desigualdade.** Desenvolvimento Humano no Recife. Atlas Municipal. Recife, 2005.

ZEIS⁹⁰	547.603	286.090	31.345	18.860
Total Recife	1.310.259	700.906	70.676	43.360

Tabela 1: **População residente por RPA no Recife em 1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pela autora, 2020.

Os dados da tabela acima nos proporcionam visibilizar que as mulheres são mais da metade da população em todas as regiões político-administrativas do Recife. Esses índices serão importantes nas discussões a seguir por evidenciar questões, como o número de mulheres que chefiam o lar diante de uma sociedade que ainda se estruturava no conceito patriarcal de família.

Como caminho metodológico para a discussão sobre a dinâmica social da cidade do Recife no período da redemocratização, optou-se por trabalhar com gráficos e tabelas produzidos pela autora, com base em dados produzidos pela Prefeitura do Recife em parceria com o PNUD e o Ministério da Integração Nacional. Essas informações estão disponibilizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife e Região Metropolitana⁹¹.

O Atlas é uma ferramenta de conhecimento acerca do município, de sua realidade socioeconômica e como ela impacta na vida dos moradores das diferentes áreas do seu território, entre os anos de 1991 e 2000. Publicado em 2005, contém cerca de 200 indicadores baseados nos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Os dados são importantes para a realização de uma leitura de cenário socioeconômico do Recife, que possibilita compreender como as relações políticas implicam na vida dos recifenses mais empobrecidos. As tabelas que serão discutidas se referem aos índices de pobreza, distribuição de renda, chefia do lar, mortalidade infantil,

⁹⁰As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), também chamadas de Áreas Especiais de Interesse Social, são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Dividem-se em dois tipos: as ZEIS I compreendem-se em assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, carentes de infraestrutura básica e passíveis de regularização urbanística e fundiária; já as ZEIS II compõem-se de áreas de Programas Habitacionais de Interesse Social propostos pelo Poder Público, originárias de projetos de urbanização. A cidade do Recife tem 67 áreas ZEIS I e 7 ZEIS II.

⁹¹ PREFEITURA DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2005. 1 atlas.; RECIFE, Prefeitura et al. *Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal*. Recife, 2005. Software.

analfabetismo e gravidez na adolescência, com o recorte espaço-temporal do Recife na redemocratização, especificamente na década de 1990.

A região político-administrativa do Centro se caracteriza por ser a área mais comercial da cidade e a menos populosa, como visto na tabela acima. Todavia, também tem como marco o alto índice de pobreza quando comparado com as outras regiões. O gráfico abaixo apresenta os índices de pobreza por RPA em 1991.

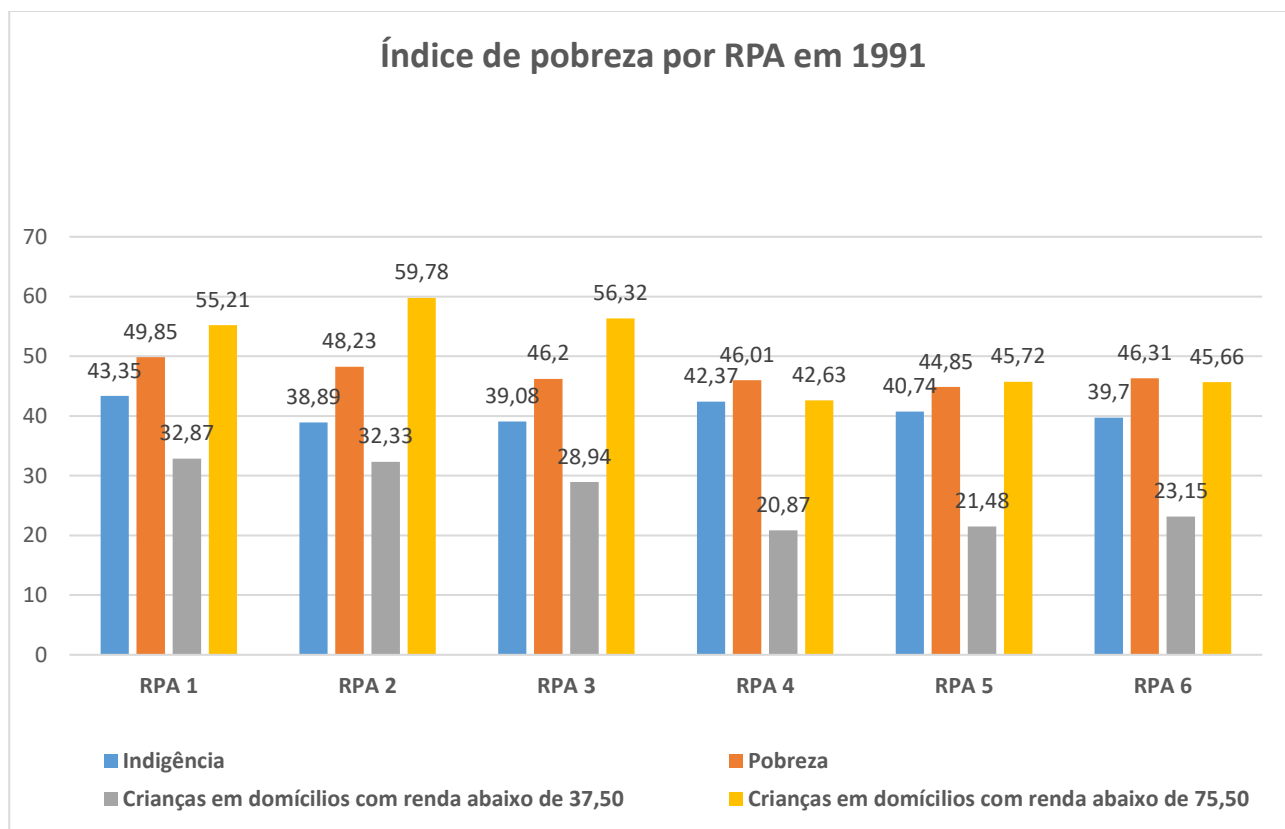


Gráfico 1: **Índice de pobreza por RPA em 1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

O gráfico acima traz estatísticas que abarcam as seis regiões político-administrativas. Ele mostra que a região Centro(1) tinha o maior índice de pobreza e de indigência⁹² das RPAs, Também se destaca por ter a maior quantidade de crianças em domicílios com renda abaixo de R\$ 37,50, e em relação a infantes em lares com renda abaixo de R\$ 75,50, ficando atrás apenas do Norte(2) e se equipara ao Noroeste(3).

⁹² O Atlas se apropria da denominação indigente para se referir àquele que não tem condições de suprir suas próprias necessidades, tendo como sinônimos miserável, necessitado, pobre.

A redemocratização veio junto a uma expectativa em relação a melhoria das condições de vida, todavia essa crença não foi acompanhada de uma concretização do acesso a bens e oportunidades que possibilitassem a conquista de uma vida mais digna. Esses altos índices se devem as realocações que grupos experienciadores da pobreza e da miserabilidade sofreram, sendo direcionadas a essa região sem nenhum tipo de assistência governamental que se preocupasse com o cotidiano deles. Abaixo encontra-se uma tabela que mostra dados sobre o acesso a bens e serviços básicos nos domicílios dessa região em 1991.

Tabela 2: Acesso a bens e serviços básicos na RPA Centro (1) em 1991

Unidade de Desenvolvimento Humano	Domicílios com água encanada	Domicílios com energia elétrica e geladeira	Domicílios com instalação sanitária	Domicílios com coleta de lixo
Boa Vista/Ilha do Leite/Paissandu	99,07	98,94	99,74	99,43
Ilha Joana Bezerra/ São José – Zeis Coque	69,34	44,07	73,31	42,70
Recife Centro – Zeis Coelhos/Comunidade Pilar	76,23	67,57	82,89	82,92
Santo Amaro – Zeis Santo Amaro e João de Barros	41,76	60,58	64,66	67,80
Santo Amaro/Soledade – Vilas Naval e Operária	98,25	93,81	98,18	95,36
RPA Centro(1)	78,07	74,57	84,66	79,33
Total Recife	80,62	77,93	93,01	81,58

Tabela 2: Acesso a bens e serviços básicos na RPA Centro (1) em 1991. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pela autora, 2020.

Na tabela acima percebe-se como, dentro de uma mesma RPA, a desigualdade referente ao acesso a bens e serviços básicos domiciliares é evidente. A Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu são bairros que têm como maior característica ser a área da cidade com mais centros hospitalares, o que explica o alto índice de acesso aos bens citados. Seguido de uma parte do bairro de Santo Amaro e da Soledade, que mesmo sendo pertencentes a área mais comercial dentro da RPA Centro, tem alta especulação imobiliária e de valorização dos imóveis.

As zonas conseguintes, representadas respectivamente por Recife Centro, Ilha de Joana Bezerra e a outra parte de Santo Amaro são caracterizadas por um alto índice de habitações somada a um elevado índice de pobreza. A formação de determinados bairros se deu pela retirada de moradores de áreas que foram alvos do interesse público, que visava adotar uma nova dinâmica de moradia e conseqüentemente do acesso a ela, impulsionando o desenvolvimento de nichos de pobreza e miserabilidade dentro da cidade. Dentre esses espaços podemos citar o bairro dos Coelhos e a comunidade do Pilar.

Outro dado trazido para a discussão acerca da desigualdade no Recife é a média de rendimento mensal das famílias, que estão apresentadas em duas especificidades: por RPAs e gênero. Nos gráficos veremos os valores médios desse rendimento, assim como a porcentagem de pessoas que possuem o rendimento de até um salário-mínimo. Ambos têm o recorte temporal dos anos 1990-1991, momento que sucedeu a promulgação da “Constituição Cidadã”.

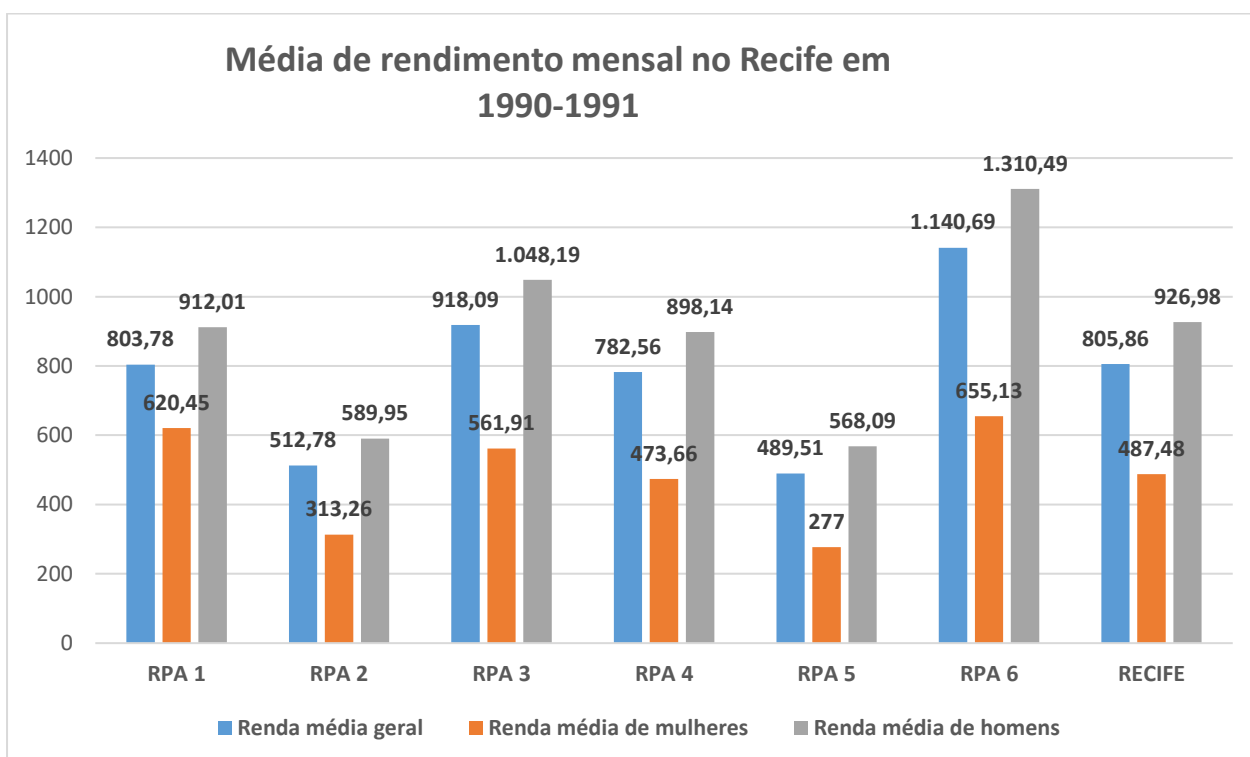


Gráfico 2: **Média de rendimento mensal no Recife em 1990-1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

No gráfico acima vemos que a RPA1, região tida como espaço de maior interesse de análise neste trabalho, não liderava, no período de redemocratização, a estatística de menor média de rendimento mensal, ficando atrás da RPA5 e RPA3, respectivamente.

Isso se dá porque, embora o maior índice de pobreza da cidade se localizasse no Centro, essa mesma área tinha em seu zoneamento bairros de classe média, como Ilha do Leite, Paissandu, Soledade e Boa Vista, que elevavam a média salarial da região, dada as moradias de classe média comuns nesses locais, além da circulação por conta dos comércios e empresas sediadas. Isso propicia a formação das “ilhas” de pobreza e miserabilidade na região central da cidade, marca das metrópoles brasileiras, questão essa que fomentou que os bairros mais pobres da cidade se localizassem na RPA 1, formando um paradoxo entre espaços tão fronteiriços.

Sobre o rendimento familiar de até um salário-mínimo no Recife, vemos o gráfico abaixo:

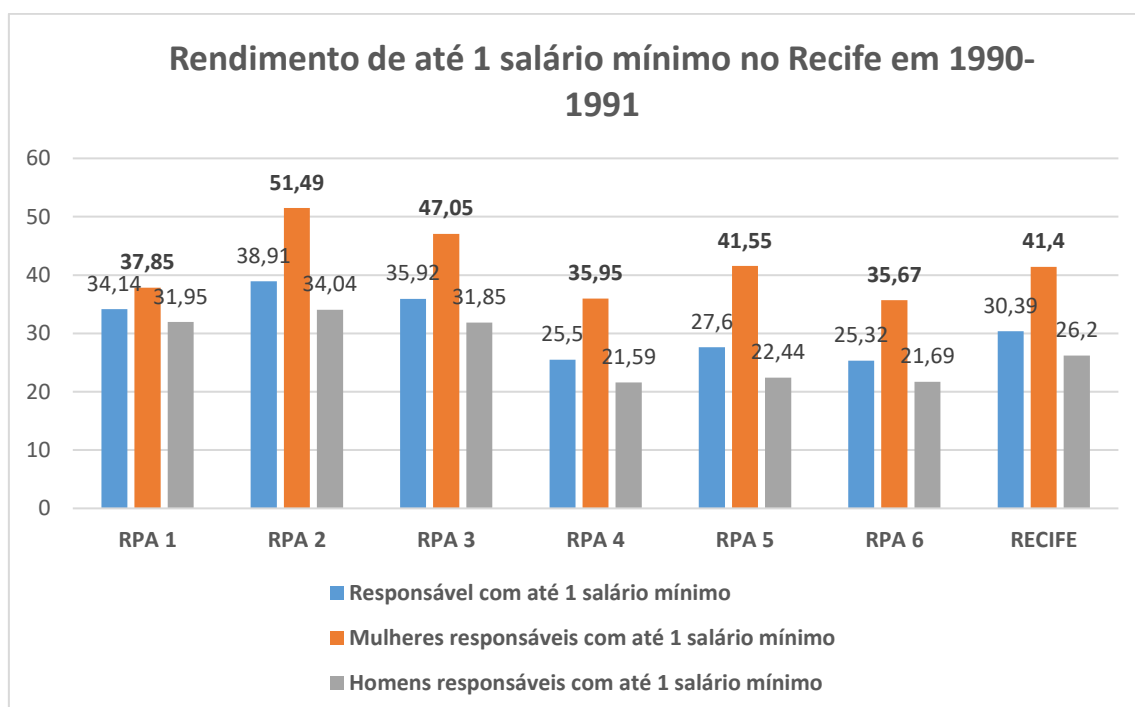


Gráfico 3: **Rendimento de até 1 salário-mínimo no Recife em 1990-1991.** Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

Já no gráfico apresentado acima, nota-se que em relação ao rendimento de até um salário-mínimo obtido pela(o) responsável da casa, o Centro fica atrás das RPA2 e RPA3, respectivamente. Essa não liderança se dá pelos mesmos motivos apresentados sobre o gráfico anterior. No entanto, para além do não posicionamento no topo das estatísticas, é comum aos dois o lugar de inferioridade no qual as mulheres se encontram. No primeiro, em todas as regiões político-administrativas as mulheres têm seu rendimento menor que

os homens. E no segundo, também em todas as RPAs, o índice de recebimento de renda até um salário-mínimo é mais alto em relação a elas quando comparado a eles.

Essa problemática da não igualdade salarial não é especificidade do período da Ditadura Militar ou da redemocratização. Até os dias atuais, a desigualdade de renda acompanha as mulheres que executam as mesmas atividades que os homens, mas não são valorizadas como eles. Para além da disparidade de salários, as mulheres enfrentavam e ainda enfrentam a dupla jornada de trabalho, quando não fora, as atividades são dentro de casa e muitas vezes somadas a mais um exercício que é a maternidade. Essas múltiplas jornadas, muitas vezes, eram agregadas ao papel de chefia do lar, visto que as famílias mais vulneráveis economicamente tinham como uma de suas características a mulher como mantenedora do lar, devido à alta rotatividade de companheiros que passavam por suas vidas⁹³.

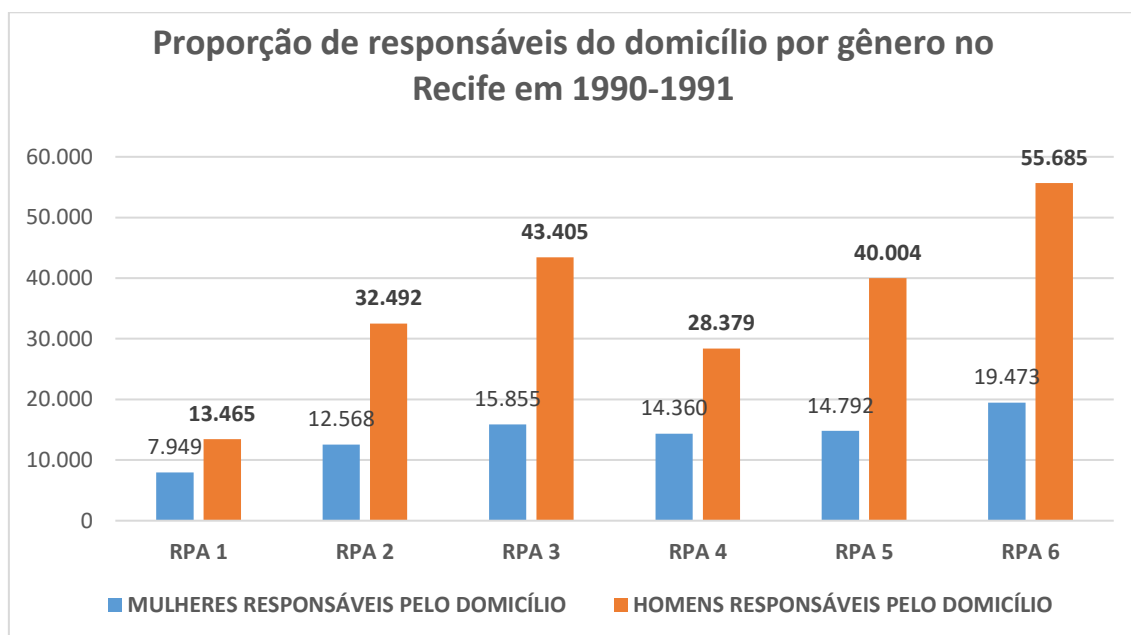


Gráfico 4: **Proporção de responsáveis do domicílio por gênero no Recife em 1990-1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

Acima vemos que em todas as regiões político-administrativas os homens são os principais responsáveis pela manutenção do lar. No entanto, o contraste entre os estereótipos designados aos gêneros direcionados a essa questão se materializa de forma inferior na RPA 1, quando comparada com as outras áreas. Na tabela a seguir serão

⁹³ MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha**. Recife: Edições Bagaço, 2010.

apresentados os índices de mulheres responsáveis pelo domicílio com até um salário-mínimo dentro da região citada, que possibilitará a discussão sobre o porquê que, mesmo as famílias mais vulneráveis tendo como característica a mulher no papel de provedora, os dados mostram que os homens, ainda assim, aparecem como os principais responsáveis.

Tabela 3: Rendimento de mulheres responsáveis pelo domicílio no Recife em 1991

Bairros	Responsável pelo domicílio com até 1 salário mínimo	Mulher responsável pelo domicílio com até 1 salário mínimo	Rendimento médio das mulheres
Boa Vista	6,49 %	10,26%	1.080,00
Cabanga	28,03%	42,86%	401,82
Coelhos	55,95%	69,88%	190,44
Ilha do Leite	8,99%	17,14%	981,44
Ilha de Joana Bezerra	63,28%	69,62%	91,02
Paissandu	7,84%	10,0%	1.157,84
Recife	23,85%	35,29%	154,78
Santo Amaro	39,59%	47,89%	513,97
Santo Antônio	21,21%	25,0%	767,88
São José	49,39%	57,64%	191,63
Soledade	4,03%	5,69%	952,33

Tabela 3: **Rendimento de mulheres responsáveis pelo domicílio no Recife em 1991.** Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pela autora, 2020.

A tabela acima possibilita compreender o contraste que compõe a região político-administrativa 1, através dos valores das médias dos rendimentos mensais dos responsáveis pelo lar, especialmente as mulheres. Na primeira coluna nota-se que os bairros com menor índice de responsáveis com até um salário-mínimo são exatamente os mesmos citados na discussão anterior, caracterizados pela composição de uma classe média. Essas famílias privilegiadas têm como uma de suas características o arranjo

familiar nuclear⁹⁴, o que explica os dados do gráfico anterior em que mostram os homens como principais responsáveis pelo espaço doméstico.

Na segunda coluna, já com o recorte de gênero, os bairros da Soledade, Paissandu, Boa vista e Ilha do Leite continuam em destaque por terem baixos índices quando comparados a outros bairros que compõe a RPA 1. Na última coluna podemos observar a média do valor do rendimento das mulheres moradoras dessa região. Atenta-se para a disparidade da média entre a Ilha de Joana Bezerra, com R\$ 91,02, e o bairro do Paissandu, com R\$ 1.157,84. O baixo rendimento mensal de algumas famílias, dificulta a vivência do cotidiano inserido em diferentes violações e negações de direitos, mesmo que básicos. Abaixo veremos um gráfico acerca da mortalidade infantil no Recife em 1990-1991, que tem como um de seus causadores as más condições inseridas no abandono social.

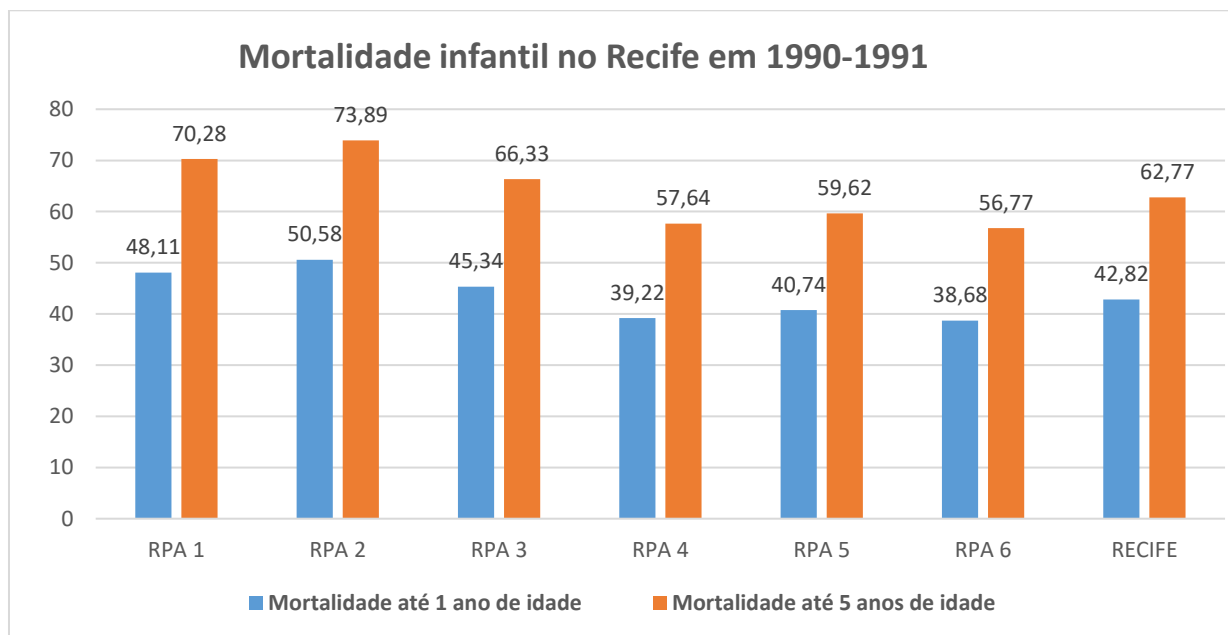


Gráfico 5: **Mortalidade infantil no Recife em 1990-1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

A região político-administrativa com maior índice de mortalidade infantil entre crianças de um e cinco anos de idade é a RPA Norte, de acordo com o gráfico acima. Dos dezessete bairros que compõem essa área, onze têm alto índice de pobreza, cito como exemplo Alto Santa Terezinha, Peixinhos, Linha do Tiro e Dois Unidos. O Norte é

⁹⁴Na cultura ocidental, o modelo tradicional de família é o nuclear ou conjugal, que é composto pelo pai biológico, mãe e filhas(os). O pai tem o papel de mantedor do lar e a mãe de cuidar dos afazeres domésticos e das crianças e adolescentes.

seguido pelo Centro, tendo como destaque os bairros de Ilha de Joana Bezerra, Coelhos, Recife e São José.

A elevada estatística de morte entre infantes nos possibilita refletir sobre como as condições de vulnerabilidade vivenciadas por inúmeras famílias afetam as questões da sobrevivência, independentemente da idade. O acesso precário a rede de saúde pública de qualidade e a ausência saneamento básico, por exemplo, são fatores que dificultam a sobrevivência das(os) sujeitas(os), visto que a proliferação de doenças tem mais propensão de ocorrer em lugares com baixo índice de sanitariedade.

Outra problemática enfrentada pela população mais vulnerável socialmente é o acesso deficitário a uma educação pública de qualidade. Quando se pensa sobre as permanências dessa questão, percebe-se que as manutenções dessa violação se materializam em diferentes aspectos. A seguir estão dois gráficos que possibilitam uma discussão sobre a escolarização, ou a ausência dela, dentro da RPA Centro, onde o primeiro aborda a educação dos responsáveis pelo domicílio e o segundo sobre o analfabetismo entre crianças e adolescentes, ambos com o mesmo recorte especificado.

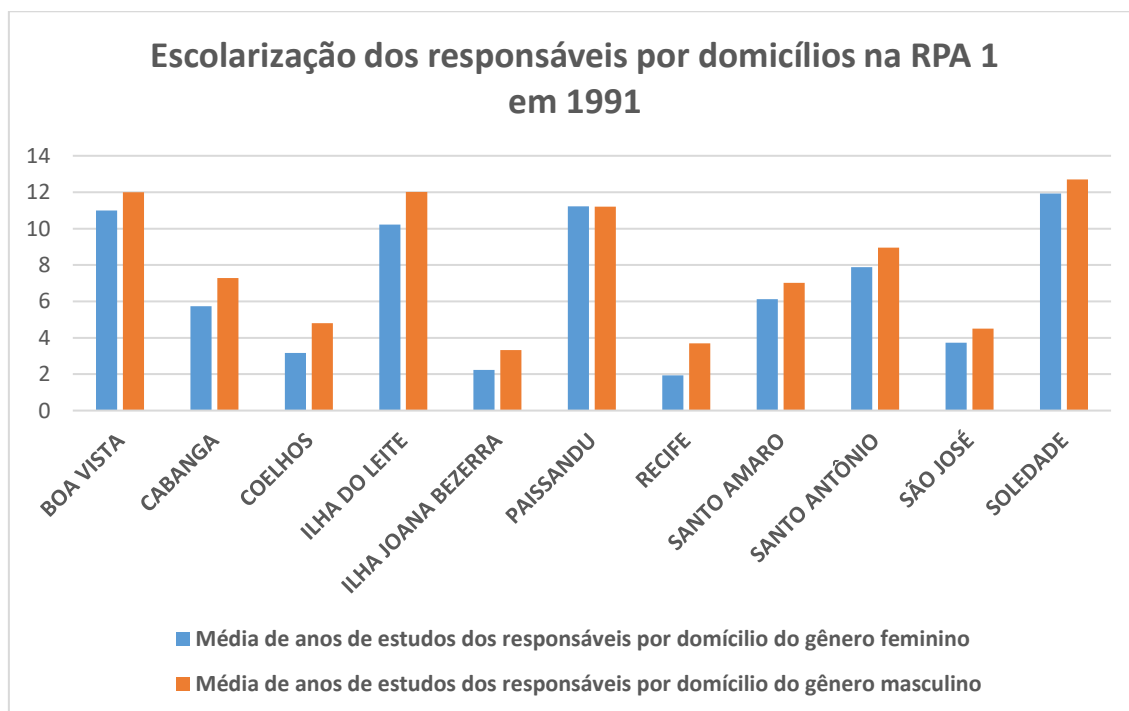


Gráfico 6: **Escolarização dos responsáveis pelo domicílio na RPA 1 em 1991.** Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

O gráfico aponta que os bairros com menor escolarização entre os responsáveis do lar são Ilha de Joana Bezerra, Recife, Coelhos e São José, isso se dá pela constante pobreza, e até miserabilidade, experienciada nesses locais. Esse fator acaba proporcionando a saída das pessoas da escola e a busca por trabalho para contribuir com a manutenção do lar ou até tendo que exercer esse papel sozinha(o). Em quase todos os bairros da RPA1, os homens têm uma média de anos de estudos maior que as mulheres, com exceção do Paissandu, onde aparenta haver um equilíbrio entre os gêneros. Esse contraste pode ser explicado devido a imposição às mulheres a realização de mais atividades cotidianas do que aos homens. Aqui podem ser citadas a organização e limpeza do lar, somada ao cuidado das(os) filhas(os) e ou irmãs(os), o que resulta na ocupação do tempo que poderia ser direcionado aos estudos.

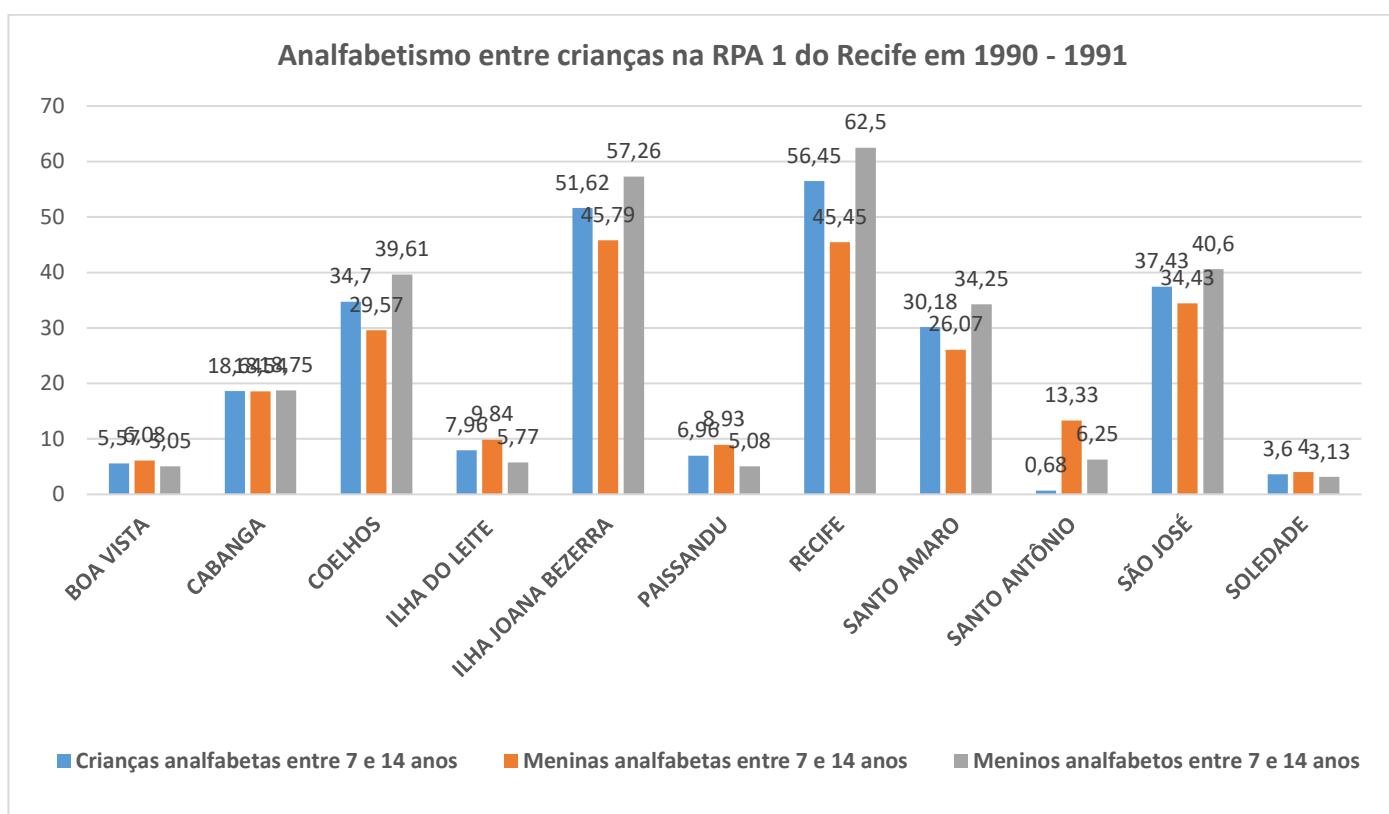


Gráfico 7: **Analfabetismo entre crianças na RPA1 do Recife em 1990-1991**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

No tocante aos índices de analfabetismo entre crianças e adolescentes nos bairros que compõem a RPA1, a posição no ranking das menores estatísticas muda de acordo com a faixa etária. O gráfico acima apresenta dados sobre a infância e quando se refere às crianças entre sete e catorze anos, o bairro com menor índice é Santo Antônio, chegando a quase 0%, seguido de Soledade. No que se refere as meninas, o gráfico

apresenta Soledade e Paissandu, respectivamente, com as mais baixas taxas de analfabetismo.

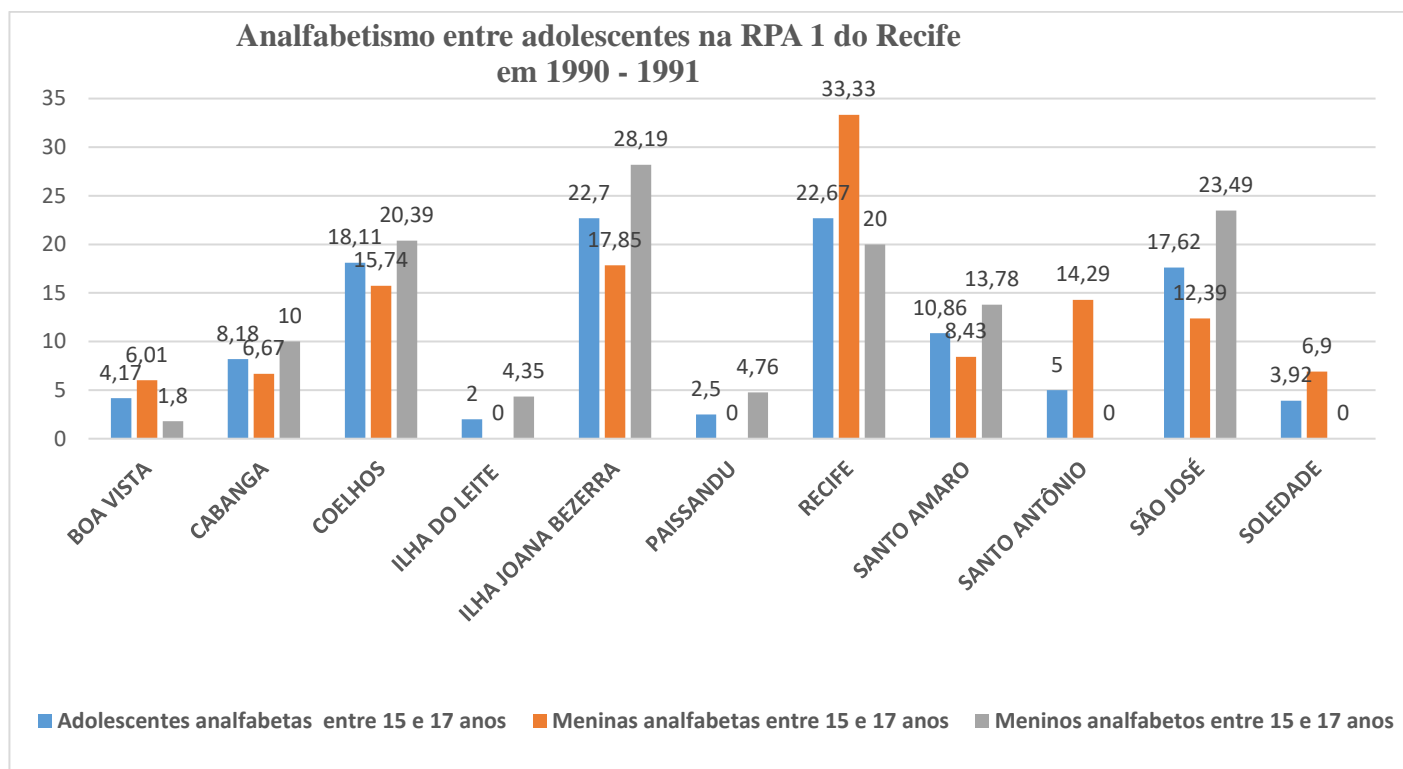


Gráfico 8: **Analfabetismo entre adolescentes de 15 a 17 anos na RPA1 do Recife em 1990-1991.** Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

No que se refere aos índices de analfabetismo entre adolescentes ainda no Centro, no gráfico acima quem se destaca é o bairro de Ilha do Leite, com 2%, seguido de Paissandu. Em relação aos meninos, é importante notar que os bairros de Santo Antônio e Soledade apresentam 0% de analfabetismo. Quanto as meninas, esses dados dialogam com os dos adolescentes sem o recorte de gênero, tendo também os bairros da Ilha do Leite e Paissandu com menores taxas. Se faz imprescindível registrar que esses dados não representam o real, apenas se aproximam do cotidiano vivenciado pelas(os) sujeitas(os), levando a crer que esses números podem se aproximar a nulidade, no entanto, não significam que não havia analfabetismo entre elas(es).

Embora esses índices variem de um gráfico para outro é importante salientar que, em ambos, os bairros com piores estatísticas são os dos Coelhos, Ilha de Joana Bezerra, Recife e São José. Isso se dá por esses locais fazerem parte do grupo com maiores taxas de pobreza do Recife, como visto anteriormente. Por outro lado, também em ambos, os

bairros de Ilha do Leite, Soledade e Paissandu se destacam pelos menores índices, por ter como característica se enquadrar como áreas comerciais e hospitalares.

A pobreza, a mortalidade e o analfabetismo não eram as únicas problemáticas enfrentadas por crianças e adolescentes durante o processo da redemocratização. A gravidez na adolescência, embora tenha diminuído entre os anos de 1990 e 2000 devido ao cenário nacional e internacional de luta para garantia e proteção dos direitos das(os) infantess, permaneceu sendo um elemento de adversidade na experiência de ser menina, visto que a maternidade pode interferir na vivência nessa fase da vida. Abaixo segue dados referentes a adolescentes grávidas no Recife em 1991 e 2000.

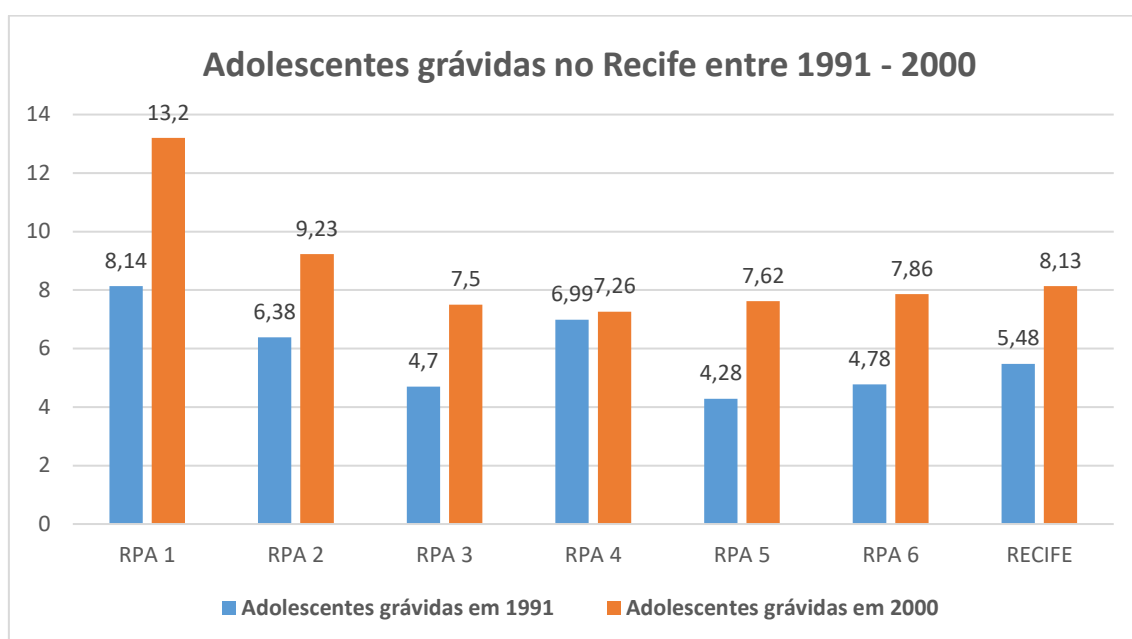


Gráfico 9: **Adolescentes grávidas no Recife entre 1991-2000**. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Gráfico produzido pela autora, 2020.

O gráfico acima aponta um crescimento do índice de gravidez na adolescência durante toda a década de 1990. No Brasil, esse acontecimento se evidenciou com o aumento da maternidade entre meninas menores de vinte anos de idade. Segundo o IBGE, os percentuais desse fenômeno passaram de 16,38% em 1991 para 21,34% em 2000⁹⁵.

A gestação nessa fase da vida é considerada como uma situação de perigo, tanto para as mães quanto para os recém-nascidos, no que tange as questões biológicas, sendo

⁹⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística do Registro Civil: gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. v. 29. p. 23.

assim, constantemente caracterizadas como uma gravidez de risco. Devido à escassez de produções historiográficas acerca dessa temática, buscamos dialogar com outras áreas do conhecimento.

Para esse debate, utilizaremos os psicólogos Ana Cristina Garcia Dias e Marco Antônio Pereira Teixeira, doutores em Psicologia pela Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, respectivamente. Ambos realizaram trabalhos acerca da adolescência, e para discussão nos debruçaremos no intitulado *Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno completo*⁹⁶.

Segundo os psicólogos, há evidências de que adolescentes grávidas podem sofrer mais atribuições médicas do que outras com a idade mais avançada, tanto durante a gestação quanto depois dela. Entre essas dificuldades estão as tentativas de aborto, anemia, desnutrição, sobrepeso, depressão pós-parto e hipertensão.

Ainda de acordo com os autores, a maternidade na adolescência pode estar relacionada a utilização de álcool e outras drogas, sendo agravada as dificuldades pelo insatisfatório acompanhamento pré-natal durante esse período na vida das adolescentes. Desse modo, as condições de vulnerabilidade social propiciam que haja um índice maior de gravidez nessa fase da vida em que meninas inseridas em um contexto familiar menos favorecido economicamente tornam-se mães mais cedo, enfrentando diversos problemas tanto de cunho material quanto emocional. Segundo os psicólogos:

Em termos sociais, a gravidez na adolescência pode estar associada com pobreza, evasão escolar, desemprego, ingresso precoce em um mercado de trabalho não-qualificado, separação conjugal, situações de violência e negligência, diminuição das oportunidades de mobilidade social, além de maus tratos infantis.⁹⁷

Como apresentado no gráfico, a região político-administrativa com maior incidente de gestação nessa faixa etária se dá no Centro, área com alto índice de pobreza, já discutido anteriormente. Para além disso, também foi a localidade que teve o maior aumento entre os anos de 1991 e 2000, tendo uma crescente de quase 5%, sucedido pela RPA5 com 3,4%. A região com menor estatística de aumento foi a RPA4.

⁹⁶ DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno completo. **Revista Paideia**. Ribeirão Preto, vol. 20, n. 45, jan.-abr. 2010, p. 123-131. p. 124.

⁹⁷ **Ibidem**. p. 125.

O presente tópico do trabalho visou apresentar dados e estatísticas acerca do cenário social no qual se insere a cidade do Recife e sua população. Eles possibilitam compreender a desigualdade social vivenciada entre as regiões político-administrativas, assim como pelos habitantes de uma mesma RPA. A materialização das violações de direitos são experienciadas de forma atenuante nas comunidades menos favorecidas, e quando fazemos o recorte de idade e gênero essa problemática se torna ainda mais evidente.

A projeção de si mesma no futuro é um elemento imprescindível na construção da identidade durante as fases da infância e adolescência. Todavia, essa expectativa é constantemente afetada pelos contextos socioculturais nos quais as infantess estão inseridas. A pobreza e a miserabilidade, muitas vezes, acabam levando a mudança de planos para a vida, sejam eles no imediato povir ou direcionados às próximas fases do viver. Essa alteração de idealizações do futuro pode se materializar na não esperada saída do lar para a busca das ruas como uma alternativa de liberdade.

No tocante a RPA Centro, região na qual o presente trabalho se atenta, mesmo esta não sendo uma área caracterizada pelos altos índices de construções habitacionais, quando comparada as outras, a circularidade de pessoas, especialmente crianças e adolescentes em situação de rua, se dá em grande escala. Com isso, no tópico seguinte, discutiremos as experiências da vivência nesse espaço da urbanidade do Recife.

As meninas na dinâmica social das ruas: a busca pela liberdade e a circularidade de violações

“A gente rouba... o menino de rua rouba, tia, pra comer. É muita fome”. Beatriz, 18 anos.⁹⁸

O presente tópico se propõe a analisar e discutir duas documentações principais, *SOS Meninas*⁹⁹ e *Meninas de Rua do Recife*¹⁰⁰, ambas produzidas pela Casa de Passagem. Outras documentações da instituição são utilizadas neste trabalho, todavia, essas citadas trazem depoimentos das meninas acerca da família, institucionalização, experiência nas

⁹⁸ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 61.

⁹⁹VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

¹⁰⁰CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997.

ruas, e sobre como se enxergam enquanto sujeitas na sociedade. Abordam a vivência em espaços de negação e violação de direitos, possibilitando discussões imprescindíveis, como as leituras delas a respeito das ruas. Neste momento do trabalho, utilizaremos as narrativas de Aparecida, 14 anos, Valéria, Rute e Wilma, todas com 16 anos, Yana e Beatriz com 18 anos, e Joana, 19 anos¹⁰¹.

Crianças e adolescentes buscavam nas ruas do Recife uma alternativa de liberdade frente as violações sofridas no espaço de sua casa, local que deveria lhe proporcionar cuidado, afeto e proteção, assim como também experienciavam essa ausência de direitos na FEBEM, instituição estatal que se apresentava como ideal para promover a ressocialização de infantes considerados desviantes e que viviam em situação de abandono social¹⁰², e que depois veio a ser substituída pela FUNDAC. Entretanto, quando essas(es) sujeitas(os) chegavam nas ruas se deparavam com uma nova prisão: drogas, prostituição, mundo do trabalho, fome, abusos de poder, marginalização social.

Segundo a Casa de Passagem¹⁰³, a faixa etária de maior incidência de ida de meninas às ruas se dava entre os seis e dezesseis anos de idade. Essa transição acontecia por meio de grupos de amizade que aos poucos iam preenchendo o vazio deixado pela família. Esses grupos eram caracterizados pela solidariedade, onde uma protegia a outra, principalmente quando se tratava da questão da idade ou quando uma menina nova chegava às ruas. Essa proteção se materializava na vigia da dormida, na divisão do alimento, como também na preparação da menina para a sobrevivência nesse novo espaço. Sobre esse cuidado, Aparecida relata:

“Sofia cuidava de mim, dava cume a mim, dava banho, dava roupa. As minina me davam comida, tudo”. Aparecida, 14 anos.¹⁰⁴

As formas de sobreviver e lidar com as adversidades proporcionam pensarmos acerca das táticas e estratégias empreendidas por essas sujeitas em seu cotidiano. O historiador Michel de Certeau, na obra *A invenção do cotidiano*¹⁰⁵, explora os interditos

¹⁰¹As documentações da Casa de Passagem, *SOS Meninas e Menina de Rua do Recife*, afirmam que os nomes apresentados das meninas que relataram não são os de registro, mas sim um escolhido por elas para preservar sua identidade.

¹⁰² Discutiremos as experiências de meninas no espaço do lar e na FEBEM - FUNDAC no segundo capítulo do presente trabalho.

¹⁰³CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997.; **Meninas podem sobreviver nas ruas**. JORNAL DO COMÉRCIO. Recife, 1 de setembro de 1991. APEJE.

¹⁰⁴**Ibidem**. p. 45.

¹⁰⁵ CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

entre a ideia do papel social dos sujeitos na sociedade. Quando se pensa no indivíduo pobre, sem acesso a serviço básico e a bens materiais, atrela-se uma perspectiva de ingerência na qual o sujeito é espectador das tramas. Todavia, o autor afirma que existe um aspecto importante a ser levado em consideração: a agência de si.

A agência humana também é algo que faz parte da vida dos sujeitos anônimos, independentemente da situação de vulnerabilidade, à vista disso, a passividade não é característica dada e natural. Deste modo, as discussões realizadas por Certeau acerca das formas de resistência, nos possibilitam compreender as práticas cotidianas como operações inseridas no processo de interação social, em que a(o) sujeita(o) se reapropria de elementos já existentes em uma sociedade, objetivando torná-los parte de sua própria existência.

Certeau afirma que o cotidiano tem caráter opressor e essa opressão faz com que os sujeitos sejam induzidos a jogar com e nas relações de poder, para que assim, mesmo com as limitações, possam experimentar a sociedade. Destarte, o autor trabalha com o conceito de estratégia e tática que contribui para este trabalho ao possibilitar pensarmos as ações das meninas como formas de resistência nos diferentes espaços por elas experienciados. Para ele, estratégias são as relações de forças sociais que proporcionam ao indivíduo um lugar de saber e poder, onde esse lugar se torna uma configuração de posições, implicando assim uma estabilidade. Já as táticas, são operações que buscam provocar a instabilidade a partir do que lhe é imposto. Possibilita improvisações que induzem a reapropriação do espaço-tempo para que haja um caráter de movimento.

Em diálogo com as contribuições de Certeau, trazemos o trabalho da historiadora mexicana Susana Sosenski que se torna relevante por proporcionar reflexões sobre a agência de si das meninas. Segundo a autora, devemos olhar para as crianças e adolescentes como sujeitos, atores sociais que também escrevem sua trajetória de forma ativa. Ela afirma que:

Es tiempo de adoptar una actitud crítica hacia las posturas tradicionales y paternalistas que consideran a los niños y adolescentes como objetos pasivos, meros receptores de políticas y de protección, víctimas de la explotación o sujetos dominados por papeles simbólicos como la pureza o la inocencia, y comenzar a pensarlos como actores sociales, culturales y económicos, en la medida en que tuvieron posibilidades de actuar, transmitir valores entre

generaciones, transformar su medio, resistir a la dominación y afirmar su particularidade.¹⁰⁶

Dessa forma, compreendemos as meninas como agentes construtoras da sua história. Sujeitas que agem, a partir das táticas e estratégias de Certeau, para agenciar o que acontece em seu meio de forma que esses símbolos venham a compor as relações de saber-poder que as circundam. Como afirma Sosenski, são indivíduos que transformam o seu entorno, que criam e resistem as dominações e opressões existentes em seu cotidiano.

No caso do presente trabalho, a solidariedade pode ser percebida tanto como estratégia para a manutenção do saber-poder das meninas, assim como pode ser uma tática de movimentar a relação de forças que há entre elas. Isso se dá porque as relações de forças têm caráter móvel dentro dos espaços, podendo não eternizar um lugar de poder, possibilitando que trajetórias, mesmo já consolidadas, sejam alteradas dentro desse cenário.

A “trajetória” evoca um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por uma operação; uma linha reversível (que se pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço, a atos.¹⁰⁷

Portanto, pensar no cotidiano dessas meninas é pensar em como as relações são constituídas de micropolíticas, com dinâmicas compostas de conflitos carregados de estratégias e táticas. Elas produzem diferentes lugares de ação, que se inserem numa mobilidade de poder, de acordo com o seu objetivo no espaço. No caso em discussão, criar ou entrar em uma rede de solidariedade e/ou acolhimento entre meninas nas ruas também são formas de resistência.

Esses grupos eram considerados como novas famílias, onde, muitas vezes, as meninas mais velhas eram vistas como um referencial materno para as mais novas, pois para além da proteção, as jovens não permitiam que as recém-chegadas sofressem o risco de roubar ou se prostituir, assim como não as deixavam pedir esmolas. Sobre essas novas famílias, Yana relata:

¹⁰⁶ SOSENSKI, Susana. Entre prácticas, instituciones y discursos: trabajadores infantil en la ciudad de México (1920-1934). *Historia Mex*, LX: 2, 2010. P. 1231.

¹⁰⁷CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46.

“Eu tenho mais carinho na rua com minhas amigas do que na minha casa. Na rua o que tem de bom são as amigas, encontrar com as amigas, dividir. Quando vem uma eu acompanho, eu faço aquilo pra ela, faço aquilo outro, o que eu puder, tiver ao meu pertence eu faço pra ela porque eu tou mais acostumada às minhas amigas do que com minhas próprias famílias. (...) Às vezes a gente briga, discute, mas somos família mesmo, a gente como uma família. (...) Eu me criei com elas e quero, sei lá, caducá na companhia delas”. Yana, 18 anos.¹⁰⁸

É comum ouvirmos a expressão “meninas(os) de rua” para se referir a crianças e adolescentes que se encontram nesse espaço. Todavia, esse vocábulo está equivocado, visto que essas(es) infantess, em sua maioria, tem casa para morar. O que ocorre é que, devido as diversas violações sofridas no lar, elas preferem passar seu tempo na rua, tempo esse que costuma variar entre horas, dias ou semanas. Destarte, independentemente do tempo que se passe nesse espaço, elas criam vínculos de afeição com outras que também vivenciam essa experiência. Como vimos no relato acima, a jovem fala da construção de novos arranjos familiares e de como o carinho ultrapassa os limites consanguíneos das relações.

Entretanto, segundo as documentações, embora as meninas mais velhas ocupassem o lugar materno na vida de outra, em alguns casos essa relação não era apenas de proteção. Algumas jovens trocavam a dependência do cuidado por alguns benefícios pessoais como roubar para elas. Havia a proteção no início, mas durante esse processo era ensinado o ato do roubo para que posteriormente essa ação servisse como uma forma de pagamento. Aparecida fala sobre essas relações:

“Descalça na rua, essas maloqueiras que não me considera, de roubar eu, até Nevinha mesmo, Nevinha Sapatão que tava acostumada a acochar nós. Quer fazer nós de cachorro. Quer fazer pedir esmola pra ela. Quer que vá pedir esmola pra ela dá cume a ela a pulso. Se não pedir ela dá em nós. Até segurá nós pra nós roubar pra ela”. Aparecida, 14 anos.¹⁰⁹

Nem todas as relações constituíam-se de reciprocidade, de admiração e carinho. Para sobreviver nas ruas algumas meninas se submetiam a essa dívida para com outras, assim como as mais velhas também se utilizavam desse lugar de poder para a manutenção da sua sobrevivência. No entanto, mesmo vivenciando essa relação de poder, havia meninas que preferiam isso a sobreviver sozinha nas ruas.

¹⁰⁸**Ibidem.** p. 44.

¹⁰⁹**Ibidem.** p. 48.

A filósofa Judith Butler, em sua obra *Problemas de Gênero*¹¹⁰, defende a tese de que a sexualidade humana é construída através de ações performáticas, ou seja, a partir de imitações de representações pertencentes às culturas e em diferentes contextos sociais. Destarte, essas meninas realizavam diferentes ações performáticas de acordo com o local e situação em que se encontravam, usando-as como estratégias de sobrevivência. Assumiam performances tidas como masculinas ou femininas quando fossem convenientes, seja para se proteger, ganhar ou conquistar algo. Essas ações não eram cristalizadas e poderiam se modificar de acordo com a problemática enfrentada.

As escolhas de ações reconhecidas socialmente como masculinas ou femininas se devem as construções socioculturais nas quais os corpos são submetidos. Para Butler, o corpo se constrói a partir das relações sociais e a construção de sua identidade se dá através da alteridade. O masculino é relacionado à força, coragem, esperteza e à esfera pública. Já o feminino é associado à delicadeza, gentileza, sensualidade e à esfera do privado. Esses estereótipos criados reforçam e legitimam diferentes tipos de violência de gênero.

A historiadora Joan Scott também conceitua gênero, para ela é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primeira de significar as relações de poder”¹¹¹. Segundo a autora, ele é composto por quatro elementos que se relacionam entre si: símbolos culturais carregados de múltiplas representações; conceitos normativos que evidenciam os sentidos dos símbolos como os únicos possíveis; entender a natureza que leva a uma aparência eterna do binário; e a própria identidade subjetiva. Esses elementos possibilitam compreender, não apenas os marcadores que diferenciam as meninas dos meninos, mas também os que distinguem umas das outras.

Embora essas meninas vivessem nesses espaços públicos, nem sempre elas os enxergavam como um bom lugar para viver. Fugiam de casa para sair da miséria e da violência e iam para as ruas porque, muitas vezes, não tinham outro lugar que pudessem buscar o cuidado. Dentre diversos fatores para não considerarem as ruas como um bom lugar estão o frio, a constante fome, ter a dormida arriscada, não poder ter sua higiene pessoal com frequência, abusos sexuais, violências sofridas sejam por outras pessoas em

¹¹⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹¹¹ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1991. p. 14.

situação de rua como também por policiais, e a discriminação. A jovem Joana fala sobre sua experiência nas ruas:

“Eu não gosto de nada, não vou dizer pra senhora..., na rua a gente tá dormindo assim, os policiais chegam, jogam água gelada a gente dormindo, mete o chute, mete as botas nas costelas da pessoa... passei assim sem andar de dor, quando andava doía... sem a pessoa fazer nada (...) policial que quando pega não tem pena (...) os cara que tá lá dentro do carro aí, querendo matar mulher... mulher aí, quase todo dia é duas, três mortas de tiro”. Joana, 19 anos.¹¹²

O relato acima possibilita a discussão sobre como o Estado, instância que deveria ser a principal garantidora e provedora dos direitos de suas cidadãs e cidadãos, instrumentaliza o seu poder para realizar a manutenção social, excluindo e/ou violando aqueles que são considerados como desviantes. O historiador José Murilo de Carvalho aborda em seu trabalho¹¹³ como a noção de cidadania foi construída no Brasil, enfatizando que ela ganhou mais força durante o período de redemocratização pós Ditadura Militar, se materializando na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Segundo o autor:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.¹¹⁴

O autor afirma que, embora a cidadania seja constituída de direitos e deveres advindos de diferentes esferas, a concretização da garantia deles alcançada pelas(os) cidadãs(ões) brasileiras(os) se dava apenas em parte, não havendo a garantia plena. Desse modo, a redemocratização possibilitou o acesso a alguns direitos, como por exemplo o direito ao voto, nunca antes tão difundido, segundo o historiador. Todavia, esses direitos conquistados não exerciam relação dialógica com outros previstos na Carta Magna, ou seja, o direito ao pensamento e a liberdade sindical foram alcançados, mas o direito à

¹¹²**Ibidem.** p. 49.

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: O longo caminho.** 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹¹⁴**Ibidem.** p. 8.

segurança, equidade social, educação de qualidade não foram obtidos até os dias atuais, mesmo após trinta e dois anos da promulgação da última Constituição.

A assistência a infância no Brasil, tem um retrospecto fundamentado em instituições naturalmente ligadas a coerção e a violação por meio de aparatos que por muitas vezes são dados como legais. Dentre essas instituições, a polícia é uma das mais presentes na vida das crianças e adolescentes que circulam no espaço das ruas. Esse aspecto converge para uma compreensão quanto a essas(es) sujeitas(os) como potenciais perigo, sendo preciso a coerção e conseqüentemente a sua institucionalização pelo aparato de segurança pública.

Entretanto, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que buscava a efetivação da garantia dos direitos de crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva humanitária, as práticas realizadas por representantes estatais permaneceram na concepção menorista de que os infantes desviantes deveriam ser retirados do convívio social baseado em uma ótica higienista. Sendo assim, o Brasil da redemocratização era constituído de contradições no que se refere ao exercício do poder estatal quanto a assistência e a garantia, incoerências estas que se perpetuam até os dias atuais. Contudo, essas permanências não se davam apenas nas questões de Estado, mas se materializavam também no imaginário social. A jovem Beatriz fala sobre as discriminações sofridas:

“Porque a gente tá quieta, a gente vai pra algum lugar, aí tem uma mulher no meio da rua, esconde a bolsa, a pessoa já fica com raiva, não tá nem com a intenção de roubá, de fazer nada, mas já fica com raiva, passa, só porque tá suja, o pessoa faz ‘Cuidado, oi um ladrão aí’. A pessoa fica com raiva já, se droga pra esquecê o que os outros diz na rua quando a gente passa. Quando eu passo na rua tem muitas mulher, vem duas do colégio, aí passo com a menina no braço, mas elas ainda escondem o relógio, eu fico assim, eu faço de conta que não tá acontecendo nada, sabe? Mas a vontade que dá é de tomá mesmo, ir lá e tomá. Quando eu tava na rua que elas passava junto de mim... ficava uma se escondendo atrás da outra, eu ia lá e tomava mesmo. Às vezes eu nem queria. Tomava o relógio e quebrava, estourava no chão, porque dá raiva mesmo, dá raiva”. Beatriz, 18 anos.¹¹⁵

A partir desse relato, pode-se pensar como foi construído o imaginário sociocultural de que crianças e adolescentes em situação de abandono social são menores delinquentes que oferecem perigo a sociedade. Nele a jovem narra a discriminação sofrida

¹¹⁵ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 50.

nas ruas por estar inserida em um grupo marginalizado, causando medo em pessoas que se deparam com ela em seu cotidiano.

Esses relatos mostram que a violência e a negação de direitos nas ruas não pertencem apenas ao âmbito material, como a falta de alimento e de local para a dormida. Essa questão vai além, apresenta a violação praticada por pessoas pertencentes ao poder estatal, com o discurso de que sua presença e atuação é para a garantia da segurança de todas(os), quando na prática isso se materializa de forma contraditória. Mostra também a violência advinda da sociedade que mesmo quando não se dá de forma física, deixa marcas nessas meninas.

O cotidiano nas ruas não era brando, especialmente quando se refere as meninas, as violações advindas de diferentes esferas político-sociais eram experienciadas por elas no dia a dia. Diante da vivência nesse espaço público, elas precisavam adotar algumas estratégias para obter renda e sobreviver nesses locais. Destaco aqui três dessas estratégias: o ato de pedir esmolas, o roubo e a prostituição.

A primeira estratégia geralmente era utilizada por meninas mais novas ou recém-chegadas, seja por não saber como realizar as outras táticas, seja pelo medo de enfrentá-las. No início essas meninas não iam sozinhas, quase sempre estavam acompanhadas pelas mães que, em alguns casos, as induziam a pedir esmolas com o discurso de que elas também tinham participação na responsabilidade de prover o alimento de casa. Em outros casos, elas iam por vontade própria por já introduzirem em si esse sentimento de compromisso com a renda familiar, e a mãe as acompanhava para protegê-la. Contudo, independentemente da motivação, a escolha dessa estratégia se constituía pela comoção se dar em maior frequência com as crianças pequenas. A adolescente Valéria conta sobre essa experiência:

“Mãe manda eu pedir. Ela diz: ‘Valéria, vá arrumar uma comidinha prá mim, eu estou com fome’. Aí eu digo: ‘Mãe, eu vou pedir?? Eu estou muito grande, quando eu era pequena, tudo bem. Mas agora se eu peço, os outros mandam eu arrumá emprego, sô xingada, ficam passando na minha cara’”. Valéria, 16 anos.¹¹⁶

A segunda estratégia mencionada é a do roubo. Quando a menina ia crescendo e sentia a dificuldade em conseguir dinheiro pedindo, recorria a essa atividade. Essa ação

¹¹⁶**Ibidem.** p. 58.

oferecia um risco maior a elas, pois tinham medo de serem pegas e sofrerem violência por conta disso. Contudo, acabavam roubando pela necessidade de prover alguma renda que possibilitasse a sua sobrevivência nas ruas. Rute narra sobre a primeira vez que precisou roubar:

“A primeira vez que eu roubei eu senti pena daquela pessoa que eu tava roubando e medo porque eu tava com muito medo de ser presa e de apanhar. Porque eu não tinha idade e não sabia direito. Naquela hora eu tava tomando a bolsa da mulher, ôxente, eu tava sem coragem nenhuma, eu tava com uma pena! Não queria fazer aquilo (...)”. Rute, 16 anos.¹¹⁷

A terceira estratégia utilizada pelas meninas é a prostituição. A junção da questão do medo de serem pegas roubando atrelada ao desenvolvimento da fase da puberdade e da vida sexual ativa, possibilitava a escolha de um novo caminho acessível para a permanência nas ruas. Algumas meninas julgavam menos arriscado se prostituir, devido a viabilidade de ficar em pensões, locais em que elas poderiam dormir, comer e se higienizar, para além da proteção que alguns desses espaços proporcionavam. Todavia, a busca pela fuga das violências sofridas por causa das outras estratégias, propiciavam que elas se deparassem com outros tipos de violações, muitas vezes mais silenciosas. Wilma, fala sobre os motivos de realizar essa atividade:

“Não é muito boa essa vida que a gente leva não porque a gente está arriscada a tudo, a gente está arriscando a vida da gente a qualquer hora, mas é melhor do que está no meio da rua, dormindo no meio da rua, certo? É melhor. (...) Na rua eu levava pedrada dos maloqueiros, dormia nas calçadas, passava fome, chorava direto, até que enfim encontrei um dia alguém que me desse a mão. Aí deu e até agora eu... não sou feliz na vida que eu levo, mas pela uma parte é melhor do que tá no meio da rua, cheirando cola. Graças a Deus eu nunca cheirei não”. Wilma, 16 anos.¹¹⁸

Hoje, a prostituição se enquadra como uma forma de exploração sexual de crianças e adolescentes. O Art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente pune a conduta de submetê-las a essa atividade, compreendendo essa submissão como coerção, sujeição ou exposição. Antes, essa situação era equiparada a realidade da atividade já realizada por adultos. Essa percepção sugere que essas crianças e adolescentes

¹¹⁷**Ibidem.** p. 60.

¹¹⁸**Ibidem.** p. 61.

escolheram essa atividade, desconsiderando que elas estariam ali por terem sido vítimas de alguma negação ou violação de seus direitos.¹¹⁹

Embora essas três estratégias citadas fossem as principais efetuadas por meninas nas ruas, as formas de sobrevivência não se resumiam a elas, outras atividades também eram realizadas, seja para somar com a renda obtida, como o tráfico de drogas, seja pela própria utilização delas. Para conseguir desempenhar a estratégia escolhida, muitas vezes as meninas recorriam ao uso de entorpecentes que as proporcionassem a coragem que elas precisavam ter para roubar ou se prostituir, assim como contribuía para lidar com a fome, tristeza e até discriminação sofrida por elas. Segundo as documentações *Meninas de Rua do Recife*¹²⁰ e *SOS Meninas*¹²¹, as drogas mais utilizadas por elas eram maconha, Rupinol, cola de sapateiro, Artane, Bentil, Valium e o álcool.

Meninas saíam de casa, muitas vezes fugidas, por sofrerem diversos tipos de violência, principalmente físicas e psicológicas, advindas de diferentes sujeitas(os), que frequentemente se encontravam no papel de responsáveis pela sua criação. Esse espaço deveria ser o primeiro lugar de garantia de direitos a crianças e adolescentes, mas constantemente era o seu principal violador.

Essas sujeitas fugiam também da FEBEM, instituição que se autodenominava como a ideal para realizar a assistência à infantes em situação de abandono social, mas que poderia se tornar uma nova prisão para elas, devido as práticas menoristas e negadoras direcionadas as(aos) que passavam por lá. A Fundação, muitas vezes, era instrumentalizada pelo Estado para a higienização social retirando do convívio social aquelas(es) que eram consideradas(os) como desviantes e perigosas(os).

Independentemente da motivação que as levavam a buscar as ruas como uma alternativa de liberdade, esse espaço era buscado através da esperança de cessar o sofrimento de viver em um cenário de violações. No entanto, esse novo local também era violador de direitos, visto que, tanto o Estado quanto a sociedade ainda se encontravam na concepção menorista de que essas crianças e adolescentes, devido a condição social

¹¹⁹ Para mais, ver: BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 mar 2020.; SERPA, Monise Gomes; FELIPE, Jane. O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: para além da dicotomia vitimização-exploração. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 27, n 1, p. 1-14, 2019.

¹²⁰ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997.

¹²¹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

na qual estavam inseridas, se enquadravam na delinquência e por isso poderiam não ser merecedoras de cuidado e proteção, uma vez que esse olhar estava incorporado em uma ótica determinista.

Aparecida, Yana, Joana, Beatriz, Valéria, Rute e Wilma são adolescentes e jovens que passaram pela Casa de Passagem, e junto a elas outras meninas também relataram as suas experiências de vida, levando a instituição a produzir documentações, como as que aqui foram utilizadas. A organização possibilitou, através de ações e produções, como *SOS Meninas* e *Meninas de Rua do Recife*, a visibilidade de um cotidiano que por muito tempo era desconhecido. Quando se pensava no dia a dia de crianças e adolescentes nas ruas, atentava-se as experiências dos meninos, ampliando-as até as meninas de forma que desconsiderava as particularidades pertencentes a seu gênero.

No próximo capítulo discutiremos os fatores que suscitaram em meninas o desejo de sair de casa e da instituição estatal FUNDAC, antiga FEBEM. Será discutido também o que levou elas a buscarem na Casa de Passagem, organização não governamental que atendia meninas em situação de rua, abuso sexual e violência doméstica, um novo sentimento de acolhimento. A ONG acolheu meninas de diferentes faixas etárias, que viviam em cenários de violação e negação, buscando auxiliar no desenvolvimento da autonomia dessas sujeitas.

CAPÍTULO II

Das ruas à Casa: uma trajetória de meninas em busca de liberdade

Esse capítulo, intitulado *Das ruas à Casa: uma trajetória de meninas em busca de liberdade* será dividido em quatro partes. Na primeira serão discutidos os problemas vivenciados pelas meninas em seu ambiente familiar, como abuso de poder, violência sexual, abandono e culpa. Na segunda serão abordadas as experiências delas dentro da FEBEM, espaço que se afirmava enquanto asseguradora da assistência a crianças e adolescentes em situação de abandono e vulnerabilidade social, que posteriormente foi substituída pela FUNDAC. Já na terceira parte será feita uma breve discussão sobre o cenário de emergência dos movimentos sociais e organizações não governamentais no Brasil, a fim de compreender o contexto da criação da instituição. E por fim, será abordada a história e atuação da Casa de Passagem no atendimento às meninas.

Segundo o seu Estatuto, o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, localizada na cidade do Recife. Fundada em 1989, pela advogada Ana Vasconcelos, juntamente com as psicólogas Cristina Mendonça e Nilvana Castelli, tinha como objetivo realizar um atendimento às meninas em situação de rua, violência doméstica e/ou sexual. A instituição foi pioneira no Brasil no que se refere ao acolhimento específico para meninas, sendo sensível na compreensão de como as desigualdades de gênero afeta as sujeitas em qualquer esfera e espaço social. Diante disso, voltou a sua atuação a esse grupo buscando entender as suas particularidades diante do enfrentamento as violações e negações de direitos defrontadas cotidianamente.

Nesse momento também nos debruçaremos nas documentações produzidas pela Casa de Passagem, *SOS Meninas* e *Meninas de Rua do Recife*, com a finalidade de trazer alguns relatos das meninas que lá foram atendidas, possibilitando discussões acerca das problemáticas enfrentadas por elas no cenário doméstico e na FEBEM, posteriormente na FUNDAC. Esses relatos de memória proporcionam a compreensão dos fatores que levaram essas crianças e adolescentes às ruas e à Casa.

O papel da família na vida das meninas

O cenário familiar é uma das principais motivações das meninas para buscarem as ruas. No periódico *Jornal do Comércio*¹²², foi veiculada, no dia 01 de setembro de 1991, pouco mais de dois anos da criação da Casa de Passagem, uma matéria na primeira página do Caderno Cidades. Ela apresenta uma pesquisa feita pela própria ONG com 1.015 meninas em situação de rua, acerca do tempo que elas viviam nesse espaço, as suas principais ocupações e o porquê saíram de casa.



Figura 4: Meninas podem sobreviver nas ruas. JORNAL DO COMÉRCIO. Recife, 1 de setembro de 1991. APEJE.

Na imagem acima, vemos que os problemas com a mãe estão em segundo lugar nas motivações que levaram as meninas a irem às ruas, ficando atrás de ganhar seu próprio dinheiro. Essas problemáticas serão discutidas no transcurso desse capítulo, visto que, esse contexto de violação experienciado pelas meninas era imprescindível para a ida às ruas. Os outros dados trazidos nessa matéria como, as suas ocupações e desde quando

¹²²JORNAL DO COMÉRCIO. **Meninas podem sobreviver nas ruas**. Caderno Cidades, Recife, 1 de setembro de 1991. APEJE.

estão nas ruas, são importantes quando relacionamos com as discussões feitas no capítulo anterior, onde foi abordado as experiências delas nas ruas da cidade do Recife.

Na cultura ocidental o modelo tradicional familiar é o nuclear. Nesse arranjo, o pai assume um lugar de autoridade, quase que inquestionável, sendo responsável pela manutenção econômica do lar. Já a mãe, é posta em um local de submissão, responsável pela organização da casa e cuidados com os membros da família. Segundo a psicóloga e também fundadora da Casa de Passagem, Cristina Mendonça, “qualquer outro arranjo doméstico, que não corresponda a este modelo, é considerado grupo de exceção. Como exceção ao modelo tradicional, encontram-se grupos domésticos ou unidades residenciais”.¹²³

Todavia, o cenário doméstico dessas meninas se diferenciava desse arranjo, consistindo, em sua grande parte, em famílias matrifocais, tendo o pai biológico ausente ou inábil diante das responsabilidades do lar. Esse contexto leva à mulher o encargo de manter as finanças da casa, para além dos cuidados domésticos e com as(os) filhas(os). Segundo o antropólogo Parry Scott:

O termo matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo. Isto se traduz em: Relações mãe-filho mais solidárias que relações pai-filho, escolha de residência, identificação de parentes conhecidos, trocas de favores e bens, visitas etc, todos mais fortes pelo lado feminino; e também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino.¹²⁴

Segundo o autor, não havendo condições para a manutenção do *status* privilegiado na família, a mãe se destaca e torna-se o centro das relações familiares. Somado a isso, outra característica também se faz presente nessa estrutura familiar: a mudança de companheiros ao longo da vida. Como o pai biológico não se faz presente em boa parte das famílias, a mãe se relaciona com outros homens, levando às meninas a terem diferentes padrastos no decurso de sua trajetória

¹²³ MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha**. Recife: Edições Bagaço, 2002. p.25

¹²⁴ SCOTT, Russell Parry. **O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 38-47, 1990. p. 39.

Segundo Scott¹²⁵ e Mendonça¹²⁶, as motivações para o aparecimento desse arranjo doméstico são, regularmente, a pobreza e o desemprego, visto que o homem não mais exerce o papel de mantedor do lar, modificando a estrutura interna familiar. Com a intensificação dos conflitos devido à instabilidade em casa, o abandono do lar pelo homem, ou sua expulsão, se torna frequente, direcionando as funções de provedor e gerenciador da casa para a mulher. Segundo Cristina Mendonça:

Nos grupos urbanos empobrecidos, as tensões provenientes do desemprego aumentam e agravam-se até o ponto de se formarem famílias matrifocais. A intensificação desses conflitos leva à expulsão ou ao abandono da casa pelo homem e à expansão dos papéis e funções da mulher na família e na rua, ao buscar a sobrevivência da família.¹²⁷

Ao pensarmos nas configurações de famílias que experenciam a pobreza no Brasil, podemos discutir o trabalho da antropóloga Claudia Fonseca que se intitula *Família, fofoca e honra*¹²⁸, onde ela analisa as relações cotidianas de famílias pobres pertencentes a duas vilas de Porto Alegre. A autora pôde perceber em seus estudos de campo que esses grupos só conseguem sobreviver a partir de extensas redes de solidariedade mútua que formam entre si, inserindo-se nesse arranjo familiar também os tios, primos, ex-sogra e até amigos. Ao mesmo tempo, esses relacionamentos também são compostos por rivalidades e antagonismos internos que tecem os seus entremeios. Segundo Fonseca, nas famílias pobres:

parece que certas pessoas acabam sacrificando seus projetos individuais ou os de seu núcleo familiar para salvar indivíduos problemáticos da rede extensa de parentes. Assim, a relação indivíduo – família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando.¹²⁹

Diante disso, é importante evidenciar sobre de qual(is) família(s) estamos falando. Fonseca fala de uma heterogeneidade socioeconômica vivenciada pelos indivíduos de um mesmo local, mesmo que ele seja visto como popular. A identidade de um sujeito ou grupo não é fixa, ela se adapta ao contexto em que se insere e, para a autora, a identidade

¹²⁵ **Ibidem.** p. 40.

¹²⁶ MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha.** Recife: Edições Bagaço, 2002. p. 29.

¹²⁷ **Ibidem.**

¹²⁸ FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. 245p.

¹²⁹ Idem. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005. p. 52.

de “pobre” não foge dessa regra¹³⁰. Para a antropóloga, o laço familiar pode ser definido como:

uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo).¹³¹

À vista disso, as experiências familiares são múltiplas e situacionais. Essa concepção de unidade familiar pode ser estendida ao conceito construído pelas meninas nas ruas do Recife, já discutidos no capítulo anterior, onde elas compreendem esse arranjo composto por elas e suas companheiras nos espaços urbanos da cidade. Destarte, se faz imprescindível compreender que este trabalho não tem a pretensão de elucidar um perfil para as meninas e seus grupos familiares.

Sobre as relações nos ambientes domésticos experienciadas pelas meninas atendidas pela Casa de Passagem, a psicóloga Cristina Mendonça, em sua dissertação de Mestrado¹³², abordou a temática das relações de poder entre mãe e filhas, e nela discute características e tensionamentos acerca das questões familiares das meninas. Para ela, a saída do homem de casa, para além de colocar a mãe em outro papel no lar, também condiciona a saída das filhas, seja por questões econômicas, que será vista mais adiante, como também pela reconfiguração da autoridade exercida sobre elas.

Na família matrifocal, os vínculos entre mãe e filhas(os) se tornam mais solidários, devido ao sentimento de colaboração para que a casa permaneça em funcionamento. As demandas, sejam elas econômicas ou organizacionais, condicionavam a todos os membros do lar a responsabilidade da manutenção. Todavia, essa solidariedade podia ser acompanhada de cobrança e transposição da responsabilidade materna, levando à diferentes violências e, muitas vezes, ao abandono.

“Ela pegou, me deixou lá, dizendo que ela ia voltar pra me pegar e me deixou lá de 7 anos até os 15 anos; eu percebi que ela não ia mais voltar pra me pegar. (...) Porque depois que a mãe dela morreu, ela ficou meio aluada;

¹³⁰ FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 245p.

¹³¹ Idem. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005. p. 54.

¹³² MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha**. Recife: Edições Bagaço, 2002.

entregou meu irmão à tia dele, entregou a minha irmã à madrinha dele e me entregou à minha vó". Polyana, 16 anos.¹³³

Devido as problemáticas vivenciadas dentro do lar, algumas mães acabavam dando suas filhas para que fossem criadas por outras pessoas, em outros casos, as abandonavam em locais públicos. Essa relação entre elas se tornou um dos motivos primaciais para as meninas saírem de casa e buscarem as ruas. Era comum o abandono pela mãe, seja por motivos financeiros, problemas com drogas lícitas e ilícitas, como também por ciúme do companheiro. Contudo, em alguns casos, mesmo após o abandono materno, a mãe permanecia sendo um referencial importante para a menina, alguém que ainda merecia seu afeto e cuidado.

"... ela não deixou nem eu entrar lá dentro de casa. Eu cheguei lá, minhas colegas disseram que ela estava doente, estava passando mal, eu fui levar remédio pra ela. Aí ela pegou, jogou o remédio nos meus pés e mandou eu ir embora". Angélica, 17 anos.¹³⁴

Esse relato evidencia a negação da mãe que, a priori, já abandonou a menina ou a expulsou de casa, e quando ela retornou a matriarca não aceitou recebê-la novamente por diferentes motivações. Ou seja, essa menina já foi abandonada duas vezes – a depender, até mais. Entretanto, não eram todas as meninas que tinham a mãe como figura central mesmo após o desamparo, em outros casos, no lugar do materno se fazia presente a revolta e a culpa.

A relação entre mãe e filha era quase sempre marcada por violência, seja ela física, psicológica ou simbólica, e isso refletia no modo como a menina enxergava a si e a vida, levando-a a recorrer a outros tipos de acolhimento. Contudo, havia também os casos em que elas não conheciam sua mãe nem seu pai, intensificando o sentimento de abandono e a dor da ausência de cuidado parental.

A dor de não ter mãe e pai quase sempre acompanhava essas meninas e se afluava quando esse assunto emergia entre seu convívio social e nos espaços que elas frequentavam. Muitas vezes, uma das formas de amenizar essa dor era recorrer a

¹³³CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem. 1997. p. 22.

¹³⁴**Ibidem**.

construção imaginária de uma família, da qual elas poderiam criar lembranças e tentar reforçá-las cotidianamente com relatos fictícios de uma materialidade não vivida.

Como apresentado anteriormente, uma das características da família matrifocal é a mãe ter diferentes companheiros ao longo da vida. À vista disso, a tentativa de mantê-los em casa poderia ter como consequência a expulsão dos filhos, principalmente as meninas por serem vistas como ameaças pelo seu gênero.

“Ela pegô arrumou outro marido, aí ele ficou sendo padrasto das meninas, Aí as meninas foi mudando de idade e crescendo, aí ele pegou tentou comer Simone. Aí pegou, em vez da mãe dela dá razão a Simone, colocar ele pra fora, não, ela não acreditou em Simone, fico dizendo que Simone tava a fim dele e peço botô Simone pra fora e ele ficô dentro de casa. Aí quando foi com uns meses, aí as outras duas filhas dela também foi pra rua pelo mesmo motivo, dele tentá transar com as meninas e ela não acreditar nas meninas, acreditar nele e as meninas terminando ir pra rua. E todas três é maloqueira de rua”. Grupo de Discussão.¹³⁵

As filhas sofriam pela dupla condição de serem crianças/adolescentes e meninas, recebendo, inclusive, a culpabilização pelo abuso sofrido pelo homem. A mãe, em parte dos casos, tinha conhecimento da violação, mas preferia se omitir para não perder seu companheiro, ou seja, também violava o direito da filha à proteção, optando por silenciar-se diante da agressão.

Essa relação conflituosa entre mãe e filha também era cercada de agressões verbais e físicas, muitas vezes associadas à rejeição e ao desprezo, e quando se trata do recorte de gênero esse contraste tende a se acentuar. A agressão, o desprezo, até o silêncio frente à violência cometida por outras pessoas, causavam nas meninas a dor e desejo de sair desse cenário de negação vivido no lar cotidianamente.

Dos fatores que levaram as meninas a buscarem as ruas como uma alternativa de liberdade, a relação com a mãe se sobrepõe. Junto ao pai, ela deveria ser o indivíduo responsável pelo cuidado e proteção da filha, entretanto, muitas vezes se manifestava como protagonista da negligência dos direitos e da banalização da violência para com ela.

Em alguns casos, quando havia imagem positiva da mãe, estava associada a questões materiais e de sobrevivência, ou até os cuidados que ela tinha vigiando as meninas e o dinheiro que elas conseguiam na rua, das mais diferentes formas. O agravante

¹³⁵**Ibidem.** p. 24.

dessa situação é que muitas dessas crianças e adolescentes iam trabalhar na rua para ajudar ou sustentar a casa e a alimentação da mãe e dos irmãos:

“Eu passo o dia no sinal arrumando uns trocadinho que é pra dá de comê a minha mãe e a meus irmão. (...) Ela é quem manda porque ela precisa, sabe? A mãe dessa menina Edite também precisa; a mãe da gente precisa muito de dá de comê a gente; a gente deve se interessá pra vê se arruma umas micharia que é pra ajeitá lá em casa, pra dá de comê. Tem vez que levo mil, quinhentos... aí é poço demais, aí minha mãe tem que comprar farinha, feijão, carne, manteiga, pão pra gente comê o que tive. Porque o sinal que a gente veve é muito ruim, já tem muitas pessoas lá arengando. Vai eu e minhas três irmãs. Minha mãe que leva. Ela fica lá sentada olhando pra nós porque tem vez que passa chera-cola e fica abusando, com vidro de garrafa (...) Nós fica limpando o vidro dos carro. Aí ganha uns trocadinho e vai dando a ela, ela vai juntando. (...) Meu padrasto dava demais, mas agora não está dando, porque a minha mãe disse que se ele dá em nós, vai dá nele também, minha mãe dava nele! Minha mãe veio atrás de mim, aí disse pra mim ‘volta pra casa porque tu tá na rua’; ‘Não, mamãe, Duda dava muito em mim’; ela fez ‘Mas volta...’, daí eu fui voltei, ele não tá mais batendo em mim não. (...) Ele passa o dia todo, ele não trabalha, ele é desempregado”. Lígia, 13 anos.¹³⁶

Essas meninas precisavam sair de casa, muitas vezes faltar a escola, para trabalhar nas ruas e ajudar a mãe na manutenção do lar. Em alguns casos, elas sentiam-se na responsabilidade de exercer esse papel, mesmo quando não eram cobradas. Desse modo, elas ajudavam tanto no trabalho, como também pedindo dinheiro nas ruas ou ficando em casa para cuidar das(os) irmãs(os). Era esperado delas um amadurecimento para enfrentar o mundo, ou seja, eram condicionadas a experienciar espaços e atividades que não condiziam com a fase da vida que elas se encontravam, visto que, crianças e adolescentes, enquanto seres em desenvolvimento, têm o direito de brincar, estudar, acessar os serviços básicos e ao lazer, dentre outros apresentados no ECA¹³⁷.

A criança e a adolescente quando presentes no mundo do trabalho, sinalizam que seus direitos estão sendo violados, seja pela família, sociedade ou Estado, à vista disso, a família, por ser o primeiro arranjo social em que a sujeita se constrói – e enfoque nesse espaço do trabalho, reforça essas violações quando age em descumprimento dentro do espaço doméstico. Os direitos estão imbricados uns aos outros e sua garantia só é

¹³⁶**Ibidem.** p. 29.

¹³⁷ No artigo 227 da Constituição Federal de 1988 se encontra os direitos que devem ser garantidos às crianças e adolescentes, e dos quais o Estatuto da Criança e do Adolescente se fundamenta. *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”* BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2020.

efetivada quando se dá em plenitude. Diante disso, o espaço do lar pode se tornar um dos maiores violadores de direitos das meninas. Segundo Mendonça:

Portanto, nesse sentido, a violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes, ou responsáveis que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica, de um lado, uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição de desenvolvimento.¹³⁸

Dentro desse cenário de violações, não só a mãe era transgressora no tocante aos direitos das meninas, os pais ou companheiros dela também exerciam um papel fundamental na negação desses cuidados. Todavia, diferentemente da fala sobre a figura materna, a paterna pouco aparece e quando está presente é marcada por violência.

“Quando eu via ele dando na minha mãe, eu começava a chorar, chamar os vizinhos pra acudir, os vizinhos via ele bebo com a faca na mão, tinha medo dele, ia chamar minha avó, que ele respeita muito minha avó, sabe? Aí quando minha avó chegava lá, pedia pra ele deixá de fazer aquilo que a gente tava vendo, a gente ia crescê uma criança revoltada. (...) Ela deixou ele porque uma vez ele queria sacudir uma panela de sopa quente em cima dela. Outra vez ele deu um murro nela que arrancou os dentes da minha mãe todinhos, aí minha mãe... Eu era pequena vendo aquilo, sabe? Fiquei nervosa. Qualquer coisa, precisar dar um ‘carão’ em mim, eu choro logo, que eu sou nervosa desde pequena. Ele é um cabra safado, egoísta, mentiroso. Eu tenho vergonha de ter um pai assim”. Carmem, 19 anos.¹³⁹

Como já dito neste trabalho, a família matrifocal tem como uma de suas características a mudança frequente de homens como companheiros da mãe, o que propiciava que as violências causadas às meninas viessem de várias pessoas diferentes durante sua vivência no espaço doméstico. O homem, assim como a mãe, também agia com abuso de poder quando violentava fisicamente e sexualmente essas meninas.

Dentro dessa temática, faz-se imprescindível conceituar a violência sexual, que na análise em questão, geralmente ocorre em ambiente doméstico. Esse tipo de violação se fazia presente no cotidiano das meninas, a partir de diferentes indivíduos, e muitas vezes legitimada por instituições, como a família e o Estado, através de discursos que condicionavam a menina a ser o seu corpo. Segundo o sociólogo e psicólogo Bruno Florentino, a violência sexual se caracteriza:

¹³⁸MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha**. Recife: Edições Bagaço, 2002. p. 42.

¹³⁹CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 31.

[...] por um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. ¹⁴⁰

Esse tipo de violência, além de ser lesiva ao corpo e mente da criança ou adolescente violada, desrespeita os direitos individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A violência sexual pode ser compreendida através de duas especificidades: a exploração e o abuso, que também é importante conceituar, visto que são os tipos de violências que as meninas mais estão expostas. Ainda segundo Florentino, a exploração sexual caracteriza-se:

[...] pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios coercitivos ou não, e se expressa de quatro formas: pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. ¹⁴¹

Já o abuso sexual se caracteriza:

[...] por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar – relação entre pessoas que tenham laços afetivos, quanto no âmbito extrafamiliar – relação entre pessoas que não possuem parentesco. ¹⁴²

As tentativas muitas vezes concretizadas de violação sexual, seja pelo pai ou padrastos, deixam marcas nas meninas que são incomensuráveis, e essas lembranças revelam-se carregadas de muita raiva e até sentimento de culpa. Elas sofriam esse tipo de violência ao longo da vida, advinda de vários homens diferentes, e quando somada ao silêncio da mãe se agravava ainda mais, pois a menina se sentia só e desprotegida diante daqueles que deveriam ser os primeiros a lhe garantir proteção. Dessa forma, o cenário doméstico em que essas meninas viviam era um dos principais fatores para elas buscarem as ruas como alternativa de liberdade. Algumas meninas viviam com outros parentes como avós, tios, irmãos, seja por abandono ou por ser órfãs, todavia, embora a estrutura familiar fosse diferente, ainda assim também era marcada por diferentes tipos de violência.

¹⁴⁰FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>>. p. 1.

¹⁴¹**Ibidem.**

¹⁴²**Ibidem.**

A institucionalização das meninas como lugar de violação

O atendimento às crianças e adolescentes no Brasil se modificou ao longo da história do país, se dividindo em quatro fases. São elas: Caritativa, que se iniciou no período colonial e foi até meados do século XIX; Filantrópica, do final do século XIX à meados do século XX; Bem-Estar do Menor, que teve seu início a partir dos anos 1960 e se findou no final da década de 1980; e por fim, a fase dos Direitos, começando na década de 1990 e se fazendo presente até os dias de hoje.¹⁴³

A primeira fase tem como principal característica o caráter religioso e paternalista. Suas motivações eram baseadas na caridade, devido a influência da Igreja Católica no período colonial, entretanto, sem interesses de mudanças sociais direcionadas ao público mais vulnerável. Na espera da salvação de suas almas e da manutenção do status vivenciado na sociedade, as pessoas – geralmente as mais abastadas – ajudavam as outras através de esmolas ou ações, de forma coletiva ou individual. A principal marca da fase caritativa, quando se refere ao atendimento à criança, foram as Casas dos Expostos, instituições religiosas que recebiam as crianças indesejadas pela mãe e/ou pai, para os devidos cuidados. O debate sobre esses espaços foi realizado na introdução a partir dos trabalhos das historiadoras Alcileide Cabral do Nascimento¹⁴⁴ e Rose Brito¹⁴⁵.

A segunda fase buscou se desvincular das ações caritativas e partir para uma abordagem científica. Devido a industrialização que buscava se consolidar no país, ocorreram várias mudanças na sociedade, aqui destaco as migrações das populações do campo para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. O aumento demográfico, devido a emergência de fábricas, teve como uma de suas consequências a elevação dos índices de pobreza e de moradias precárias. Esse processo acelerado de urbanização, pautado nas perspectivas de progresso e modernização, refletiu na forma de

¹⁴³ A historiadora Maria Luíza Marcílio, em seu trabalho intitulado *História Social da Criança Abandonada*, aborda as três primeiras fases do atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, assim como traz um debate sobre o assistencialismo na Europa. Para mais sobre essa discussão, consultar sua obra: MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

¹⁴⁴ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

¹⁴⁵ BRITO, Rose Kelly Correia de. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008

compreender a sociedade e conseqüentemente os papéis a serem desempenhados pelos seus sujeitos, edificando-se, assim, um projeto de sociedade com valores higienistas e segregadores.

À vista disso, o aumento exponencial da urbanidade e o crescente mercado criado para circulação de capital e mercadorias proporcionaram novos ambientes de trabalho. Nesse cenário de famílias se sedentarizando nas cidades em busca de melhoria de vida, muitos empregadores não desperdiçavam mão-de-obra, conseguinte, as crianças e os adolescentes também abasteciam o mercado de trabalho com subempregos junto a seus pais para complementar a renda familiar. Segundo Maria Luíza Marcílio:

Com a República, a distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas 'classes perigosas' e estigmatizada como 'menor', deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século.¹⁴⁶

Os médicos higienistas estabeleciam as diretrizes para os cuidados com a infância, todavia, junto a eles também agia o Código de Menores. Este foi o primeiro conjunto de leis voltado à infância e adolescência no Brasil, a fim de assistir as crianças e os adolescentes considerados perigosos. Promulgado em 12 de outubro de 1927, esse instrumento legal, composto por onze capítulos, foi a maior ferramenta de controle social e de legitimação de tutela para com os infantes empobrecidos. Nessa fase, a instituição responsável pelo atendimento aos menores desvalidos era o Serviço de Assistência a Menores (SAM), criado durante o período do Estado Novo.

A terceira fase, do Bem-Estar do Menor, é a fase em que se encontra o ponto de discussão desse momento do trabalho. Diante disso, apresentarei a fase dos Direitos e retomarei a terceira em seguida para dar continuidade ao debate. A quarta fase tem como marco iniciador o Estatuto da Criança e do Adolescente. Promulgado em 13 de julho de 1990, essa legislação propõe uma nova reorganização ao que se refere a assistência à infância e adolescência, dividindo a responsabilidade da proteção integral entre o Estado, comunidade e a família, com o dever de garantir em plenitude os direitos às pessoas entre 0 e 18 anos.

¹⁴⁶MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 24.

No período da redemocratização do país foi promulgada essa nova legislação que trazia consigo os direitos de crianças e adolescentes, rompendo com o paradigma da situação irregular e se inserindo na proteção integral, ambos serão debatidos mais adiante. Compreender esses indivíduos enquanto seres em condição de desenvolvimento e sujeitos de direitos possibilitou a abertura de novos caminhos possíveis para a luta de pessoas e grupos voltados à infância e adolescência. Segundo a historiadora Ludmila Gonçalves Martins:

Superando a associação entre pobreza e delinquência, o Estatuto da Criança e do Adolescente transpõe essa visão de irregularidade para o paradigma da proteção integral em que as crianças e os adolescentes serão sujeitos e não mais objetos da ação jurídica; bem como enquanto portadores de direitos lhes resta mais do que discutir suas carências.¹⁴⁷

A fase do Bem-Estar do Menor se caracterizou pela intervenção direta do Estado para com a assistência às crianças e adolescentes consideradas desviantes, através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que se regionalizava nas FEBEMs. Criada no primeiro ano da Ditadura Militar, a FUNABEM se apresentava com o objetivo de implementar a política nacional do bem-estar do menor, coordenando e fiscalizando as instituições que operavam essa política. Segundo o historiador Humberto Miranda:

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor assume, no entanto, como seu campo de trabalho, aquelas faixas populacionais que não são atingidas pelos esforços correntes de criação de condições de bem-estar, ou porque não se conta com recursos que permitam cobrir necessidades de todas as camadas populacionais, ou porque, por carências de ordem sócio-econômico-cultural, muitos grupos populacionais não têm possibilidades de se beneficiar das condições porventura postas à sua disposição ou de criar as condições de seu cargo. O campo de trabalho da Fundação se define, assim, como a faixa populacional cuja parcela de indivíduos de menor idade está sujeita a um processo de marginalização, entendendo-se por marginalização do menor, o seu afastamento progressivo, de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana até a condição de abandono, exploração ou conduta antissocial¹⁴⁸

¹⁴⁷ MARTINS, Ludmila Gonçalves. **Diálogos sobre a História Social da Infância e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. 212. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

¹⁴⁸MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. p. 45

Uma instituição construída sob valores conservadores e autoritários, tendo como marco inicial o código de menores 1927, que se propõe a cristalizar a infância em duas perspectivas: de um lado, a infância vivenciada por uma classe abastada, com acesso à cidadania e bens culturais, e de outro, uma infância empobrecida, merecedora de receios e controle do Estado pelo zelo do bom funcionamento social aos modos higienistas.

O Estado Moderno, desde o século XIX, propõe-se a corrigir ações ou práticas que sejam enxergadas como desviantes, à vista disso, crianças e adolescentes são tidas como sujeitos-alvo de políticas baseadas na sua privação de liberdade através da retirada do convívio social e familiar, por fazerem parte de um grupo social também alvo das ações controladoras e punitivas do Estado.

A historiadora Elaine Santos se debruçou em sua dissertação sobre o neolombrosianismo e ela afirma que, segundo o médico criminalista Cesare Lombroso, referência aos ideais sociais higienistas, a sociedade deveria ter seu funcionamento baseado em um estado de normalidade, em que os aparatos legais e instituições estatais garantissem o pleno bem-estar comum a todos. A partir de uma perspectiva positivista e determinista sobre a criminalidade, os sujeitos que, independentemente da motivação, praticam delitos e/ou infrações, devem ser retirados do convívio social, pois, acredita-se que a prática desviante seja uma inclinação desses indivíduos. Ou seja, a partir dessa inclinação já pré-determinada, o Estado tem o dever de institucionalizar o sujeito para o reabilitá-lo aos modos estabelecidos socialmente¹⁴⁹.

Pertencer ao que pode ser enquadrado como classe perigosa¹⁵⁰, legitima o autoritarismo e as violências praticadas pela FEBEM, que se intensificou a partir de 1979 com a *Doutrina da Situação Irregular* que veio a reorganizar o Código de Menores de 1927. Viver sob um estado autoritário é compreender que as liberdades individuais, não só não são garantidas como, por muitas vezes, os sujeitos que não são vistos como enquadrados nas normatividades sociais pelo controle estatal, merecem políticas que os

¹⁴⁹ SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. **A face criminosa: o neolombrosianismo no Recife da década de 1930**. 2008, 134 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008

¹⁵⁰ O historiador Sidney Chalhoub, utiliza o conceito *classe perigosa* para discutir sobre sujeitos e grupos sociais que – desde o final do século XIX, e se intensificando com o advento da República e seu ideal de progresso – se tornam alvos de políticas excludentes e segregadoras, desde o acesso a serviços coletivos até moradia e circularidade nos espaços urbanos. Pondo-os em evidência como indivíduos perigosos ou com tendências perigosas, essa *classe perigosa* é, em sua grande parte, composta por pessoas negras e pobres. Para mais, ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

encaminhem para a privação de liberdade, sendo conceitualmente estabelecidos como internação para crianças e adolescentes.

A *Doutrina da Situação Irregular* trouxe para discussão entre os instrumentos legais de assistência a infância e adolescência, a preocupação de pensar os delitos e infrações a partir de um tripé: carência, abandono e delinquência. Menores que se enquadrassem em quaisquer dessas três categorias eram tidos como menores irregulares e necessitavam da retirada do meio social para uma reabilitação. Segundo os historiadores Irene Rizzini e Francisco Pilotti:

De acordo com o seu diagnóstico [CPI do Menor], havia no Brasil cerca de 25 milhões de menores carenciados e/ou abandonados; 1/3 da população infanto-juvenil encontrava-se em estado atual ou virtual de marginalização. O vertiginoso processo de crescimento populacional, migração e urbanização, fizera a aparecer, ao redor das cidades, amplos “cinturões de pobreza”. Com isso, a vida urbana, sobretudo, nas grandes metrópoles, corria o risco de tornar-se insuportável. Ainda mais quando se considerava que, segundo os dados do censo de 1970, 60% da população brasileira vivia nas cidades e se estimava que este número atingiria os 2/3, em 1980.¹⁵¹

Esse aparato se diferenciou do antigo Código de Menores por trazer à discussão os problemas que precediam a má conduta dos infantes, todavia, realizava a manutenção determinista que enxergava esses sujeitos como pessoas perigosas para a sociedade. À vista disso, a FEBEM era a instância estadual da FUNABEM, criada no primeiro ano da Ditadura Militar quando foi estabelecida a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Segundo Miranda, a instituição aderiu a uma política de assistencialismo e não de direitos, construída a partir da doutrina do bem-estar social. Nascida no cenário de Guerra Fria, essa doutrina se estabeleceu como uma tentativa dos Estados Unidos de intervir em países europeus, da América Latina e do Oriente. Chegou no Brasil a partir dos governos militares que “por sua vez defendiam a ideia da ‘responsabilidade estatal na manutenção’ de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de uma ‘rede de segurança de serviços de assistência’ deveria ser a marca do Regime.”¹⁵² Segundo o historiador:

¹⁵¹ RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

¹⁵² MIRANDA, Humberto da Silva. A Febem, o Código de Menores e a “Pedagogia do Trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História**, São Paulo, n.55, pp.45-77, Jan.-Abr. 2016. p. 54.

No século XX, as medidas de controle e coerção contra as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua procuravam conter o crescimento da criminalidade nas grandes cidades. A própria ideia da República, baseada nos princípios da “ordem” e do “progresso”, trazia consigo a proposta de fortalecer as instituições de segurança no sentido de garantir o controle social.¹⁵³

À vista disso, as práticas consideradas desviantes, como roubos, mendicância e prostituição, eram de interesse do Estado que buscava combatê-las a partir do punitivismo e do encarceramento, objetivando retirar as crianças e adolescentes do convívio social. Dessa forma, se efetivava um projeto de higienização social, não só na cidade do Recife, mas em todo o país. Essas questões não eram vistas como problemas sociais, mas sim no âmbito da segurança.

Diante disso, a FEBEM buscou reproduzir o discurso da doutrina do bem-estar aplicando-a em medidas tomadas referente a crianças e adolescentes que se enquadravam no que se compreendia como menor, ou seja, meninas e meninos pobres, em situação de abandono ou em conflito com a lei brasileira. Todavia, esse discurso não se desvencilhava de palavras, levando ao questionamento: bem-estar para quem? Ao falar da criminologia no Direito do Menor, a historiadora Eleonora Brito afirma que:

A criança e o adolescente foram os objetos que melhor se “ajustavam” às necessidades de controle que esse saber exigia. Vistos como seres carentes de tutela [...], incapazes de discernimento e, portanto, fora do julgamento de responsabilidade, mas fáceis de se moldarem à norma – desde que tratados de forma conveniente, preferencialmente antes mesmo que desenvolvessem uma personalidade criminosa – esse foi o colocado, de forma mais radicalmente “desprotegida”, nas mãos desses especialistas. Feitos “papel em branco”, “cera mole” – no qual os especialistas buscavam “escrever” e “inscrever” seus saberes – serviram-lhes de “ratos de laboratório” e, dramaticamente, exemplaram suas teses.¹⁵⁴

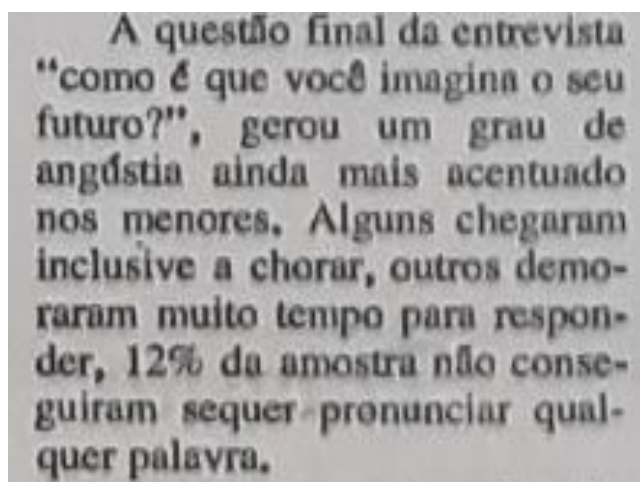
Segundo a historiadora, era dessas instituições que deveriam vir as respostas às problemáticas colocadas pelos desvios atribuídos às crianças e adolescentes tidas como menores pela sociedade e pelo Estado. Era lá onde esses saberes deveriam ser postos em prática.

Uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no final dos anos de 1980 na FEBEM/PE, aponta que dentro das unidades havia abuso

¹⁵³ **Ibidem.** p. 58.

¹⁵⁴ BRITO, Eleonora. **Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. p. 122.

sexual, consumo de drogas e uma descrença quanto ao futuro pós institucionalização¹⁵⁵. Noticiado pelo *Jornal do Comércio* em 1990, é evidenciado que havia um certo condicionamento a aceitar a punição e as violações de maneira a não crer em um futuro melhor após a saída da unidade.



A questão final da entrevista "como é que você imagina o seu futuro?", gerou um grau de angústia ainda mais acentuado nos menores. Alguns chegaram inclusive a chorar, outros demoraram muito tempo para responder, 12% da amostra não conseguiram sequer pronunciar qualquer palavra.

Figura 5: **Pesquisa Febem/PE**. Fonte: JORNAL DO COMMÉRCIO. Sexo e drogas: a vida do menor abandonado. Recife, 18 de abril de 1990.

As expectativas eram poucas, projetos eram escassos. Segundo a matéria, dos 323 adolescentes institucionalizados, somente 9% planejava voltar estudar, 39% pensavam em trabalhar em qualquer emprego. Além de privar de liberdade desses adolescentes que em grande parte eram marcados pela trajetória de não acesso a direitos básicos de sobrevivência, condicionados a *Doutrina da Situação Irregular*, tinham seus sonhos, seus desejos e vontades cerceados, concretados pela condição cotidiana da institucionalização truculenta das unidades da FEBEM.

Na mesma pesquisa apresentada no periódico, são evidenciadas as diversas formas que a instituição violava os direitos das(os) adolescentes, a permissividade ao consumo de drogas no ambiente institucional, como cola e maconha. Além disso, a prática sexual que não era coibida nas unidades, sendo naturalizada o ato sexual dos mais velhos para com os mais novos e recém-chegados, tanto com os meninos, como com as meninas.

Diante de uma instituição baseada em ideais excludentes e não preocupada com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a FEBEM se apresentava como a instituição ideal para promover a ressocialização das crianças e adolescentes, mas sua

¹⁵⁵ JORNAL DO COMMÉRCIO. **Sexo e drogas: a vida do menor abandonado**. Caderno Variedades. Recife, 18 de abril de 1990. APEJE.

estrutura interna e seus métodos de “cuidado” não eram condizentes com sua fala. À vista disso, não só os fatores domésticos levavam as meninas a buscarem as ruas como alternativa de liberdade.

Muitas das meninas que se encontravam nas ruas na década de 1990 eram advindas da FEBEM, que era a responsável, oficialmente, pelo atendimento as crianças e adolescentes que viviam em situação de abandono. Nesse espaço, elas passavam por diferentes violações de direitos, fossem elas físicas, psicológicas e/ou simbólicas, contradizendo-se com a proposta de atuação apresentada à sociedade.

“Quando a gente tá muito agitada eles dão remédio controlado pra todo mundo (...) Bota na comida, que é pra gente dormir tudinho (...) Diz que tem alimento, que tem brincadeira, que tem isso, a gente mesmo é que inventa brincadeira com pedrinha. (...) Mas a prisão, ali dentro a gente fica totalmente revoltada, porque quando eu saía na rua eu parecia que eu tava voando, eu ia roubá adoidado”. Grupo de discussão.¹⁵⁶

A FEBEM era vista pelas próprias internas como um espaço de aprisionamento e de reprodução de violência, levando-as ao desejo da liberdade. Segundo Miranda, “a instituição é lembrada como um local de práticas de agressão e dos maus-tratos, que utilizavam da força física para garantir o bom comportamento das crianças e dos adolescentes que ali estavam aprisionadas”¹⁵⁷. Quando essa violência é referida as meninas, a situação era ainda mais agravante.

As representações de gênero devem ter conduzido as interpretações de seus operadores, chegando a prevalecer em relação a certos princípios norteadores daquele tempo (com as noções de assistência e proteção à menoridade, inscritas em seus fundamentos), e que lhe garantiriam sua especificidade. Em outras palavras, também nos antigos Juizados de Menores, as meninas e as jovens teriam sido submetidas na representação da mulher. Portanto, na Justiça de Menores, meninas e jovens, a quem foram atribuídas práticas de atos transgressores, sofreram, muito provavelmente, as consequências de sua dupla condição: eram mulheres e menores.¹⁵⁸

Segundo Eleonora Brito, ainda sobre a criminologia do Direito do Menor, “A ‘necessidade’ de esquadrihar o corpo feminino, feito ‘livro em código’, em nome da

¹⁵⁶ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 52.

¹⁵⁷MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

¹⁵⁸**Ibidem**. p. 242.

ciência, justificava a violência que ali se produzia. Eram corpos esmiuçados em busca de um saber que servia para corroborar conclusões sobre ‘sua natureza’¹⁵⁹.

À vista disso, mesmo que perante a lei esse sujeito fosse destituído de sexo, na prática as punições e os delitos eram designados aos menores de acordo com o seu gênero, ou seja, antes mesmo de ser menor, a menina é seu corpo. Elas eram violentadas sexualmente dentro da instituição e essas ações eram legitimadas pelo discurso de violência como punição social para a “má conduta” da menina “perdida”. Ao mesmo tempo, as relações sexuais também poderiam ser utilizadas como moeda de troca entre os monitores da instituição e as meninas lá internadas. Entretanto, para além da violência sexual recorrente na instituição, as violações cotidianas também se materializavam na negação de direitos básicos como alimentação, higiene e bem-estar¹⁶⁰.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é desenvolvido um novo paradigma no que se refere à relação do Estado e da sociedade com a infância e a adolescência. Com o artigo 227 da Carta Magna emerge a *Doutrina da Proteção Integral*, substituindo a *Doutrina da Situação Irregular*. Segundo a legislação:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹⁶¹

A *Doutrina da Proteção Integral* vem com a lógica da promoção das garantias para que crianças e adolescentes possam vivenciar com plenitude os seus direitos. Com esse novo paradigma vem também mais uma mudança: a FEBEM se torna a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC). Esta vem com o objetivo de tornar esses direitos reais e efetivos, a partir de um comprometimento do Estado junto à sociedade e a família. À vista disso, a partir da década de 1990, a FUNDAC se torna a instituição estatal responsável pela seguridade dos infantes.

¹⁵⁹ BRITO, Eleonora. **Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. p. 129.

¹⁶⁰ MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. p. 242.

¹⁶¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 15 mar 2020.

Todavia, a implementação dessa instituição junto a políticas sociais voltadas ao interesse desse público não foi efetivada com garantia, visto que ainda hoje, vemos essas instituições precarizadas. Nos documentos utilizados nesse trabalho, não se tem relatos das meninas trazendo a FUNDAC em suas memórias. Elas sempre se referem à instituição como FEBEM. Uma hipótese pertinente é que houve uma naturalização de permanências nas ações da Fundação para com o atendimento, ou seja, que para elas essa mudança tenha se dado apenas na nomenclatura do órgão.

Essas discussões possibilitam pensarmos como uma instituição que se apresentava enquanto ressocializadora das crianças e adolescentes tidas como irregulares socialmente, também era a mesma instituição que violava e negava os direitos daquelas(es) que lá eram atendidas(os). Percebemos como as meninas que passavam pela FEBEM, e depois pela FUNDAC, eram condicionadas a viverem em um espaço desrespeitoso e violento, o que as levavam à fuga. Essas fugas eram uma forma de resistência à privação de liberdade que elas experienciavam na instituição, e muitas acabavam vivendo no ciclo: da rua para a Febem, da Febem para a rua.

Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais no Brasil

Na década de 1980 o Brasil passava por um período de mudança política e sociocultural após ter vivenciado a Ditadura Militar, e caminhava em direção à democracia. Todavia, ele já se iniciava com abertura política em 1974 proposta pelo governo de Ernesto Geisel. O presidente afirmava que essa “abertura democrática” – ou distensão como era chamada por ele – deveria ser lenta, gradual e segura, e construída sob os alicerces da conciliação. Entretanto, essa medida não passou de uma estratégia de manutenção do governo militar estabelecido. Segundo o historiador Marcos Napolitano:

Lançadas por volta de 1974, no início do governo de Ernesto Geisel, ainda sob o nome de “distensão”, as medidas de liberalização política do regime visavam muito mais perpetuar seus princípios de “segurança e desenvolvimento” dentro de uma nova ordem constitucional do que democratizar efetivamente o Brasil. Tanto era assim que o discurso da abertura conviveu por muito tempo com censura, cassações, torturas e desaparecimentos de militantes da oposição.¹⁶²

¹⁶²NAPOLITANO, Marcos. Todo mundo na rua de blusa amarela. **Revista de História da Biblioteca Nacional: 1985: Democracia do horizonte**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 114, p.1621, março 2015. p. 17.

Não havia possibilidade de conciliação quando sujeitos ainda tinham sua liberdade individual e coletiva reprimida por práticas estatais sistematizadas, como também a negação de seus direitos à saúde, à educação de qualidade, à segurança, e até de se manifestar contra o governo. Esse cenário foi marcado por uma emergência e fortalecimento de movimentos sociais e populares, que se articularam possibilitando o protagonismo de novos sujeitos coletivos. Essa entrada de novos sujeitos políticos demarcou um novo campo de atuação da sociedade civil na vida pública do país.¹⁶³

Maria da Glória Gohn define em seu trabalho¹⁶⁴ o conceito de Movimento Social como ações sociais e coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas para que a população se organize e expresse suas demandas. Em suas ações, os movimentos adotam estratégias diferenciadas de acordo com as reivindicações, se materializando desde as denúncias a mobilizações, negociações e desobediência civil.

Esses agentes, se reconhecendo como sujeitos de direitos, contribuíram para a reconstrução da democracia no Brasil. Se mobilizaram, não apenas pelo fim da Ditadura Militar, mas também pela reconstrução de valores sociais e democráticos. Junto aos movimentos, surgem também as organizações não governamentais, instituições que, a priori, faziam parte dos próprios movimentos sociais, mas devido a alguns fatores que veremos mais adiante, passaram a atuar de forma independente.

No final da década de 1980 e início de 1990, houve uma reorganização da forma de atuação dos movimentos sociais populares urbanos e rurais. Segundo Gohn¹⁶⁵, eles estavam perdendo parte de seu poder de pressão direta conquistado durante sua emergência no período ditatorial, porém não significando perda de espaço e de mobilização popular.

Para compreender a construção desse paradigma que o fim da ditadura impusera para os movimentos sociais, é importante ler esse cenário como uma ampliação do espaço político. Se antes a mobilização e a contestação eram vistas somente pelo lado da ilegalidade e merecedora de controle, sendo passível de violência estatal, a partir desse

¹⁶³GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 88.

¹⁶⁴Idem. Educação popular e movimentos sociais. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

¹⁶⁵Idem. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

momento, esses sujeitos passaram a poder se organizar livremente e implementar uma nova agenda que não abdicasse dos espaços de decisão, compreendendo a organização social de um corpo político como um direito.

O Brasil acabava de conquistar novos direitos constitucionais, que em sua grande parte ainda carecia de regulamentação. Destarte, a dinâmica das reivindicações sociais sofreu alteração, devido ao retorno das eleições diretas em todos os níveis governamentais: se tratava, então, de democratizar as instituições e o próprio Estado.

A partir das novas demandas, aumentou a necessidade de atuação no plano institucional, nas esferas municipais, estaduais e federal, assim como se fazia imprescindível que os encaminhamentos das conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988 viessem a ser implementadas. De acordo com o sociólogo Arim Soares do Bem:

Se, de um lado, no período inicial de constituição do Estado brasileiro, o processo de modernização adotado forjou a introdução de um modelo de democracia com pequena participação popular, de outro, pode-se dizer que a emergência dos movimentos sociais politicamente organizados foi moldando, pouco a pouco, novas facetas nos modos de estruturação da tensa e contraditória relação entre Estado e sociedade, forçando-o a uma permanente negociação e integração das demandas sociais.¹⁶⁶

À vista disso, além do espaço político das ruas e praças, os movimentos sociais encontraram na luta institucional um outro caminho de pressão, uma vez que a Ditadura já derrubada, as atuações se deslocariam para esse âmbito. Entretanto, alguns movimentos e grupo de representações sociais agregaram novos sujeitos e intensificaram suas atuações em ambos os espaços, destacando-se entre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)¹⁶⁷. O primeiro, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), veio a se tornar a maior força sindical do país, já o segundo, o maior movimento social da América Latina.

Portanto, Segundo Gohn¹⁶⁸, isso poderia ser chamado de uma crise, não significando dizer que os movimentos sociais desapareceram, nem enfraqueceram enquanto agentes sociopolíticos, mas sim que existiu uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade. Todavia, partimos da compreensão dos constantes

¹⁶⁶SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 1137-1157, 2006. p. 1154.

¹⁶⁷ Para mais, ver: BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – Educação em movimento. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 50, p. 275-285, maio 2013.

¹⁶⁸ GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 80.

tensionamentos entre as lideranças desses grupos, principalmente quando se referia a questões como institucionalização, participação ou não em conselhos criados ou propostos pelo poder público e participação em programas governamentais, além do agravante de que várias dessas lideranças ascenderam a cargos no poder público.

Portanto, a crise expressava os novos arranjos na busca da renovação, de adaptação à nova conjuntura e às mudanças no mundo do trabalho, de reposicionamento frente às novas políticas públicas.¹⁶⁹

Por outro lado, a emergência desses Movimentos Sociais populares na década de 1980, possibilitou a entrada de novos sujeitos coletivos na sociedade brasileira. Atuando junto aos movimentos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) eram instituições de apoio aos movimentos na luta contra a Ditadura e pela redemocratização do país, se preocupando em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudando na estruturação e administração, e muitas vezes na conscientização dessas entidades¹⁷⁰.

Sendo para Soares do Bem, mudanças significativas que foram iniciadas pelo avanço da exclusão social das pautas neoliberais, onde a atuação individual produzia pouco impacto nas decisões. Segundo o autor:

Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal¹⁷¹

Sobre as ONGs, a socióloga Cleide Galiza de Oliveira¹⁷² afirma que é uma terminologia utilizada para abrigar organizações não pertencentes ao aparelho estatal, sem fins lucrativos. Dialogando com Oliveira, a historiadora e cientista política Céli Pinto argumenta que podemos interpretá-las, bem como os movimentos sociais, como uma via para pressionar o Estado e instrumentalizar as demandas da sociedade civil, muitas delas relacionadas com temas não tão explorados pelos partidos políticos tradicionais – sendo

¹⁶⁹**Ibidem.** p. 81.

¹⁷⁰**Ibidem.**

¹⁷¹SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 1137-1157, 2006. p. 1153.

¹⁷²OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. **Cúmplices na sobrevivência: ONGs populares e infância desassistida**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2001. 174 p.

esses também, de certa forma, pressionados para repensar seus projetos políticos de acordo com as necessidades e lutas de novos agentes sociais¹⁷³.

Segundo Gohn, essas ONGs eram movimentalistas, militantes e cidadãs¹⁷⁴, contudo, para a autora elas “não trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais. Apenas uma parcela das ONGs cidadãs evocam o mundo da política, da participação, ao contrário das [...] assistencialistas”¹⁷⁵. Entretanto, no final da década de 1980 e início de 1990, o aparecimento de ONGs autodenominadas de terceiro setor – entidades mais articuladas a empresas e fundações – muda o cenário

Partimos do pressuposto que a sociedade tem três segmentos sociais: primeiro setor, segundo setor e terceiro setor. O primeiro setor se refere ao Estado, com interesses públicos. Já o segundo se localiza na esfera privada, seguindo a dinâmica do Mercado. E por fim, o terceiro setor que também tem como característica a inserção na esfera privada, entretanto, se diferencia por buscar interesses públicos, ou seja, com serviços correlacionados aos oferecidos pelo Estado.¹⁷⁶

Essas instituições se destacaram e, em alguns casos, se desvincularam dos movimentos, tornando-se autônomas. A maioria dessas ONGs optaram pela intervenção direta no meio popular e não mais se posicionam como assessoras. Essa intervenção possibilitou o papel ativo de democratizar informações. Passaram a se especializar em temas como gênero, educação, artes e infância, incluindo cursos, seminários e capacitações em sua rotina para qualificar seus integrantes e, por fim, enfatizou a

¹⁷³CADORE, Nathália Boni. **As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990**. In: XV Encontro Estadual de História: 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado, 2014, Florianópolis. p. 6.

¹⁷⁴ GOHN, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONG's**. Revista Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v.5., n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

¹⁷⁵ MACHADO, Aline Maria Batista. **O percurso histórico das ongs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. p. 3487.

¹⁷⁶ Para mais, ver: FERNANDES, Rubem César. **Privado, Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará, 1994; FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. B. (Org.), **3º Setor: desenvolvimento social sustentável**. São Paulo: Paz e Terra, 1996; SILVA, Felipe Luiz Gomes. A Ideologia do “Terceiro Setor”: Transformação Social ou Salvação do Capitalismo. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12, 2005, Belo Horizonte. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. 22 p.; FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1999.

pluralidade da realidade dos sujeitos sociais, levando em consideração o lugar de cada um.

Segundo Gohn¹⁷⁷, nos anos 1980, as ONGs contribuíram para a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Em diálogo com a Cientista social Ana Claudia Chaves Teixeira, que afirma em sua dissertação que nesse momento é construído aos poucos uma relação antagônica que marcou a ditadura militar, a de oposição completa e irrestrita dos movimentos sociais ao Estado.

Teixeira aponta que a constituinte foi um momento que os diversos projetos de sociedade foram postos em disputa, os movimentos sociais não se abstiveram desse momento, assim, através das ligações institucionais, mobilizaram sujeitos e grupos para construção de alternativas de Estado e democracia¹⁷⁸. Nesse cenário, as ONGs se integraram no fomento de canais de comunicação, sendo para a autora, uma forma de ligação de questões que eram vistas separadamente e não de forma interligada, que seria o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico.

Vale dizer que, além da atividade de mobilização social, há ainda ONG's empenhadas na diminuição da desigualdade material objetiva das populações para as quais se dirigem suas atividades. O objetivo central dessas atividades é resolver problemas materiais concretos de um determinado grupo.¹⁷⁹

Assim como os Movimentos Sociais, elas se organizaram em diversos segmentos e a luta pela garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente conquistou seu espaço dentre eles. As décadas de 1980 e 1990 possibilitaram difundir as problemáticas referentes às crianças e adolescentes no país, propiciando um cenário em que as denúncias de criminalidade e negação de direitos ganhassem uma maior conotação política e mobilização social. Quando se faz o recorte de crianças e adolescentes em situação de rua, sobretudo as meninas em Recife nas décadas de 1980 e 1990, pode-se perceber que essas problemáticas se tornam ainda mais agravantes.

¹⁷⁷GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

¹⁷⁸TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas, Universidade de Campinas. Campinas, 2000. p. 32.

¹⁷⁹**Ibidem**. p. 54.

Ana Vasconcelos e a Casa de Passagem: uma trajetória de atendimento às meninas em situação de violação de direitos

Diante desse cenário de negação dos direitos, sobretudo os das meninas, Ana Vasconcelos, militante das causas feministas e pelos direitos de crianças e adolescentes, se questionou o porquê de não haver instituições que acolhessem especificamente as meninas, especialmente em situação de abandono social, já que o Estado não cumpria com o seu papel garantidor desses direitos. À vista disso, o trabalho proporcionou conhecer a história de Ana Vasconcelos e o que a levou a fundar a Casa de Passagem.

Ana Maria Pacheco de Vasconcelos nasceu no dia 22 de agosto de 1944, em Timbaúba, município de Pernambuco, onde viveu até os 13 anos, quando foi morar e estudar no Recife. Iniciou o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro e o concluiu na Faculdade de Direito do Recife. Trabalhou na Fundação Joaquim Nabuco e na Empresa de Urbanização do Recife (URB/Recife) e no ano de 1986 veio a ser vice-presidente na Legião Assistencial, órgão ligado à Prefeitura do Recife.

Um dos espaços de atuação da Legião Assistencial era a Casa de Integração do Menor Trabalhador, que realizava um atendimento aos chamados “meninos de rua”. Antes de darmos continuidade, se faz imprescindível problematizar esse termo, visto que não há crianças e adolescentes que vivem e moram nas ruas. Tomamos como termo metodológico meninas em *situação de rua*, por compreender que crianças e adolescentes são levados ou motivados a buscar as ruas como um novo espaço vivência, aqui dando como exemplo as que buscam esse local para ganhar dinheiro para família ou para si; as que passam o dia na rua, mas voltam para dormir, as que retornam no final de semana ou até as que vão para casa apenas quando se faz necessário.

Retomando para a Casa de Integração do Menor Trabalhador, o fato dessa instituição não atender também as meninas despertou em Ana Vasconcelos o interesse pela realidade vivenciada por elas nos espaços das ruas. De acordo com Ana:

Um fato me chamou a atenção: a Casa do Menor Trabalhador não recebia meninas. Eu questionava a causa disso; e a partir daí comecei a me interessar pela realidade das meninas nas ruas. Junto com a equipe da Casa de Integração do Menor Trabalhador, especialmente sua coordenadora, tentei trazer as meninas para a entidade, mas o resultado não foi dos mais satisfatórios. Logo

percebi que aquele não era o melhor espaço para elas, que chegavam com um comportamento extremamente agressivo.¹⁸⁰

Ana decidiu então, juntamente com Cristina Mendonça e Nilvana Castelli¹⁸¹, ir às ruas do Recife para dialogar com as meninas e compreender a realidade social que elas experienciavam em seus cotidianos de negação e violação de direitos. Segundo o historiador Miranda¹⁸², na década de 1980, Ana Vasconcelos transitava com mais constância nas áreas comercial e portuária da cidade, ou seja, nos bairros centrais do Recife, compreendidos pelos bairros do Recife, São José, Santo Antônio e Boa vista, como vimos no primeiro capítulo.

As meninas questionavam-se sobre o porquê de Ana e as companheiras estarem ali, de se aproximarem e conversarem com elas, visto que uma das queixas que essas crianças e adolescentes faziam era que as pessoas que se aproximavam tinham a intenção de explorar, abusar ou roubar algo que as pertenciam, sendo alvos de agressões. Nas conversas, elas diziam que as ruas eram a “passagem para o inferno” e que “gente como elas não tinham salvação”.

Depois de muita reflexão e discussão, convidei-as para, juntas, construirmos um outro tipo de passagem, que levasse à construção do “eu”, da “dignidade humana”: a Casa de Passagem. Elas riam e não nos levavam a sério.¹⁸³

Diante da falta de políticas públicas para essas meninas, em 1988 foi apresentada a proposta da criação da Casa de Passagem à antiga FEBEM, em Recife. Essa proposta buscava convencer a sociedade da necessidade de promover um atendimento específico às meninas, adolescentes e suas famílias que viviam nas ruas em situação de vulnerabilidade e abandono social.

¹⁸⁰VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 13.

¹⁸¹ Maria Cristina Vasconcelos de Mendonça, também fundadora da Casa de Passagem, mestra em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife. Nilvana Nanni de Castelli, também psicóloga pela Faculdade Paulistana de Ciências e Letras.

¹⁸² MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

¹⁸³VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 13.

Ainda nesse ano, Ana começou a elaborar projetos que ajudassem essas meninas na luta pela sobrevivência nas ruas, e no dia 02 de janeiro de 1989¹⁸⁴ ou 15 de maio desse mesmo ano¹⁸⁵, variando de acordo com as informações obtidas nas documentações, a Casa de Passagem foi fundada. A instituição tinha caráter civil sem fins lucrativos, se enquadrava juridicamente como organização não governamental e era localizada na cidade do Recife, capital de Pernambuco. No seu período inicial se localizava na Rua da Soledade, para se manter mais perto das meninas e do seu dia a dia, depois foi transferida para o bairro de Santo Amaro, pois o espaço da nova casa era maior e poderia ser melhor utilizado.

De acordo com o regimento da Casa de Passagem, seu objetivo era promover o atendimento “bio-psico-sócio-educativo a meninas em situação de rua e de abuso sexual, dando visibilidade à questão da violência doméstica e sexual sofrida por essas meninas num momento em que o país se redemocratizava”¹⁸⁶. Atuou com três programas: *Passagem para a Vida* (1989), *Iniciação ao Trabalho* (1990) e *Comunidade e Cidadania* (1994).

Esse trabalho se atenta ao primeiro programa, *Passagem para a Vida*, por duas motivações. A primeira consiste por esse ser o primeiro programa de atuação da Casa de Passagem; e a segunda e mais importante, por ele atender especificamente as meninas, diferentemente dos outros já citados. Através dele, a Casa realizava seu atendimento às meninas entre 7 e 17 anos, vítimas de violências doméstica e sexual. O *Iniciação ao Trabalho* atendia jovens entre 16 e 24 anos, com a finalidade de orientar, capacitar e encaminhá-las para o mundo do trabalho, proporcionando o primeiro emprego destas, através de parcerias com as empresas. Já o *Programa Comunidade e Cidadania* trabalhava com jovens, mulheres e lideranças comunitárias, buscando promover a consciência política e a cidadania dentro das comunidades da Região Metropolitana do Recife.

O *Programa Passagem para a Vida* buscava acolher as meninas que viviam em situação de abandono social, tendo como direcionamento inicial a defesa de seus direitos, assim como a denúncia das violações que estas sujeitas estavam expostas. Outra

¹⁸⁴ CARAVELAS, Luciana. **A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 2008.

¹⁸⁵VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

¹⁸⁶CARAVELAS, Luciana. **A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 2008. p. 43.

preocupação que a organização tinha em relação a essas meninas era a carência de autoestima, visto que, muitas vezes, elas não se enxergavam enquanto seres dignos devido a sua condição social de sujeitas em situação de rua, sem cuidados e sem o acesso a cidadania, expostas as mais diferenciadas condições de violação em seu cenário cotidiano. Sendo assim, o citado programa tinha como objetivo:

[...] promover os direitos de cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, buscando, como resultado, a reestruturação da identidade, a inserção na família, na escola, na comunidade e na sociedade.¹⁸⁷

Consequente, a Casa optou por desenvolver seus trabalhos a partir da escuta das meninas atendidas, para que pudesse compreender com mais acerto a realidade que elas experienciavam diante dos diversos cenários de negação de seus direitos. A instituição realizava seu trabalho em cinco etapas: iniciava-se nos espaços das ruas, em seguida atuava na própria Casa de Passagem, a terceira etapa se dava nas chamadas Casas Comunitárias, a quarta nas comunidades com alto índice de pobreza na cidade de Recife, sendo abordado, no primeiro capítulo, alguns desses bairros e as suas condições nos anos de 1990, e a última se desenvolvia no Centro de Profissionalização de Adolescentes.

As ações desenvolvidas na primeira etapa tiveram início antes da construção do espaço físico da instituição. Ana Vasconcelos saía às ruas para conversar com as meninas que lá estavam para que pudesse conhecer e pensar o cotidiano delas, “o dia a dia das ruas, os hábitos, os valores, os sentimentos, as esperanças, as possibilidades de sobrevivência, os ganhos, os desejos de mudança”¹⁸⁸. Aqui é importante frisar que, mesmo após a criação do espaço físico da Casa, esse trabalho continuou sendo realizado, no intuito de aproximar a instituição das ruas, por meio de ações que acessassem as experiências das meninas.

Durante o desenvolver desse trabalho, Ana identificou a necessidade de três ações primordiais às meninas¹⁸⁹: a advocacia, visto que a condição e localização que as sujeitas se encontravam podiam violar seu direito à liberdade, se fazendo necessário ter alguém que conheça a Lei; a psicologia, pois essas meninas não se reconheciam enquanto protagonistas de sua vida, assim como não se enxergavam enquanto seres de direitos,

¹⁸⁷MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Casa de Passagem no atendimento sistêmico à Criança, ao Adolescente e à Família**. Recife: Casa de Passagem, 2008. p. 27.

¹⁸⁸VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 76.

¹⁸⁹ Idem. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005.

sendo imprescindível uma/um profissional que trabalhasse essas ausências tão presentes, e que interferem como essas sujeitas leem o mundo e as suas próprias ações nele; e por fim, uma profissionalização, pois elas precisavam aprender a gerar sua renda de outras formas que não fossem as condicionadas pela vivência nas ruas, numa perspectiva de reintroduzir a convivência em sociedade de modo ao acesso a cidadania por meio também do trabalho.

A segunda etapa era desenvolvida no espaço físico da Casa de Passagem, que recebia as meninas de segunda a sexta-feira, entre 7h e 17h. A instituição atendia, em média, 300 meninas por dia, segundo o *Catálogo de instituições que assistem crianças e adolescentes em situação de rua*¹⁹⁰, publicado pelo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, em 1998. Elas não dormiam na Casa de Passagem, pois a instituição acreditava que elas deveriam ser reinseridas nas suas famílias e escolas, visto que a organização não poderia substituí-las.

À vista disso, as meninas passavam parte de seu dia na Casa participando de diversas atividades, e por fim retornariam às ruas. Pensando nessa outra problemática que era a desestruturação familiar, a ONG passou a desenvolver um trabalho de integração e acompanhamento, não só com as meninas, mas também com suas famílias, a fim de auxiliar na reestruturação do lar. Afirmou Ana Vasconcelos, “Percebemos que não basta trabalhar com a menina, mas é preciso considerar o mundo no qual ela necessita estar inserida: sua comunidade, sua família, sua escola.”¹⁹¹.

Na instituição eram realizadas atividades educativas, de lazer e de bem-estar. Lá elas tinham o cuidado com a saúde mental, como escuta de apoio e terapias, com a saúde física, à exemplo a alimentação, vacinação, e higiene pessoal. Também tinham encaminhamento médico, recebiam atendimento sócio pedagógico, assim como participavam de atividades culturais promovidas pela Casa, como oficinas de teatro, capoeira, dança e judô.

As meninas continuavam a chegar, a cada manhã, na Casa de Passagem. Sujas, famintas, feridas, apresentavam no corpo as dores das noites nas ruas. A equipe da Casa procurava oferecer-lhes um espaço de fala e de escuta, onde se propõe o respeito por si mesma e pelo coletivo. O trabalho das psicólogas na questão

¹⁹⁰ CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Catálogo de instituições que assistem crianças e adolescentes em situação de rua, 1998.** São Paulo: CEBRID, 1998. 145 p.

¹⁹¹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida.** Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 14.

de limites foi fundamental para que as meninas internalizassem o respeito pelas educadoras e por si próprias.¹⁹²

Segundo Caravelas¹⁹³, a instituição realizava trabalho preventivo de saúde em infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez indesejada na adolescência. Encaminhava para a rede pública de saúde, como também doava medicamentos prescritos por médicos quando eles não estavam disponíveis nos postos de saúde ou a família não tinha condição de adquirir, dado que as adolescentes que eram atendidas e participavam das atividades da Casa, eram vindouras de famílias pobres e com pouco acesso a bens materiais de qualquer natureza.

O espaço também dispunha de uma cozinha onde elas podiam preparar sua própria comida, incentivando o trabalho em conjunto entre elas, como também possibilitando a participação da criação de algo que lhe era negado nas ruas: o alimento. A instituição realizou também um trabalho de alfabetização com um reforço escolar, em que procurou adaptar essa nova atividade às necessidades das meninas, com a participação delas.

No início dos anos de 1990, a taxa de analfabetismo no Brasil ainda era muito alta e a diminuição dela entre crianças e adolescentes era lenta. A cidade do Recife reproduzia essa tendência, principalmente quando se reflete sobre o Nordeste e o Norte do país que tiveram, historicamente, os piores Índices de Desenvolvimento Humano e Social.

Em dois dos gráficos trazidos no primeiro capítulo, são apresentados os dados referentes a média de analfabetismo no Recife e, especificamente, a RPA 1 localizada no centro da cidade, que compreende os bairros de Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhos, Soledade, e Ilha Joana Bezerra.

Como vimos no primeiro capítulo, a região do centro concentrava um dos maiores índices de pobreza e de violação da cidade do Recife, mesmo sendo composto também por bairros mais favorecidos, como Ilha do Leite e Paissandu. À vista disso, era a área onde a Casa de Passagem mais atuava e onde se localizava o seu espaço físico, sendo sua sede no bairro de Santo Amaro como já mencionado.

¹⁹²VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 14.

¹⁹³CARAVELAS, Luciana. **A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 2008.

Voltando as etapas do Programa, a terceira era realizada nas Casas Comunitárias, espaços construídos pela Casa de Passagem, onde residiam meninas e jovens em situação de rua que não tinham família ou não queriam voltar para ela. Após vivenciarem o processo educativo na instituição, as meninas que não podiam ou não queriam voltar, passavam a morar em pequenos grupos nessas casas. Segundo Vasconcelos¹⁹⁴, esses espaços eram construídos junto com as meninas, em comunidades previamente escolhidas de acordo com suas preferências. As duas primeiras Casas Comunitárias foram construídas na comunidade de Campina do Barreto, sendo a primeira experiência da instituição em comunidades da periferia do Recife. Nesses espaços, as meninas já iniciavam a sua participação nas lutas por melhores condições de vida na comunidade, como educação, saneamento, transporte, saúde e organização social.

A quarta etapa se constituía da realização de um trabalho preventivo realizado nas comunidades de baixa renda na cidade do Recife. Esse trabalho era de assessoria popular, de multiplicar informações e refletir sobre a condição feminina e Direitos Humanos. Realizado com crianças e adolescentes junto a mulheres, lideranças comunitárias e educadoras, segundo Vasconcelos¹⁹⁵, se discutia sobre temas como violência, saúde, direitos de cidadania, maternidade, trabalho, moradia, sexualidade e preconceitos. Um dos projetos realizados nessa etapa do programa, foi o *Adolescentes Multiplicadores de Informações – AMI*:

Procurava, dessa forma, realizar uma estratégia de intervenção social, de caráter preventivo, com o intuito de que essas meninas não viessem para as ruas, e sim, permanecessem com seus familiares, estudando e se preparando para o mundo do trabalho, tendo uma vida com melhor qualidade. Foi assim que, em março de 1990, a Casa de Passagem começou a implementar o Projeto AMI, com Adolescentes Multiplicadores de Informações, redirecionando sua estratégia central de ação e ampliando seu processo sócio-educativo para várias comunidades da RMR.¹⁹⁶

A partir do AMI, a Casa passou a não só buscar a garantia dos direitos das meninas lá atendidas, mas também a prevenir que outras meninas tivessem a mesma trajetória de negação e violação, visando a reinserção delas na sua família e no espaço escolar. Para além disso, a instituição também promovia capacitações para que essas crianças e adolescentes viessem a ser líderes das comunidades as quais pertenciam.

¹⁹⁴ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

¹⁹⁵ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

¹⁹⁶ CARAVELAS, Luciana. **A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 2008. p. 46.

Interagindo com a família, com a comunidade, a vida da menina continuaria acontecendo lá fora. Ou seja: não poderíamos confinar as meninas dentro da instituição, pois, agindo assim, impediríamos seu desenvolvimento, uma vez que, mesmo que sofressem maus tratos, violência doméstica, não poderíamos substituir o papel da família, nem tirá-las de seu contexto. Acreditávamos que, mais fortalecidas e os familiares sendo atendidos, ocorreriam mudanças significativas na vida dessas meninas.¹⁹⁷

Uma das atividades do AMI era a Feira de Educação em Saúde para Adolescentes, realizada anualmente, onde as meninas se organizavam em estandes para apresentar informações e discutir sobre temas na área da saúde, como as ISTs, gravidez na adolescência, saúde corporal, todavia, para além disso discutiam sobre temas como gênero e ecologia, segundo Vasconcelos¹⁹⁸.

A última estratégia de atuação era realizada no Centro de Profissionalização de Adolescentes, que consistia na profissionalização das meninas através de processos educativos. Essa etapa estava diretamente ligada ao Programa de Iniciação ao Trabalho, já apresentado anteriormente.

A instituição acolhia essas meninas e as proporcionava uma alternativa à vida de exclusão e negação vivenciada nas ruas do Recife. A Casa era um espaço onde elas podiam ser vistas, ouvidas e atendidas, onde poderiam ser as protagonistas da construção de sua trajetória.

Aos poucos, algumas mudanças começaram a acontecer. As meninas estavam menos violentas, conseguiam falar mais dos seus sofrimentos, dos seus sonhos, cooperavam mais com as educadoras, e algumas chegavam mesmo a ajudar na organização da Casa. Para surpresa da equipe, nas raras vezes que a educadora faltava, sua presença era cobrada pelas meninas.¹⁹⁹

Às meninas que passaram pela Casa de Passagem foram apresentadas novas formas de perceber a si e ao mundo, de se cuidar e cuidar do outro com empatia, de poder ajudar a outras crianças e adolescentes que tiveram a mesma história de negação de direitos que elas. A Casa, junto às meninas, teve as possibilidades não de apagar o seu passado, mas de construir um futuro diferente, com seus direitos garantidos, com dignidade.

¹⁹⁷MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Casa de Passagem no atendimento sistêmico à Criança, ao Adolescente e à Família**. Recife: Casa de Passagem, 2008. p. 24.

¹⁹⁸VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005.

¹⁹⁹**Ibidem**. p. 15.

“Aí pra eu conseguir aquilo eu tinha que roubar ou me prostituir, e agora eu não preciso nem roubar nem me prostituir, porque eu tô na Casa de Passagem, e aqui na Casa de Passagem eu tô tendo alimento, tô tendo roupa, tô tendo escova, atendimento médico, tudo o que eu preciso eu tenho. É uma outra vida melhor”. Rute, 16 anos.²⁰⁰

“Por que vocês demoraram tanto a abrir a Casa de Passagem? Se eu tivesse encontrado vocês mais cedo, eu não tinha dado a minha filha” Betânia, 16 anos.²⁰¹

A cidade do Recife, na década de 1990, foi cenário de inúmeras violações e negações de direitos à infância e a adolescência, todavia, em consequência a isso, a cidade também foi um espaço de atuação e luta de movimentos sociais em busca de uma garantia efetiva de que esses sujeitos teriam o direito de viver a sua fase da vida em plenitude. A Casa de Passagem, através de Ana Vasconcelos e sua equipe, fez parte dessa efervescência de mobilização para que o Estado, juntamente com a sociedade e a família, pudesse promover e garantir o protagonismo de meninas e meninos experienciadores das diferentes infâncias vividas.

No presente capítulo compreendemos as motivações que levaram as meninas a buscarem as ruas como uma alternativa de liberdade diante das diversas violações sofridas por elas. Vimos também como a emergência de movimentos sociais e organizações não governamentais possibilitaram a fundação da Casa de Passagem. Para além disso, analisamos a trajetória da instituição no que se refere a sua história e atuação no atendimento às meninas. No próximo capítulo será realizada uma análise dos discursos proferidos pela Casa de Passagem em algumas documentações já apresentadas anteriormente, assim como será trabalhada algumas ainda não discutidas aqui.

²⁰⁰CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 54.

²⁰¹VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p.82.

CAPÍTULO III

Quando a Casa fala de si: produção de discursos sobre cotidianos da “passagem”

No último capítulo dessa dissertação, iremos analisar os discursos proferidos pelo Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem sobre si, como também acerca das meninas que por ele foram atendidas. Serão analisadas três documentações já citadas na introdução, a fim de compreender os ditos e não ditos acerca da atuação da instituição em um momento de reorganização político-social, no que se refere as problemáticas de crianças e adolescentes no Brasil.

Todavia, se faz indispensável para essas análises trazer ao debate a importância do cuidado com a prática do anacronismo no trabalho do(a) historiador(a), visto que essas documentações foram produzidas em outro momento histórico do Brasil. Todo fato ou documentação histórica carrega consigo uma intencionalidade ideológica e está localizada em um tempo histórico e espacial. Esse trabalho não tem como finalidade uma reconstrução do discurso proferido pela instituição através de seus documentos, mas estabelecer uma reflexão sobre eles a luz da não realização de um julgamento anacrônico. Segundo o historiador François Dosse:

[...] os historiadores que atualmente tomam consciência de um enxugamento necessário de suas explicações não pretendem mais restituir uma verdade total sobre a realidade tal como ela acontece, pois eles são mais conscientes que sua investigação é sempre mediada pelo discurso e deve, então, levar em conta todas as mediações que permitem restituir algo de real.²⁰²

Para Dosse, o historiador deve evidenciar de onde parte a sua fala, precisa explicitar seus caminhos e instrumentos, pois a História é construída a partir de mediações entre as partes, incluindo quem a escreve. É imprescindível olhar para o passado a partir dos questionamentos que se tem no presente, mas é ainda mais importante evitar levar as sobreposições do presente consigo em suas análises.

²⁰² DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Florianópolis, v. 4, n. 1. p. 05 – 22, jan/jun. 2012. p. 12.

Quando olhamos para o passado, e aqui se refere ao da instituição sujeita dessa pesquisa, mesmo que fossem reunidos todos os dados, escritos, imagens e documentações da Casa de Passagem para análise, jamais seria possível a obtenção de uma sequer página correspondente ao real vivido. O que se encontra nos documentos não é a história, mas sim um emaranhado de discursos presentes em narrativas parciais a partir do local social em que se está inserido.

Para analisar os discursos é preciso compreender a linguagem como um agente simbólico, como algo constituído e construtor de sentidos acerca de mulheres, homens e suas histórias. A partir disso, é possível entender a singularidade de quem o profere e sua prática de significar e significar-se, diante de um discurso mediador entre a intencionalidade e o real social. Ele pode tornar possível a continuidade ou a ruptura social a partir das transformações da realidade em que vive. Segundo a Linguista Eni Orlandi:

[...] a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.²⁰³

Nós nos deparamos com discursos que nos (re)significam a todo momento, mesmo sem perceber que isso está acontecendo. Diante disso, se busca compreender não apenas a língua, mas como ela acontece e como se materializa enquanto fenômeno social. Referindo-se a Casa de Passagem, indagamos se seus discursos convergem entre si e como eles se aplicam no cotidiano das meninas que por ela foram atendidas.

Antes de partimos para as análises e compreensões acerca dos discursos presentes nos documentos da instituição, é fundamental que eles sejam apresentados, embora já tenham sido trazidos nos capítulos anteriores. Como dito acima, foram utilizadas três documentações, sendo elas, cronologicamente: o *Projeto Menor-Mulher (1988)*²⁰⁴, o livro *SOS Meninas (1990)*²⁰⁵ e o relatório *Meninas de Rua do Recife (1997)*²⁰⁶.

²⁰³ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 15-16.

²⁰⁴ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988.

²⁰⁵ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

²⁰⁶ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997.

O *Projeto Menor-Mulher* foi desenvolvido pela advogada Ana Vasconcelos, e pelas psicólogas Maria Cristina Mendonça e Nilvana Castelli, que naquele momento faziam parte da Brigada em Defesa da Mulher. A Brigada era um grupo composto por mulheres advogadas, psicólogas, assistentes sociais e líderes comunitárias²⁰⁷ que atuavam em prol dos direitos de outras mulheres e, em alguns momentos, também se mobilizavam para outras causas, como na luta acerca da aposentadoria de idosos, apontada em uma notícia de 1987 no periódico Diário de Pernambuco²⁰⁸.

A Brigada em Defesa da Mulher tinha um programa chamado *Repensando a Menina de Rua*, coordenado por Ana Vasconcelos, que em seu próprio nome já anuncia qual o seu público. A partir da publicação do livro *Meninas de rua (Foi porque o amor valeu...)* em 1988, as brigadistas buscaram explicar sobre as questões particulares das meninas ao público, que naquele momento se referia a órgãos e instituições que trabalhavam com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Foi através desse programa que Ana, Maria Cristina e Nilvana construíram o *Projeto Menor-Mulher*.

Esse documento contém a “hipótese de trabalho” destinada a atuação com meninas em situação de vulnerabilidade, e que mais tarde veio a se tornar o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem. Segundo a documentação, ele foi elaborado e “apresentado em plenária à FEBEM/PE, em 28 de abril de 1988, no auditório da Fundação Joaquim Nabuco-Recife, buscando-se atuar junto às meninas internas do Centro de Atendimento Provisório – CAP/FEBEM/PE”²⁰⁹. Ele foi apresentado cerca de um ano antes da fundação da Casa de Passagem.

O segundo documento trabalhado é o livro *SOS Meninas*, escrito por Ana Vasconcelos e publicado pela Casa de Passagem, em 1990. Neste momento, a instituição já havia sido fundada e tinha quase dois anos de atuação. À vista disso, segundo a documentação, tudo o que está presente nela “são escritos reunidos em quase 03 (três) anos de experiência com meninas que sobrevivem ou sobreviviam nas ruas, meninas vítimas de muita violência, preconceitos e abandono”²¹⁰.

²⁰⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Meninas de rua, livro a ser lançado na 5ª no auditório da OAB.** Caderno Cidade, Recife, 15 de setembro de 1988. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁰⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Aposentado prova que recebe menos a cada mês.** Caderno Cidade, Recife, 20 de setembro de 1987. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁰⁹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher.** Recife, 1988. P. 5.

²¹⁰ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas.** Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 12.

O livro é aberto e encerrado com diversos comentários tecidos a ele por representantes de instituições e movimentos, nacionais e internacionais, ligadas a diferentes esferas, sejam elas estatais, religiosas, da infância ou da mulher, como a UNICEF, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e a National Federation of Women's Institutes. Assim como, traz falas de pessoas públicas, como a atriz global Suzana Vieira, o então ator e jornalista Orlando Miranda e o candidato a presidência do Brasil em 1989, Fernando Gabeira.

Embora o documento seja dividido em quinze capítulos, ele não é extenso. Cada um deles aborda uma questão atrelada as experiências das meninas, são eles: Convivendo com as meninas que estão nas ruas; O educador, a menina e a angústia; A menina de rua e a palavra; A menina de rua e a sexualidade; A menina de rua e a mãe; A menina de rua e seu destino/sina; A menina de rua e a instituição; A menina de rua e a polícia; A menina de rua e sua parceira/mulher; A menina de rua e os filhos; A menina de rua e o pai/incesto/estupro; A menina de rua e o homem; A menina de rua e a casa; A menina de rua e a droga; A menina de rua e a Casa de Passagem.

O terceiro documento analisado foi o relatório *Meninas de Rua do Recife*, publicado em 1997. Essa fonte se diferencia das outras duas, desde a linguagem até a estruturação, mas isto será explorado mais à frente no capítulo. Teve como apoio financeiro a *Save The Children*, movimento global formado por organizações nacionais em prol de crianças, como já prediz o seu nome.

Segundo a documentação, a pesquisa tinha como objetivo buscar responder três questões: quantas meninas estão nas ruas do Recife, como sobrevivem e qual a trajetória de suas casas até as ruas. Realizada entre abril de 1991 e outubro de 1992, teve seus dados construídos em duas etapas metodológicas – que serão apresentadas como explicitadas no relatório – e uma mobilização de diferentes equipes, cada uma com sua função, seja para coletar os dados, analisá-los, tecer os comentários ou elaborar propostas de políticas voltadas a essa pauta.

O primeiro momento foi quantitativo, realizado em maio e junho de 1991, através de um questionário respondido por 1.015 meninas em situação de rua. A partir de um filtro, meninas com menos de vinte e um anos e que dormissem na rua algumas vezes ou todo dia, preencheriam os seguintes dados: nome, apelido, idade, local da rua onde fica mais tempo, local de origem, composição da família, motivo por que saiu de casa, tempo

de rua, problemas enfrentados na rua e estratégias de sobrevivência – quando saiu de casa e no momento da pesquisa.

A segunda etapa teve como metodologia a linha qualitativa. Nela foram entrevistadas 42 meninas, que eram ou foram atendidas pela Casa de Passagem. Essas entrevistas foram “abertas, semi-estruturadas e a partir de um roteiro temático pré-estabelecido com base nas especificidades de informação requeridas para a confirmação do quadro de pressupostos”²¹¹. Ao final de uma análise preliminar dessa etapa, foi realizado um encontro de dois dias com as meninas participantes para “legitimar os resultados e contribuir para ampliar o processo de conscientização das meninas”²¹².

O relatório foi produzido em duas partes, a primeira consiste na apresentação e discussão dos dados obtidos nas duas etapas já citadas acima, voltada para a dimensão do problema e debate sobre a trajetória e sobrevivência dessas meninas. A segunda parte foi composta de análises feitas por especialistas externas a Casa, nas áreas da Saúde, do Psicossocial, Educação e Gênero, foram elas, respectivamente, Helenita Afonso Vigolvino²¹³, Glacy Gonzalez Gorski Garcia²¹⁴, Gerusa de Mendonça Gomes²¹⁵ e Laura Susana Duque-Arazola²¹⁶. Elas também elaboraram propostas de políticas públicas voltadas para as problemáticas referentes a essas meninas.

Esses três documentos apresentados compõe as fontes de análise dessa dissertação, que objetiva compreender os discursos que a Casa de Passagem exprimia sobre si e sobre as meninas que ela atendia, assim como perceber se eles convergiam entre si e como se materializavam nas atuações da instituição que por décadas trabalhou em prol de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, violência doméstica e/ou sexual na cidade do Recife.

²¹¹ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 10.

²¹² **Ibidem**. p. 11.

²¹³ “Médica, ex-Secretária da Saúde de Campina Grande, fundadora do Programa de Apoio a Meninas e Adolescentes – PROAMA, professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba.” **Ibidem**. p. 97.

²¹⁴ “Doutora em Psicologia Social, psicanalista, professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba, pesquisadora e estudiosa de gênero” **Ibidem**. p. 97.

²¹⁵ “Educadora, Mestra em Educação, consultora e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco” **Ibidem**. p. 97.

²¹⁶ “Socióloga, teórica de gênero do Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco”. **Ibidem**. p. 97.

De onde a Casa fala?

Ana Vasconcelos inicia o livro *SOS Meninas* trazendo a importância que Ana Filgueiras, uma amiga de luta, teve na idealização de uma organização não governamental direcionada à defesa da criança brasileira. Ana Filgueiras, pedagoga portuguesa, foi chefe de gabinete da presidência e depois vice-presidente da FUNABEM, na década de 1980, e sua trajetória nessa luta requer um breve passeio entre as linhas dessa dissertação.

Ana Filgueiras afirmava que tinha uma grande obsessão, a de lutar pela defesa das crianças “abandonadas”, e seu caminho percorrido foi marcado por momentos que cabem aqui ser trazidos, como quando trabalhou com o educador Paulo Freire na África, na década de 1970, assim como quando se dedicou a prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em Angola, na década de 1990.

A trajetória da pedagoga na FUNABEM é vista por ela como “esquizofrênica”, visto que ela se reconhecia enquanto alinhada à esquerda política e a instituição se enquadrava no espectro político da direita. Em uma entrevista concedida ao programa *Por Outro Lado*, um veículo de imprensa português, salvaguardada pela RTP Arquivos²¹⁷, Ana afirmava que:

Eu consegui sobreviver aos meus amigos petistas, que era um inferno. Eles sabiam que eu era de esquerda. A FUNABEM era toda de direita, né? Era um corpo que se alastrava, fisiológico. Eu tinha dinheiro para construir escolas, construir um internato para meninos, para meninas, para distribuir comida... Então era uma máquina fisiológica, responsável pela eleição de diversos prefeitos, tudo de direita, era uma máquina errada do tal conceito de segurança nacional. O PT chegava, sentava e dizia diante de mim “você trabalhou com Paulo Freire na África, soube que era contra o Salazar”, e eu tinha que resistir, porque era terrível eu ser identificada como alguém que estava na altura e não conseguia ajudar as crianças.²¹⁸

Ana Filgueiras relatava que diante da divergência política entre ela e a instituição, muitas vezes se tornava um trabalho árduo pela dificuldade de gerenciamento e promoção

²¹⁷ Arquivo português de produções audiovisuais, que se constitui como um repositório da memória coletiva nacional, tendo seu acervo de forma digital, pública e gratuita acerca das produções públicas da rádio e da televisão portuguesa.

²¹⁸ FILGUEIRAS, Ana. **Ana Filgueiras**: entrevista [jan. 2003] Entrevistadora: Ana Sousa Dias. Lisboa, entrevista concedida ao programa *Por Outro Lado*. Disponível em: < <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ana-filgueiras/>>. Acesso em: 11 abr 2021. Transcrição: Ana Gabriella do E. Santo.

de ações que buscassem atender as crianças e adolescentes em situação de abandono, público de atendimento da FUNABEM. À vista disso, ela conta algumas estratégias para a realização dessas ações:

Sempre que eu precisava agir, eu ligava para a esquerda ou extrema esquerda e dizia que eles precisavam me criticar. O Fernando Gabeira, dizia “Mas Ana, como a gente vai fazer isso? Ficar criticando você?”, eu dizia “me critiquem. Tem que chamar a imprensa e dizer que aquela Ana Filgueiras precisa explicar, precisamos saber como a criança morreu”. Então, a gente via abuso sexual das crianças e ser criticada era o que me dava possibilidade de responder, ninguém da casa podia dizer pra eu não responder. Então, eles faziam as denúncias com os elementos que eu fornecia e depois eu ia e falava “o deputado atreve-se a falar uma coisa dessas, então vamos fazer uma investigação, porque temos que salvar a honra da instituição, a nossa dignidade.” Assim que fomos fazendo transformações, por meio dessa esquizofrenia muito dolorosa e complicada.²¹⁹

A partir dessas e, possivelmente, outras estratégias, a pedagoga portuguesa foi desenvolvendo seu trabalho na FUNABEM que, embora fosse um órgão do Governo Federal para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono – ou o chamado problema do menor, muitas vezes, realizava esse atendimento de forma violenta e repressiva. Ana foi responsável por algumas ações na instituição, uma delas foi noticiada pelo periódico Jornal do Brasil, em 1986²²⁰, como podemos ver abaixo.



Figura 6: Nova política da Funabem vai acabar com internatos. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²¹⁹ FILGUEIRAS, Ana. **Ana Filgueiras**: entrevista [jan. 2003] Entrevistadora: Ana Sousa Dias. Lisboa, entrevista concedida ao programa Por Outro Lado. Disponível em: < <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ana-filgueiras/>>. Acesso em: 11 abr 2021. Transcrição: Ana Gabriella do E. Santo.

²²⁰ JORNAL DO BRASIL. **Nova política da Funabem vai acabar com internatos**. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Nessa ocasião, Ana Filgueiras ocupava o cargo de vice-presidente da FUNABEM. Na entrevista ao veículo de imprensa português, ela afirma que foi convidada para ser a presidenta, mas por ser um cargo de maior atuação externa às atividades da instituição, ela recusou e tomou posse do cargo de vice, de onde poderia operacionalizar as ações. Uma dessas ações foi a retratada na notícia acima, em que a instituição desinternará todas as crianças e adolescentes que lá estavam, assim como deixaria de repassar verbas às FEBEMS. Dessa forma, a instituição iria adotar a política da liberdade assistida.

Ainda na impossibilidade de um gerenciamento mais efetivo na defesa de crianças e adolescentes, e por afirmar discordar das políticas da instituição, em 05 de janeiro de 1987, Ana Filgueiras pediu a exoneração de seu cargo, como também noticiado pelo *Jornal do Brasil*²²¹.



Figura 7: **Diretoria renuncia e abre crise da Funabem.** JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Nessa notícia, o jornal informa que junto com a demissão de Ana, mais seis diretores também solicitaram a exoneração em apoio à pedagoga, que teceu inúmeras críticas a instituição, incluindo questionar a existência dela diante de um novo cenário de

²²¹ JORNAL DO BRASIL. **Diretoria renuncia e abre crise da Funabem.** Caderno Cidade, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

redemocratização no país. Com a sua saída da FUNABEM, Ana Filgueiras pôde se dedicar ao sonho que Ana Vasconcelos traz em seu livro, o de criar uma ONG voltada para a defesa de crianças e adolescentes. Em sua entrevista ao Por Outro Lado, ela relata:

Depois eu criei uma organização não governamental, que foi a primeira laica que houve no Brasil. Uma ONG mínima que foi sustentada com o dinheiro das minhas poupanças. Eu ia pra rua com meu carro e atendia as crianças na rua, e comecei aprender mais sobre a SIDA [...]. Comecei levando as crianças e adolescentes para atendimento de saúde nos serviços públicos, começou assim. Comecei com o Centro de Saúde do Catete e depois de um ano foi sendo estendido para todo o serviço de saúde do Rio de Janeiro, até influenciar outras ONGs no país, sempre buscando defender as crianças e adolescentes.²²²

Em 1988, a pedagoga fundou, no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – SOS Criança e Adolescente. Nesse mesmo ano, a Legião Assistencial do Recife criou o Programa SOS Crianças, serviço jurídico de atendimento a crianças e adolescentes na capital pernambucana, coordenado por Melba Martins, brigadista assim como Ana Vasconcelos. Sua inauguração foi noticiada no periódico Diário de Pernambuco²²³:

A-14 Recife, quinta-feira, 13 de outubro de 1988 CIDADE DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Menor já tem onde fazer denúncias

Os meninos de rua do Recife contam a partir de ontem com um serviço especial de atendimento e assistência, o **SOS Criança**, instalado no Cais José Mariano, nº 338, que vai receber denúncias de violências contra os menores, físicas ou morais, orientar e encaminhar as crianças para os serviços de atendimento. Inicialmente funciona das 12 às 20 horas, mas já no próximo mês passará a atender das 8 às 20 horas.

Crianças de vários núcleos da Febem, da Casa de Integração do Menor e representantes do Movimento Nacional de Meninos de Rua estiveram juntos com a presidente da Cruzada de Ação Social, Magdalena Araes, na inauguração do SOS que contou ainda com a participação dos secretários da Justiça, Roberto Franca, e de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, Mauro Ramos, presidente da Febem, Luiz de La Mora, e representantes de entidades beneficentes.

Para realizar os serviços aos quais se propõe, o **SOS Criança** conta com uma equipe de três advogados, uma assistente social, uma psicóloga e dois funcionários administrativos. A coordenadora do programa, Malba Martins, explica que os



Meninos de rua participaram também da inauguração da casa - onde, agora, podem fazer as suas denúncias

IRINEU SOUZA
Decoração em Igrejas, Banquetes, recepções.
Bouquets, Grinaldas, Coroas e Plantas Ornamentais.
TEMOS SEMPRE UMA
IDÉIA NOVA PARA VOCÊ.
RUA REAL DA TORRE, 1128 -
RECIFE. FONE: 228.6064.

Aproveite
CUBA
10 DIAS
TRÊS VEZES DE C-€ 99.000

Figura 8: Menor já tem onde fazer denúncias. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 de outubro de 1988. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²²² FILGUEIRAS, Ana. **Ana Filgueiras**: entrevista [jan. 2003] Entrevistadora: Ana Sousa Dias. Lisboa, entrevista concedida ao programa Por Outro Lado. Disponível em: < <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ana-filgueiras/>>. Acesso em: 11 abr 2021. Transcrição: Ana Gabriella do E. Santo.

²²³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Menor já tem onde fazer denúncias**. Caderno Cidade. Recife, 13 de outubro de 1988. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

À SOS Criança, seria possível realizar denúncias de violência contra crianças, assim como encaminhá-las aos serviços de atendimento. Contava com uma equipe de três advogados, uma assistente social, uma psicóloga e dois funcionários administrativos, segundo a notícia. Ana Vasconcelos foi uma das idealizadoras e fundadoras desse programa, o que significou mais um passo em sua caminhada na luta pela defesa de crianças e adolescentes.

Um ano depois, em 1989, diante de um momento de reflexão acerca das políticas direcionadas às crianças juntamente com a nova Constituição Federal promulgada em 1988, é fundada a Casa de Passagem, organização não governamental e sem fins lucrativos, que contou com o apoio do Centro Brasileiro do Rio de Janeiro e, de sua amiga, Ana Filgueiras.

A Casa de Passagem contava com uma equipe para a realização de seus atendimentos que, a priori, se direcionavam apenas às meninas em situação de rua, violência doméstica e/ou sexual, mas que posteriormente veio a expandir seu público para meninas e jovens das comunidades periféricas do Recife e de sua região metropolitana²²⁴, assim como mulheres líderes dessas comunidades. Essa equipe era composta, em seus primeiros anos²²⁵, por:

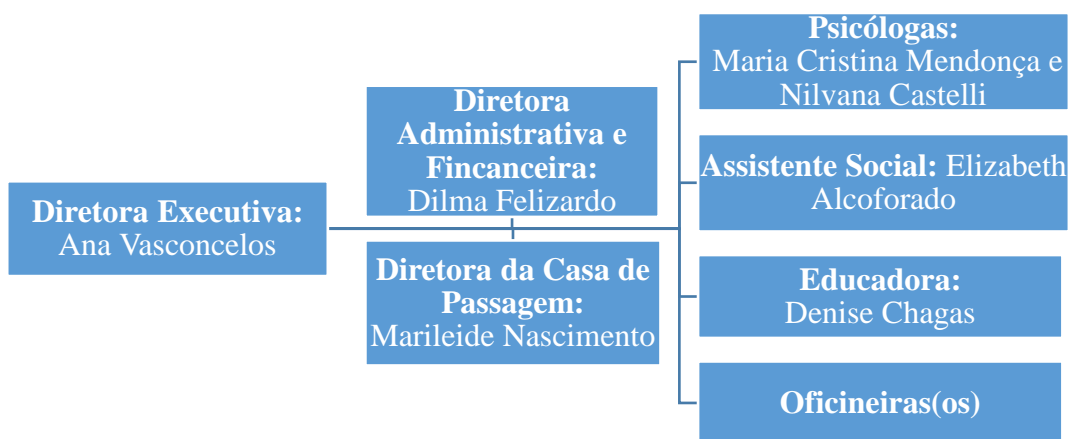


Figura 9: **Organização da Casa de Passagem em seus primeiros anos.** Produzido pela autora, 2021.

²²⁴ Na década de 1990, a Região Metropolitana do Recife era composta pelos seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista Recife e São Lourenço da Mata. Para mais, ver: SILVA, João Gomes da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. **Mobilidade Pendular na Região Metropolitana de Recife (RMR)**. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais Eletrônicos, v. 17 n. 1.

²²⁵ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

Para a realização e manutenção das atividades de atendimentos coordenadas por essa equipe, se fazia necessária a busca por financiamento de seus programas e ações, visto que a Casa de Passagem era uma instituição civil e sem fins lucrativos. Buscando compreender como se deram os financiamentos à organização, se faz necessário resgatar o contexto político-social daquele momento.

A década de 1980 foi um período do Brasil de efervescência de movimentos sociais e reivindicações de pautas ligadas a defesa e garantia de direitos de grupos marginalizados da sociedade. As problemáticas enfrentadas por crianças e adolescentes, especialmente aquelas e aqueles em situação de vulnerabilidade, se faziam presentes nesses debates.

Ainda sobre essa década, a historiadora Silvia Arend afirma que a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com outras instituições políticas, realizou um longo debate a fim de elaborar uma documentação destinada a defesa de crianças e adolescentes, baseada nos direitos humanos²²⁶. Segundo a autora, no que se refere a esse público, esse não seria o primeiro documento:

Em relação ao universo infantojuvenil, duas normativas de caráter internacional já haviam sido produzidas no século XX. A primeira fora elaborada em 1923 por uma organização não governamental chamada *International Union for Child Welfare*. Boa parte dos princípios desta normativa, denominada Declaração de Genebra, adotada pela Liga das Nações em 1924, deram origem àqueles presentes em sua sucessora, a Declaração dos Direitos da Criança, elaborada em 1959 pela Organização das Nações Unidas, embora com algumas mudanças significativas.²²⁷

À vista desse debate já existente, mas ainda com um longo caminho a ser trilhado, em 20 de novembro de 1989 foi realizada a Convenção sobre os Direitos da Criança, organizada pela ONU. Esta, embora ocorrida no final da década de 1980, teve sua construção iniciada desde 1978, realizada pelos membros da organização citada. Nesse documento são encontrados direitos humanos direcionados a todo e qualquer indivíduo, assim como prerrogativas destinadas a crianças e adolescentes devido a singularidade dessa fase da vida e as problemáticas enfrentadas.

²²⁶ AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015. p. 31.

²²⁷ **Ibidem**. p. 32.

A Convenção entrou em vigor em 2 de setembro de 1990 e é uma das normativas de direitos humanos mais reconhecidas no mundo. 196 países a ratificaram, tendo o Brasil realizado em 24 de setembro desse mesmo ano²²⁸. O Brasil foi o “primeiro país da América Latina e do Caribe a traduzir os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em uma legislação nacional”²²⁹. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse mesmo ano, foi um outro acontecimento importante no reconhecimento dos direitos da infância como direitos humanos.

Em sua dissertação de mestrado em Administração²³⁰, a pesquisadora Karin Koshima afirma que durante a década de 1990, a política neoliberal no Brasil avançou sobre a crise fiscal que o país enfrentava. Todavia, no que se refere as questões sociais, o que se teve foi o aumento da pobreza, desigualdade, precarização da força de trabalho e violência. Ela alega também que o investimento social por parte do governo sofreu um impacto negativo, visto que foi priorizado o controle financeiro, e com isso as políticas públicas foram afetadas, incluindo as relativas a crianças e adolescentes.

O impacto dessa política no atendimento à criança e ao adolescente é extremamente perverso. Os recursos autorizados para os programas/ações exclusivos ao atendimento à criança e ao adolescente são insuficientes na capacidade de, por meio de políticas sociais públicas adequadas, enfrentar a realidade da pobreza, desigualdade e iniquidade. Por outro lado, o abandono do Estado, somado aos valores culturais excludentes, que também são arbitrados pela sociedade, impõem a uma grande parcela de crianças e adolescentes brasileiros ocuparem a arena das mais cruéis formas de violação de direitos humanos. Ou seja, as formas modernas de escravidão e violência, como a exploração sexual e a exploração do trabalho infantil.²³¹

No entanto, é também nessa década que, a partir dos dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988, passa a existir uma normativa no que se refere a proteção integral do público infantojuvenil. Embora essa pauta emergisse cada vez mais forte, Koshima afirma que ela ainda se materializa “através de programas e projetos isolados, não se constituindo em políticas públicas, onde recursos financeiros, capacitação,

²²⁸ UNICEF. **Políticas, Monitoramento e Cooperação**. UNICEF Brasil. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/politicas-monitoramento-e-cooperacao> >. Acesso em: 20 mar 2021.

²²⁹ **Ibidem**.

²³⁰ KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006. p. 64.

²³¹ **Ibidem**. p. 64.

controle e desempenhos sejam considerados no planejamento das políticas sociais do governo”²³².

Essas pautas não passaram a ocupar um lugar de destaque apenas no Brasil, mas também em uma agenda social mundial. É nesse cenário que os financiamentos advindos de organizações de cooperação internacional entram em destaque no que tange as questões das infâncias. Segundo o artigo 4 da Convenção sobre os Direitos da Criança:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra natureza, visando à implantação dos direitos reconhecidos nesta convenção. Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados-partes adotarão essas medidas utilizando o máximo de recursos disponíveis e, quando necessários, dentro de um quadro de cooperação internacional.²³³

Essa cooperação internacional tinha como uma de suas características promover ações não só de caráter financiador, mas também de apoio técnico e político, pautado nos direitos humanos, às iniciativas da sociedade civil organizada. Ainda que esse financiamento nem sempre tenha sido bem aceito por agentes públicos²³⁴, se tornou importante na promoção da defesa dos direitos de crianças e adolescentes no país. Sobre essa atuação, diz Koshima:

Essas agências têm priorizado projetos e programas na linha preventiva, apoiando campanhas, mobilizações, seminários nacionais e internacionais, oficinas, capacitação e formação de redes, em nível nacional, elas atuam basicamente na difusão e mobilização social pela via das ONGs. Em relação ao atendimento direto às crianças e aos adolescentes, essas organizações têm apoiado ações na área de profissionalização e abrigos.²³⁵

A Casa de Passagem foi uma dessas ONGs que receberam financiamento proveniente das cooperações internacionais. Nas documentações analisadas, foram mapeadas as seguintes instituições financiadoras: *ChildHope*, primeira instituição

²³² **Ibidem.** p. 68.

²³³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** UNICEF Brasil. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 20 mar 2021.

²³⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Juiz critica atuação de ONGs no Estado.** Caderno Entrevista. Recife, 02 de outubro de 1995.

²³⁵ KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.** 232 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006. p. 106.

internacional a ser citada pela Casa como colaboradora²³⁶, *Save the Children*, *Pommar/Usaid-Partners*, *Ashoka*, *De Vall Foundation* e UNICEF. Quando nos deslocamos para a esfera nacional, foi identificado apenas o projeto Criança Esperança e alguns apoios da FUNABEM/FEBEM. Todavia, acredita-se que outras instituições nacionais também realizaram parcerias com a Casa, visto que isso foi frequente nesse cenário do Brasil. Segundo Koshima:

Até meados dos anos 1980, existiam pouquíssimas ações no mundo voltadas para a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, e no Brasil, as primeiras organizações desse tipo surgem apenas após o processo de redemocratização do país. [...] A Casa de Passagem, criada no final da segunda metade da década de 1980, em Recife (PE), foi pioneira ao chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional para a exploração sexual de meninas em situação de rua desde a mais tenra idade, evidenciando para além do abuso sexual também a questão da exploração sexual. O surgimento dessas organizações contribuiu para retirar o fenômeno da invisibilidade.²³⁷

Esses financiamentos se deram através de investimento em projetos – como o ateliê Maracatu Moda, produção de livros – a exemplo, o SOS Meninas, eventos, qualificação profissional e até na estruturação de um banco de dados da instituição, em 1996, que se tornou fundamental no que tange a salvaguarda dos registros de sua trajetória²³⁸. Esse último feito foi em parceria com a *Pommar/Usaid-Partners*²³⁹ que, assim como a *Save the Children*, tem uma longa trajetória nas pautas das infâncias no Brasil. Também foram direcionadas verbas para o “pagamento de pessoal, vale-transporte, alimentação, aluguel”²⁴⁰. Sobre essas parcerias, Ana Vasconcelos relata que:

Pouco a pouco, também, a Casa de Passagem passou a receber recursos financeiros da cooperação internacional. As atividades já haviam provocado bastante barulho, devido à colaboração da imprensa, que deu visibilidade às meninas e ao trabalho.²⁴¹

²³⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A pousada das esquecidas**. Caderno Cidade. Recife, 21 de maio de 1989.

²³⁷ KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006. p. 42.

²³⁸ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 7.

²³⁹ A Pommar/Usaid-Partners atuou durante dez anos no Brasil em agendas relacionadas a crianças e adolescentes. Para mais, ver: KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

²⁴⁰ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 15.

²⁴¹ **Ibidem**.

É importante ressaltar que a Casa de Passagem era uma instituição que aparentava ter uma forte inserção na imprensa local, visto que ela aparece em diversas matérias dos periódicos de grande circulação em Pernambuco, como o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*. Acredita-se que, diante de um cenário de intensa mobilização em prol de direitos, e aqui evidenciado os de crianças e adolescentes, a organização se destacava pela atuação reconhecida nacional e internacionalmente.

Esse percurso trilhado no primeiro tópico do terceiro capítulo é fundamental para entender qual o lugar da Casa de Passagem nesse cenário de lutas pelos direitos infantojuvenis. Só a partir desse debate é que se pode compreender de onde e como a Casa fala de si e das meninas que atendia, ater-se as entrelinhas dos debates promovidos pela organização e como ele se materializava em sua atuação.

O que a Casa pensa e fala sobre si?

Nesse tópico serão debatidos alguns pontos indispensáveis para a compreensão do discurso que a Casa de Passagem proferia sobre si e as meninas atendidas por ela. Para tal, o *Projeto Menor-Mulher*, o livro *SOS Meninas* e o relatório *Meninas de Rua do Recife* serão fundamentais, visto que abordam desde a idealização da instituição até a sua atuação e seu público de atendimento.

Nas análises dos três documentos, pôde-se perceber um contraste no que se refere a linguagem utilizada, sendo os dois primeiros mais romantizados, desde a apresentação das meninas até a fala da atuação. Já o terceiro é construído de forma mais acadêmica, um caráter mais formal. Isso pode se dar pelo nível de experiência que a Casa foi adquirindo ao longo dos anos ou pela finalidade da própria documentação. Entretanto, as reflexões sobre as meninas e seu corpo, especialmente quando se refere a prostituição, permeiam todos eles, independentemente de seu objetivo. Essa disparidade será evidenciada ao longo dos debates realizados nesse tópico.

Uma das questões mais relevantes para a análise desses documentos é como as meninas são vistas pela Casa e trazidas ao leitor. Muitas vezes, elas são apresentadas nos textos como um indivíduo que necessita de atenção e cuidados, todavia, esse discurso é reproduzido em um teor de vitimização romantizada dessa ausência de condições vida.

Para elucidar essa afirmativa, serão trazidas abaixo as primeiras apresentações das meninas que aparecem nos documentos.

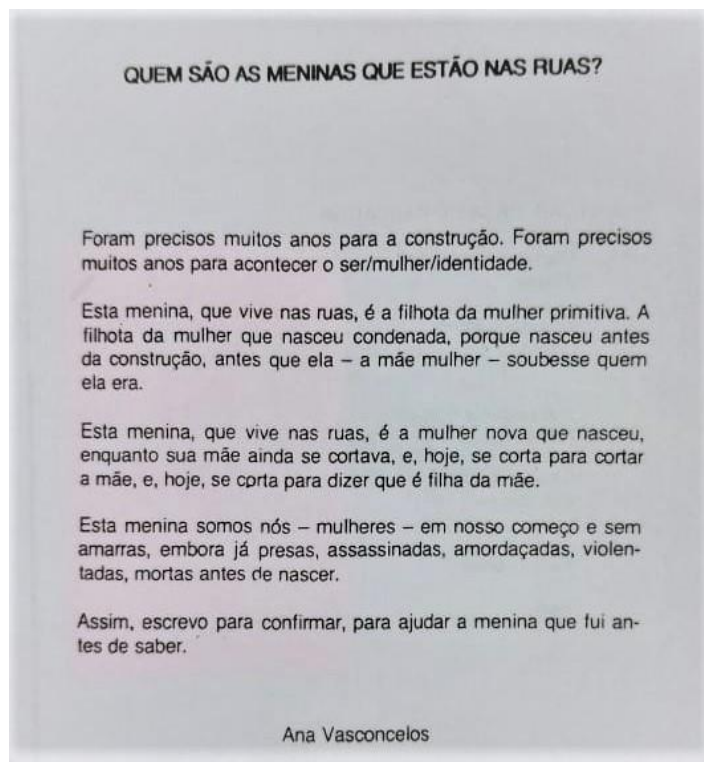


Figura 10: **Quem não as meninas que estão nas ruas?** SOS Meninas. Recife: Casa de Passagem, 1990.

A primeira imagem é do livro *SOS Meninas*²⁴², nela já percebemos em seu título o que o texto busca responder. O questionamento “Quem são as meninas que estão nas ruas?” tem como explanação preliminar ser a “filhota da mulher primitiva. A filhota da mulher que nasceu condenada, porque nasceu antes da construção, antes que ela – a mãe mulher – soubesse quem ela era”.

Nesse trecho, compreende-se que está se falando de uma mulher que já nasceu com o seu destino predestinado, negando a possibilidade que ela teria de trilhar seus caminhos a partir da autonomia de suas ações nas relações de saber-poder já discutidas nesse trabalho. Compará-las a um ser primitivo, faz alusão a um indivíduo que não tem capacidade de organização e de agência de si.

A experiência de ser mulher tem seus estigmas materializados na operacionalização de uma sociedade que vive sob uma dominação masculina, no que tange aos símbolos que representa o “universo do homem”. Todavia, o fato de ser mulher

²⁴² VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 5.

não significa que sua vida está fadada a condenação de ser quem é. É importante ressaltar que existem inúmeras realidades sobre o existir. Os marcadores sociais que cada indivíduo carrega consigo podem estreitar ou alargar as possibilidades de caminhos que se pode trilhar na experiência da vida. A reflexão feita é que eles não condicionam a trajetória de sujeitos, aqui sendo as mulheres, só por serem enquadradas no que a sociedade define como seu mundo.

Outro ponto relevante, ainda na primeira imagem, é quando é afirmado que “esta menina somos nós – mulheres – em nosso começo e sem amarras, embora já presas, assassinadas, amordaçadas, violentadas, mortas antes de nascer”. Cada sujeito traz consigo os marcadores sociais que inferem na Interseccionalidade – conceito debatido na introdução dessa dissertação – e resultam em diferentes experiências de vida. A trajetória de uma menina, preta, pobre, em situação de rua, não é a mesma que a de outra menina com os mesmos marcadores, e quando nos referimos a experiência de ser uma mulher, branca e pertencente a chamada classe média, essas divergências se atenuam ainda mais.

Veremos abaixo a outra apresentação.

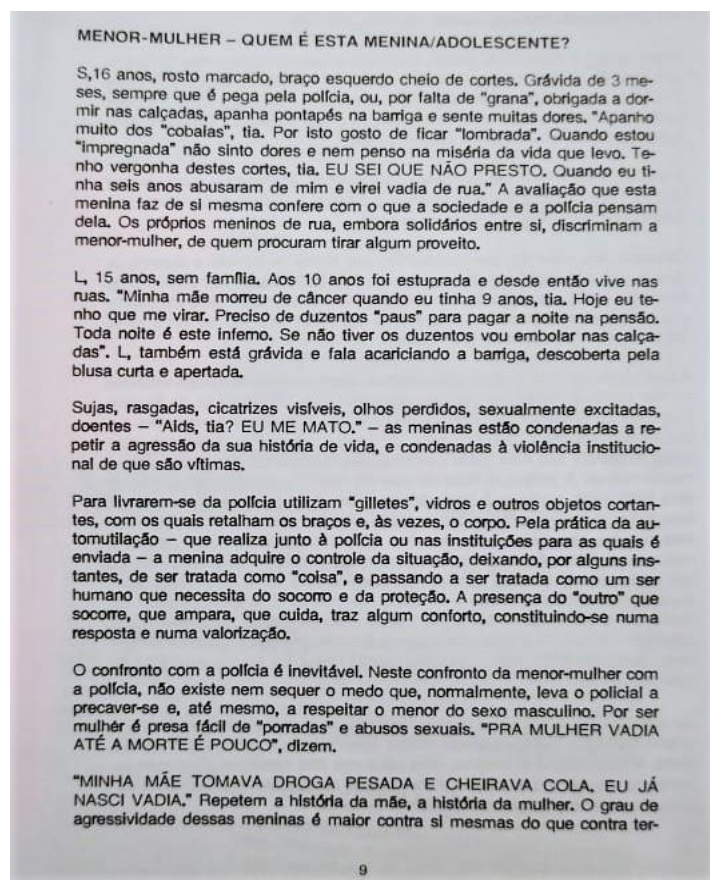


Figura 11: Menor-Mulher – Quem é esta menina adolescente? Projeto Menor-Mulher. Recife, 1988.

A segunda imagem pertence ao *Projeto Menor-Mulher*²⁴³ e traz o mesmo questionamento sobre quem é essa menina. As respostas a essa pergunta chamam a atenção, pois começam com características como “rosto marcado, braço esquerdo cheio de cortes”, “sem família”, “aos 10 anos foi estuprada” e “sujas, rasgadas, cicatrizes visíveis, olhos perdidos, sexualmente excitadas, doentes”. Em outras falas, percebe-se que a Casa de Passagem reconhece e até defende que as meninas são mais do que suas marcas. Mas nessa introdução foi escolhido apresentá-las dessa forma, reforçando uma romantização das violações experienciadas por elas em sua trajetória.

No decorrer das documentações aparecem alguns adjetivos para essas meninas como *menor, mulher, animal e bicho*. Os dois primeiros já aparecem nos títulos das imagens apresentadas acima. Embora a Casa trouxesse em seus discursos a perspectiva de um olhar para a menina enquanto criança e não como menor, a expressão se fazia presente em suas falas. O termo utilizado se referenciava a crianças e adolescentes abandonadas ou que fossem vistas como ameaça à segurança pública, e são, majoritariamente, pretas e pobres.

Anterior à resposta a ser dada à pergunta QUEM É ESSA MENINA?, existe uma MENOR INFRATORA que, certamente, no início do trabalho vai prevalecer. Uma menor infratora, com todos os preconceitos e intenções dos termos MENOR E INFRATORA, MENOR E PROSTITUTA. Anterior ao infratora, contudo, já existia uma MENOR E NÃO UMA MENINA ou uma criança/adolescente, uma cidadã com direitos.²⁴⁴

Mesmo após trinta anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que rompeu, ao menos na teoria, com os paradigmas menoristas que permeavam a sociedade, o termo menor ainda se faz presente nos dias de hoje, desde as falas da sociedade civil até a de agentes públicos que trabalham com a promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O adjetivo mulher também aparece constantemente, muitas vezes para referir-se a questão de gênero dessa menina, como em:

O confronto com a polícia é inevitável. Neste confronto da menor-mulher com a polícia, não existe nem sequer o medo que, normalmente, leva o policial a precaver-se e, até mesmo, a respeitar o menor do sexo masculino.²⁴⁵

²⁴³ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988. p. 9.

²⁴⁴ **Ibidem**. p. 21.

²⁴⁵ **Ibidem**. p. 9.

Crianças, as meninas que sobrevivem nas ruas são mulheres inacabadas, culpadas, angustiadas por terem infringido as normas do grupo, ameaçado o estabelecido.²⁴⁶

Entretanto, o termo também aparece como uma característica generalizante do ser enquadrado no gênero construído como feminino:

O estupro, nas ruas, nas comunidades, nos motéis, nos carros, nas casas de prostituição, nas delegacias e nas famílias, faz parte do cotidiano dessas jovens mulheres.²⁴⁷

Essa problemática transcende as documentações. Como abordo na introdução dessa dissertação, na própria historiografia ainda é pequeno o número de trabalhos que se debruçam sobre as singularidades que perpassam o gênero e se somam a outros marcadores como o geracional, que aqui se destaca por ser as questões singulares do ser menina. Essa, inclusive, é uma das relevâncias desse trabalho.

Para além dos termos *menor* e *mulher*, também aparecem *animal* e *bicho*. Estes são, de fato, os que mais chamam atenção para uma reflexão.

A caminhada será lenta e os recuos por vezes necessários e inevitáveis. O desânimo e a descrença não que ser combatidos constantemente. A menina vai crescer: O BICHO VAI SE TRANSFORMAR NO SER HUMANO MULHER. A energia do animal acuado vai deixar nascer a mulher corajosa e cheia de energia. A MENINA VAI BROTAR DESTE EMARANHADO DE EMOÇÕES, FANTASIAS E DESEJOS.²⁴⁸

Tudo isto transforma as meninas que estão nas ruas em animais, cujos sentidos necessitam estar vivos e alertas, sem repouso, na guerra da sobrevivência das grandes cidades.²⁴⁹

As meninas, enquanto animais, sabem que vão morrer neste vazio de referências e respostas.²⁵⁰

Como podemos ver nos trechos acima, as meninas são trazidas ao texto como um ser irracional, que sobrevivem a partir de seus instintos e se continuarem nesse caminho estarão fadadas a morte “neste vazio de referências e respostas”. No entanto, essas mesmas meninas têm possibilidade de desviar desse curso e que, embora essa passagem

²⁴⁶ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 29.

²⁴⁷ **Ibidem**. p. 59.

²⁴⁸ **Ibidem**. p. 20.

²⁴⁹ **Ibidem**. p. 23.

²⁵⁰ **Ibidem**. p. 51.

seja “lenta e os recuos por vezes necessários e inevitáveis”, elas poderão se tornar seres humanos de direitos a partir da metamorfose nesse emaranhado de caos e violência.

Até que ponto a Casa enxergava essas meninas enquanto um animal? Por muitas vezes percebe-se nas análises e investigações para o desenvolvimento desse trabalho, que um discurso dicotômico permeia suas linhas. Ora essa menina aparece como uma sujeita injustiçada e estigmatizada apenas pelas suas vivências em cenários de violações, ora surge como um ser incapaz de operacionalizar a agência de si, necessitando de um amparo para que ela consiga protagonizar a sua história.

A menina é apresentada como um ser carregado de estigmas por nascer mulher, fadada ao condicionante de ser o seu corpo. Embora a Casa afirme que antes dela ser uma “menor infratora” ela é uma menina, uma criança ou adolescente com direitos, mas que lhes são negados, essa mesma sujeita é trazida pela instituição como alguém que vive predestinada ao fracasso caracterizado pelas experiências que a constituem.

Nas análises, ao que parece, essa trajetória discursiva tem como finalidade chocar o leitor acerca do que seria o submundo no qual essa menina se inseria, de forma que possibilitasse uma compreensão da importância do trabalho que veio a ser desenvolvido pela instituição. No momento em que os dois primeiros documentos, *Projeto Menor-Mulher* e *SOS Meninas*, vieram à público, a Casa de Passagem estava em processo de consolidação no cenário local e nacional, sendo relevante obter instrumentos de legitimação de suas atividades.

Segundo o filósofo Michel Foucault, em sua obra *A Ordem do Discurso*, “os discursos não podem ser dissociados da prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”²⁵¹. Posto isso, todo sujeito fala de um lugar político-social que não é desvinculado da construção discursiva inserida em seu recorte espaço-temporal. São essas práticas sócio discursivas que irão possibilitar a identificação da função social do sujeito, pois “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar”²⁵². Segundo Luciana Leão Brasil, pesquisadora das Ciências da Linguagem:

O objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da língua como base material. Por tratar-se de uma produção social,

²⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Ed. 5ª. São Paulo: Loyola, 1996. p. 39.

²⁵² Idem. *A arqueologia do Saber*. Ed.7ª. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 139.

suas regularidades somente são apreendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seus produtos uma vez mais, pois é dispersão de textos, de sujeitos e de sentidos e seu funcionamento advém da própria noção de linguagem. É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.²⁵³

Desse modo, o discurso se constitui a partir de práticas que (re)significam os indivíduos constantemente. Segundo Brasil, por ser uma produção social, ele não deve ser compreendido por si só, mas sim pelo cenário em que é produzido e levado à público. À vista disso, esse discurso se expande a partir do uso da linguagem, que se configura por ser a capacidade que os sujeitos têm de desenvolver e produzir a língua, gerando assim, a comunicação.

Nesse sentido, é quem produz o discurso que dará a finalidade da linguagem que, por se constituir de ideologia e sentidos, caracteriza-se como poder de manipulação sobre a realidade social experienciada²⁵⁴. Quando nos direcionamos para as falas da Casa de Passagem, podemos perceber essa linguagem romantizada não apenas nos fragmentos já postos anteriormente, mas em constantes frases em caixa alta ou negrito, assim como na forma que alguns trechos são construídos, à exemplo: “Eu, agora, sou o nada e sou tudo, sou rocha, sou bala, sou loucura, sou morte. Eu sou o vazio e o vazio mata”²⁵⁵.

O uso de uma locução romantizada, poética, também aparece quando a Casa fala de si ou quando comenta os trechos dos relatos das meninas presentes nos documentos²⁵⁶, em que elas falam sobre a instituição. Veremos a seguir, dois recortes para exemplificar o uso dessa linguagem identificada nas documentações.

²⁵³ BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem: Estudos e Pesquisas**. Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. p. 178.

²⁵⁴ **Ibidem**. p. 176.

²⁵⁵ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 42.

²⁵⁶ Nos capítulos anteriores foram trazidos alguns desses relatos.

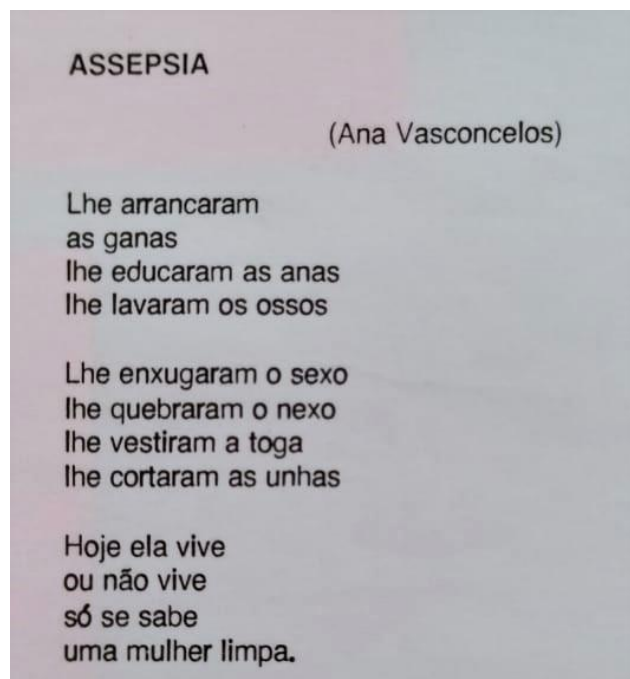


Figura 12: **Assepsia**. Projeto Menor-Mulher. Recife, 1988.

Esse primeiro recorte é de um poema escrito por Ana Vasconcelos, presente no projeto *Menor-Mulher*²⁵⁷. Segundo o Dicio, assepsia é um substantivo feminino que significa: “Inexistência de matéria infecciosa ou séptica”; “Conjunto dos métodos capazes de proteger o organismo contra os germes patogênicos, além de impedir a proliferação de doenças”²⁵⁸. Na leitura do poema pode-se compreender o porquê que ele ganhou esse título. Ele traz consigo uma idealização de uma menina, agora “limpa”, porque alguém a limpou, “lhe lavaram os ossos [...] lhe cortaram as unhas”.

Abaixo temos o outro recorte:

²⁵⁷ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988. p. 7.

²⁵⁸ ASSEPSIA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/assepsia/>>. Acesso em: 14 mai 2021.

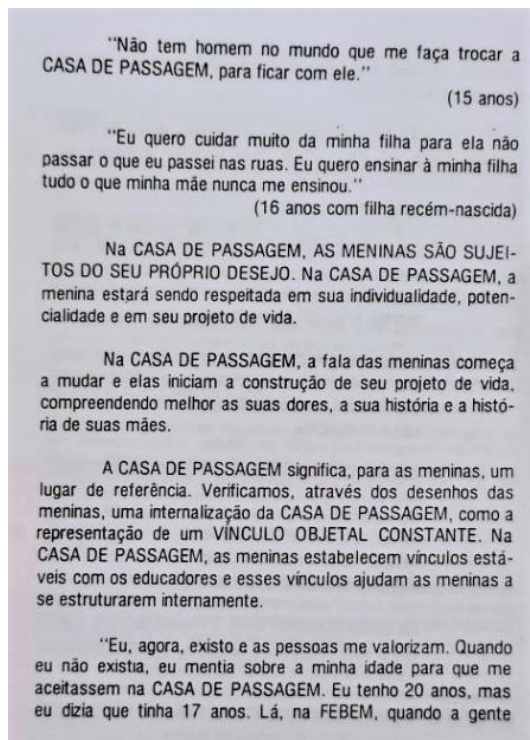


Figura 13: Trecho do livro **SOS Meninas**. SOS Meninas. Recife: Casa de Passagem, 1990.

Esse trecho está no livro *SOS Meninas*²⁵⁹. Nele, vemos algumas frases em caixa alta, como afirmando que na Casa “as meninas são sujeitas do seu próprio desejo”. Traz que na instituição a fala das meninas começa a se modificar, paralelamente a uma construção de um projeto de vida pensado pela própria criança ou adolescente. O trecho também apresenta algumas falas das meninas sobre seus sentimentos em relação a Casa, que diante do trabalho realizado conquistou um espaço de importância na vida da menina.

Essas duas amostras das documentações possibilitam refletir sobre como a Casa se posicionava em seus discursos como algo ou alguém que iria proporcionar às meninas uma mudança de vida. Que, a partir do desenvolvimento de seus trabalhos, elas poderiam sair desse submundo e constituir-se enquanto protagonistas de sua história.

É fundamental reconhecer que as atividades realizadas pela instituição tiveram efeitos significativos na vida de meninas, assim como na luta pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A reflexão que se faz aqui é como um discurso, muitas vezes salvacionista, pode ser utilizado para se legitimar enquanto agente na sociedade.

²⁵⁹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 75.

O termo *renascer* aparece ainda na idealização do que veio a se tornar a Casa de Passagem²⁶⁰, logo após ser trazida a fala de uma menina que questionava o porquê de não poder nascer duas vezes²⁶¹. A instituição se coloca enquanto agente possibilitador do evento do renascer, afirmando que “esta possibilidade de renascimento surgirá através de uma nova percepção nas relações com elas mesmas e com os outros”²⁶². Essa concepção de renascimento através das ações da organização, reforça uma leitura salvacionista que ela fazia de si naquele momento.

Segundo as documentações, esse acontecimento seria possível graças ao trabalho do educador que é posto enquanto o sujeito que irá partilhar essa trajetória com a menina. Diante de “um mundo masculino”²⁶³, as problemáticas vivenciadas pelas mulheres permanecem silenciadas, levando a uma generalização das experiências humanas. Quando se volta para a questão da infância e adolescência, a primeira coisa que esse agente precisa fazer é olhar para elas com “um olhar feminista”²⁶⁴, de forma que compreenda a menina e as “causas sociais da sua revolta e da sua insubmissão, da sua ‘infração’ e da luta para permanecer viva”²⁶⁵. Desse modo:

É preciso do educador um estado permanente de alerta mental, paciência constante, equilíbrio emocional. Um pensar diário sobre a própria sexualidade, libertar-se de preconceitos. É necessário amar. Amar o ser humano vivo, potencial humano a ser fortalecido, modelado, explodindo em nervos, emoções, raiva e crescimento.²⁶⁶

Esse educador é apresentado como alguém que precisa ser forte, “ser firme e terno, paciente e maleável”²⁶⁷, que deve compreender a menina, seus jogos emocionais e projeções, mas também impor limites para ela e mostrar que suas ações têm consequências, sejam elas positivas ou negativas. Ele precisa exercer seu papel com sabedoria, de forma que resulte no renascimento de uma menina que nem sabia que existia. A Casa afirma na documentação:

²⁶⁰ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988. p. 18.

²⁶¹ **Ibidem.** p. 17.

²⁶² **Ibidem.** p. 18.

²⁶³ **Ibidem.** p. 17.

²⁶⁴ **Ibidem.**

²⁶⁵ **Ibidem.** p. 21.

²⁶⁶ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 18.

²⁶⁷ **Ibidem.** p. 20

O educador foi o objeto/sujeito que possibilitou o novo nascimento. Junto com a menina nascerá a sua identidade. Ela será um ser forte e com um passado que a faz – quer o educador queira ou não – diferente e específica.²⁶⁸

Nos documentos, esse educador é explanado como o sujeito que poderá “salvar” essa menina, ao mesmo tempo que afirma que ele “jamais vai poder saciar o vazio dessas crianças. Elas buscam elas mesmas”²⁶⁹. Esse educador não é um indivíduo dissociado das estruturas culturais entranhadas na sociedade. Ele também sente medo, raiva, angústia, também se acha impotente, pensa em desistir... Não apenas a menina está em processo de (re)construção, o educador, enquanto pertencente ao processo educativo, também está sujeito a isso.

Outra discussão comum as documentações é o da relação entre a menina e o seu corpo, especificamente o ato da prostituição. Essa relação perpassa as três documentações, pois, por ser menina, ela é o seu corpo. A sexualização do corpo feminino, ainda mais intensificada quando se refere as meninas em situação de rua, contribui para que ela também se veja enquanto sua carne. Carne essa que, na constante busca pela sobrevivência nas ruas, é utilizada como meio estratégico manutenção do viver nesse espaço.

Sobre isso, o documento afirma que “As meninas, que sobrevivem nas ruas, são mulheres e percebem qual o papel social que se espera delas: vender o corpo como mercadoria e sobreviver com esta fonte de renda”²⁷⁰. O corpo da menina é apresentado como o caminho que ela trilharia para realizar a manutenção de sua sobrevivência, da mesma forma que este também é o primeiro alvo a ser atacado quando se refere a elas. O documento alega que ela vai construindo sua identidade a partir de rótulos como “perdida, vadia, desgraçada, prostituta”²⁷¹.

A sociedade, com os seus mecanismos de discriminação, legitima a violência sofrida pelas meninas de rua, enquanto mulheres, distanciadas do modelo bom que se convencionou chamar de feminino. A miséria e o abandono em que vivem, leva-as a delinquir para sobreviver. Mesmo as atividades informais, exercidas nas ruas pelos meninos, são negadas ou dificultadas para a menor-mulher. A polícia, a título de guardiã dos valores da sociedade, e por esta legitimada, sente-se à vontade para punir e explorar. Assim, se por um lado todos se unem contra o perigo social - a menina de rua - por outro lado esta menina luta para manter-se viva. Sua teimosia incomoda e irrita. Os meios que

²⁶⁸ **Ibidem.** p. 25.

²⁶⁹ **Ibidem.** p. 29.

²⁷⁰ **Ibidem.** 35.

²⁷¹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher.** Recife, 1988. p. 12.

utiliza são os únicos que lhe foram ensinados e também os únicos que estão ao seu alcance. Pratica pequenos furtos e vende o seu corpo, única mercadoria passível de valor econômico que possui, e na luta que trava vai morrendo lentamente. A destruição moral e a humilhação constante - nas delegacias é forçada a ficar nua - leva-a à destruição física. Corta-se e mutila-se, buscando alívio para a sua degradação moral e a sua incapacidade de lidar com as frustrações.²⁷²

A prostituição era uma das três estratégias de sobrevivência dessas meninas nas ruas, como visto no primeiro capítulo. Todavia, não era comum a todas elas. Havia aquelas que enveredavam por esse caminho o julgando como sendo menos difícil, visto que poderiam ter lugar para dormir e se higienizar, mas também havia as que se negavam a exercer a prostituição por considerá-la como uma atividade humilhante e violenta, buscando, assim, outras estratégias.

O fato dela ser menina não a condicionava a se limitar ao uso do seu corpo como moeda de troca, tendo-o como a única saída possível para sobreviver nas ruas. Todavia, isso não significa que os outros caminhos seriam mais fáceis para ela. Viver nas ruas da cidade é estar em constante violação de si e dos seus direitos, independentemente da estratégia que ela escolhesse seguir.

Não por acaso, o relatório *Meninas de Rua do Recife* foi deixado para a última parte desse tópico. No início deste, foi falado sobre uma percepção acerca das diferentes linguagens utilizadas nos três documentos. O projeto e o livro possuem mais semelhanças entre si – tendo algumas destacadas nos debates anteriores, já o relatório, embora traga também alguns elementos em comum, se distancia dos outros dois.

O relatório foi apresentado na introdução desse capítulo, entretanto, é importante ressaltar que ele tem como principal objetivo debater os possíveis resultados obtidos através de uma pesquisa realizada com meninas em situação de rua no Recife, em 1991 e 1992, pela própria Casa de Passagem, tendo apoios externos, como a *Save The Children*.

Passados oito anos desde a fundação da instituição, a documentação não tinha mais a motivação de justificar a importância da sua existência e atuação, diferentemente do projeto e do livro. Nesse momento, se fazia necessário investigar e analisar os cenários de vida das meninas, para que a partir disso fosse possível pensar em políticas públicas voltadas as problemáticas experienciadas por elas.

²⁷² **Ibidem.** p. 10.

Como já dito, o relatório foi produzido em duas partes, a primeira consistindo na apresentação e discussão dos dados obtidos e a segunda de análises feitas por especialistas externas a Casa, nas áreas da Saúde, do Psicossocial, Educação e Gênero, que também elaboraram as propostas de políticas públicas.

A primeira parte foi utilizada para o desenvolvimento dos capítulos anteriores. Nela são trazidos os números em gráficos sobre os questionamentos acerca das meninas, assim como também os relatos delas sobre diferentes temáticas, organizados por tópicos de discussão dentro de três eixos principais: gênese da questão, trajetória da casa para a rua e estratégias de sobrevivências. Pôde-se perceber nas leituras desses fragmentos das narrativas das meninas, que suas falas são carregadas de diferentes sentimentos como raiva, culpa, medo, solidão, assim como em algumas também se nota uma fala de esperança e planos para o futuro.

Ainda nessa primeira parte, o relatório apresenta a história de algumas dessas meninas que participaram da pesquisa qualitativa, sendo escolhidas vinte e três das quarenta e duas entrevistadas. O documento afirma que “foram selecionadas mais da metade das entrevistas, entre aquelas mais representativas, para a realização da síntese de suas histórias”²⁷³.

Essas histórias não foram contadas pelas meninas, ao menos não como estão apresentadas no relatório. Segundo a documentação, elas foram construídas a partir dos relatos que as crianças, adolescentes e jovens contaram sobre si, como um quebra-cabeça de memórias a fim de “recompôr os perfis das meninas”²⁷⁴. Das vinte e três, dezessete tinha mais de quinze anos de idade quando as entrevistas aconteceram, tendo a mais velha vinte e um anos e a mais nova doze anos. Abaixo será trazido uma dessas narrativas, o de Piedade²⁷⁵, 21 anos. Ela foi escolhida por ser a primeira história apresentada no relatório.

Piedade foi abandonada, recém nascida, na Casa de Carolina. “Minha vida, minha vida de antigamente era muito ruim, muito péssima... eu só comia resto... Na Casa de Carolina o que davam era resto de mingau, era ‘peito xingado’”. Ao longo de sua infância, ela foi cuidada por diversas pessoas. “Quando eu tinha 9 anos eu conheci tia Sonja e tia Paula, todas não me alimentavam bem quanto elas, porque as outras não me davam de comer, não me davam de roupa, não me davam de banho, não me davam calçado... Sei lá, sabe tia? Eu não... Eu acho que eu não estava como estou agora aqui não, né,

²⁷³ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 67.

²⁷⁴ **Ibidem**.

²⁷⁵ Como informado anteriormente, foram utilizados pseudônimos escolhido pelas meninas para terem sua identidade preservada no documento.

se não fosse a tia Sonja e tia Paula. Eu estava cheia de ‘creca²⁷⁶’ ainda...” Quando completou 10 anos foi transferida para o Rodolfo. Diz que só passou um mês (deve ter sido mais pois ela não tem muita noção de tempo). De lá foi novamente transferida para outra unidade da FEBEM. Ela conta que as tias a enganaram dizendo que iam a um passeio. “Quando eu cheguei lá, a primeira coisa que eu vi foi o portão, a Delegacia ali na frente da FEBEM, o portão onde a kombi entra pra levá pau e esses negócios...” Levavam-na ao pavilhão 4, onde ela viu “um bocado²⁷⁷ de meninas presas, brincando, arengando²⁷⁸, assistindo televisão; uma ia ao banheiro, a outra não ia, e nisso eu fiquei muito agitada, fiquei nervosa, fiquei chorando”. Depois ela foi se acostumando – “achei muito bom por uma parte porque tinha limpeza, alimentação, vestia e brincava muito”. Fugiu várias vezes porque “as meninas botavam pra fugir” e ela acostumou a fugir também. Já foi muito espancada pela polícia porque as meninas roubavam, ela corria atrás e a polícia pegava e dava nela, levava para a FEBEM e ela fugia. Fez até a quarta série. Saiu definitivamente com 19 anos, porque já era maior. Piedade conheceu o irmão, aos 10 anos, quando foi transferida para o Rodolfo. Ele está na FEBEM de Pacas e ela não tem notícias dele. Ela fala muito nisso, pois o irmão é o único laço de família que tem. Um grande desejo seu é um dia morar com o irmão.

Quando saiu da FEBEM, ficou na Pracinha da Moeda. Dormia na calçada do teatro com outras meninas. Acha “a rua perigosa por causa das polícia”. Já roubou muito para comer, vestir, calçar. Nunca se prostituiu porque tem medo de pegar uma doença e porque não acha certo. “Às vezes as meninas sai com coroa²⁷⁹, eu fico só de olhar. Eles dá dinheiro pra elas, depois elas reparte comigo, a gente vai e faz lanche na rua”. Ela descreve seu método de roubo: Arranja uma amiga, anda pela rua de madrugada e quando encontra um “gajo²⁸⁰” dormindo pelo chão, “abaculeja²⁸¹” – pega o dinheiro da carteira com os documentos. “Eu roubava coroa bêbada”. Ela pretende continuar procurando as amiga “para andar”, apesar dos perigos: “A gente tem muito medo”.

Ela quer sair da rua arrumar um emprego em casa familiar. “A rua pra mim é muito ruim, mas por uma parte é boa” – porque ninguém manda nela, ninguém empata a vida dela. É ruim porque “a pessoa dormindo de vacilo, leva queimadura, talho na cara, pedrada na cabeça”. Agora ela está dormindo em um posto ao lado do hospital. Dorme com meninas e meninos.

Ela se sentiu muito bem com a entrevista porque desabafou.²⁸²

A narrativa da trajetória de vida de Piedade segue uma lógica narrativa, assim como as demais, embora algumas delas tenham mais elementos e por vezes tomassem um outro caminho. Se iniciam com informações sobre com quem essa menina vivia antes de chegar nas ruas, se foi abandonada, se a mãe ou o familiar responsável morreu, se ela foi entregue a outra cuidadora... São múltiplas as falas. A partir disso, é trazido o cenário de violação que essa menina vivenciava, primeiramente no ambiente doméstico e depois nas

²⁷⁶ Expressão popular para “ferida”.

²⁷⁷ Expressão popular para “muitos(as)”.

²⁷⁸ Expressão popular para “brigar”.

²⁷⁹ Expressão popular para “pessoas adultas”.

²⁸⁰ Expressão popular para “sujeito, fulano”.

²⁸¹ Expressão popular para “revistar”.

²⁸² CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997. p. 67.

ruas da cidade. Àquelas que passaram por instituições como FEBEM e FUNDAC também têm seu registro realizado. E por fim, como estava a vida da menina no período de realização da pesquisa e/ou o que elas esperam do futuro.

Quase todas as meninas que participaram dessa fase da pesquisa falaram da atuação violenta da FEBEM e depois da FUNDAC, debate já realizado no capítulo dois. No de Piedade, é evidenciado a presença de duas mulheres, chamadas de *tia*, que marcaram positivamente a trajetória dela na instituição, mesmo ela ainda resgatando situações de violação, como a má alimentação e higiene.

A narrativa da história de Piedade, assim como das outras vinte e duas meninas que tiveram fragmentos da sua vida contados no relatório, parte de um caminho discursivo com finalidade de evidenciar os diversos cenários de violência que essas meninas experienciavam. Esse é um ponto em comum com as outras duas documentações, pois, quase em sua totalidade elas apresentam as meninas a partir de uma trajetória marcada apenas por violência.

Entre a primeira e a segunda parte do relatório, são trazidas oito fotografias de algumas meninas. Não é informado quem as tirou, onde e quando, assim como quem são essas meninas, com exceção de duas: uma que mostra uma criança, atendida pela instituição, que faleceu aos doze anos; e a outra de uma jovem resgatada pela Casa, mas essa será explorada no próximo tópico da dissertação.

Devido a qualidade das imagens na documentação, visto que as que estão sendo utilizadas para essa dissertação são cópias de outras versões, não foi possível trazê-las aqui de forma que possibilitasse uma boa visualização. Entretanto, nessas fotografias pode-se ver meninas brincando com bonecas, fazendo poses para a foto, conversando entre si, assim como dormindo em papelão no chão na rua.

Na segunda parte do relatório são feitas análises por especialistas, já apresentadas na introdução desse capítulo, acerca de temáticas inerentes aos dados obtidos no longo trabalho de desenvolvimento da pesquisa. Segundo a documentação, essas reflexões realizadas eram de responsabilidade das especialistas, não sendo, necessariamente, corroboradas pela Casa de Passagem²⁸³. Ainda segundo o relatório:

O desenvolvimento dos trabalhos se deu através de momentos distintos que alternaram, de um lado, etapas de estudo e reflexão individual – com análise

²⁸³ *Ibidem.* p. 11.

minuciosa dos documentos e produção de textos, e, de outro, etapas de discussão coletiva – realizadas em dois seminários, com duração de dez horas cada, reunindo as especialistas com a equipe da pesquisa e com a Direção da Casa de Passagem.²⁸⁴

Buscar mulheres especialistas nessas temáticas, externas a instituição – que aqui se compreende por não trabalharem nela ou para ela, para tecer comentários analíticos a partir dos resultados da pesquisa foi uma escolha interessante da Casa. Esse caminho resultou em um documento mais amplo, no que tange aos olhares e trabalhos de quem o produziu, visto que possibilitou ter em sua construção mais de uma perspectiva sobre ele.

Helenita Vilgovino, responsável pelo tema da saúde, tece falas sobre os problemas consequentes da falta de conhecimento das meninas sobre o seu próprio corpo e da desnutrição crônica devido a vivência nas ruas. No mais, ela endossa a importância que a pesquisa teve nas denúncias, trazendo a “miserabilidade das condições em que vivem essas meninas revelando a situação de risco permanente e a vulnerabilidade a que estão submetidas”²⁸⁵.

Glacy Garcia, responsável pelas discussões acerca do psicossocial, inicia seu texto problematizando a afirmação que a Casa faz sobre a família ser o “nascidouro” das meninas²⁸⁶, alegando que para tal se faz necessário refletir sobre o conceito de família. Garcia faz reflexões sobre o nascimento do sujeito como fundamental, e não o biológico; discute sobre a adolescência e suas particularidades, se alinhando também com o debate de uma identidade de gênero.

Gerusa Gomes, especialista trazida para a temática da educação, tece algumas críticas a estruturação da pesquisa, afirmando que da forma como ela foi pensada, “fragmenta-se enquanto entrevista e sintetiza-se enquanto história das meninas”²⁸⁷. Ela afirma que as entrevistas não foram exploradas como poderiam e por ter um direcionamento específico, deixou a margem outras situações que seriam caras ao debate. Assim como, algumas questões consideradas relevantes para a pesquisa, como o local de origem dessa menina, na prática não trouxeram possibilidades analíticas acerca do problema.

²⁸⁴ **Ibidem.** p. 87.

²⁸⁵ **Ibidem.** p. 101.

²⁸⁶ **Ibidem.** p. 105.

²⁸⁷ **Ibidem.** p. 115.

As críticas tecidas por Gomes trazem a reflexão sobre quais as finalidades reais que uma pesquisa tem e como isso deve estar muito evidente na hora de planejar, executar e analisar ela. Muitos outros pontos e momentos são ricos a metodologia de entrevistas, visto que se deve estar atenta(o) as entrelinhas das narrativas, assim como ao que as permeiam. No relatório não constam as inquietações do corpo, os desconfortos, os choros, os silêncios e as correções da própria fala, ações que também são linguagens e se perderam entre a realização das entrevistas e a escrita do relatório.

A última temática foi a de gênero, tendo Laura Duque-Arazola como especialista. Ela permeou sobre os debates da violência de gênero a partir dos dados trazidos e dos relatos das meninas, também trazendo a questão do corpo, prostituição e das relações intergrupais, tanto entre as próprias meninas como com outros grupos que dividem com elas as ruas da cidade do Recife.

A partir dessas análises feitas por elas, foram propostas ações e políticas públicas direcionadas a cada área debatida pelas especialistas. Uma propôs uma ação do projeto Adolescente Multiplicadores de Informações, já apresentado anteriormente, já outra sugeriu uma reformulação da matriz curricular do curso de medicina. Também teve a sugestão da criação de um grupo de estudos sobre infâncias e juventudes em situação de vulnerabilidade dentro da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), assim como uma reformulação na estrutura escolar e capacitação para os professores das escolas públicas e instalação de centros de apoio.

É importante salientar que o relatório só afirma que elas serão encaminhadas a instituições, mas não explica como isso será feito. Também não foi encontrado o resultado dessas propostas em outra documentação. O que pôde ser compreendido é que boa parte dessas proposições se deram de forma muito ampla, deixando o questionamento se elas poderiam de fato serem executadas e, se sim, quanto tempo levariam para ser implementadas.

O relatório *Meninas de Rua do Recife* se diferencia do *Projeto Menor-Mulher* e do livro *SOS Meninas*, no que se refere aos objetivos e a linguagem, como já posto, assim como ao público destinatário, visto que o primeiro se destinava à FEBEM e seus agentes, assim como a instituições que também trabalhavam com pautas ligadas a crianças e adolescentes; já o segundo, para além desse público, se direcionava a qualquer pessoa com interesse nessa temática. O relatório tinha como destinatárias as instituições, públicas

ou privadas, que desenvolvessem ações para a defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade econômico-social, a fim da implementação de políticas voltadas às meninas.

Contudo, independentemente da convergência ou não dos objetivos e público de destino dessas documentações, o que pôde ser analisado é que a Casa de Passagem proferia um discurso romantizado sobre a sua estrutura teórica e prática, assim como das experiências das meninas. Esses discursos eram, muitas vezes, dissonantes entre si, mas buscavam legitimar e consolidar um lugar de respeito à instituição diante de um cenário não só de violação, mas também de direcionamento dos olhares nacionais e internacionais para esses debates.

Entre práticas discursivas e sociais

No *Projeto Menor-Mulher*, que objetiva idealizar um trabalho com as meninas em situação de rua, e que veio a se tornar a Casa de Passagem, é projetado como se daria o funcionamento da instituição no que se refere ao cotidiano. Segundo a documentação, o turno da manhã seria:

utilizado para exercitar o pensar, para a reflexão, para o exercitar os músculos do corpo, para discutir os problemas e as dificuldades, planejar o dia. Levantar, acordar o corpo, exercitar o corpo, lavar o corpo, alimentar o corpo, relaxar o corpo, USUFRUIR O NÃO FAZER NADA. Desabafar as raivas, ouvir música, falar das frustrações, falar de si mesma e dos outros, queixar-se, sorrir, chorar.²⁸⁸

Já o período da tarde seria:

utilizado para produzir/trabalhar/profissionalizar. SERÁ A CONTRAPARTIDA PELO CONFORTO DA MANHÃ. Inicialmente, pelas características da menor-mulher, o trabalho será executado dentro da própria Casa: cuidados com a Casa, arrumação dos objetos pessoais e do seu canto privado, escrever as obrigações da agenda, organizar os quartos, preparar um almoço gostoso ou uma sobremesa para o jantar, fazer os deveres da sala de aula, ler um livro em voz alta e discutir o texto em conjunto, ler o jornal diário questionando as notícias que interessam, consertar as roupas, lavar e passar as roupas pessoais e da Casa, cortar os cabelos, cortar e pintar as unhas, passar um creme na pele, ir ao médico.²⁸⁹

²⁸⁸ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988. p. 24.

²⁸⁹ **Ibidem**.

E por fim, o turno da noite seria:

o espaço da alfabetização, da aprendizagem, UM ESPAÇO FACULTATIVO. Embora seja um espaço facultativo, entretanto, o trabalho, desenvolvido durante o dia, deverá motivar a aprendizagem, a alfabetização, que deverá acontecer no horário noturno. É necessário que as meninas compreendam que “o saber” da escola vai proporcionar a elas a oportunidade de ter acesso a novas oportunidades de trabalho, a um melhor salário.²⁹⁰

Considerarei importante ressaltar esse planejamento pelas possibilidades que ele traria às meninas no que tange a (re)construção de si enquanto sujeitas. O turno da manhã é apresentado como o período para “usufruir o não fazer nada”, trazendo a reflexão de como o ócio nesse momento se torna essencial para essa menina, visto que nas ruas da cidade isso não poderia acontecer com frequência, devido ao estado de alerta necessário para a sobrevivência nesse espaço urbano. A possibilidade de escolher entre exercitar o seu corpo, ouvir música ou “não fazer nada” poderia ser nova para muitas das meninas que frequentariam essa instituição.

O período da tarde “seria a contrapartida pelo conforto da manhã”, o momento da obrigação e responsabilidade consigo e com a(o) outra(o) que dividiria esse espaço com ela. Poderia ser uma oportunidade de aprendizagem no que tange ao compromisso com as atividades, como cursos profissionalizantes e até empregos; também com horários, visto que seria o momento de ir a médicos, por exemplo. Contribuiriam no aprender a lidar com o outro, trabalhar em equipe, seja na organização da casa ou na discussão em grupos após a leitura de um livro.

A noite seria “o espaço da alfabetização”. Muitas das meninas que viriam a ser atendidas pela Casa precisariam trabalhar durante o dia para a obtenção de renda, seja a partir dos cursos profissionalizantes, seja dando continuidade as estratégias de sobrevivência nas ruas. Dessa forma, a noite seria o período que restaria a elas para o momento de alfabetização. Além disso, era justamente nesse turno que era mais propício para elas a atividade da prostituição.

Na prática cotidiana da Casa de Passagem não foi possível executar essas propostas como planejadas. A instituição não funcionava a noite, tendo que organizar

²⁹⁰ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988. p. 25.

suas atividades nos turnos da manhã e da tarde, além da resistência de algumas meninas no processo educativo e dos momentos em que a verba não foi suficiente para a manutenção das atividades. Foram inúmeras as variantes que impossibilitaram a organização seguir com o seu planejamento. Todavia, o trabalho exercido por ela continuou a ser realizado, sendo reconhecido em várias esferas aqui já postas.

Nas documentações, a Casa de Passagem cita que realizou dois encontros com meninas em situação de rua na capital pernambucana, chamados I Encontro de Meninas que estão nas Rua do Recife e II Encontro de Meninas de Rua, mas não explana sobre eles. Para mais informações buscou-se notícias nos jornais da cidade, pois com a frequência que a instituição e Ana Vasconcelos apareciam nos periódicos, estas notícias não poderiam estar ausentes. Desse modo, foi encontrada uma matéria²⁹¹ de quase uma página, no Diário de Pernambuco, sobre a fundação da Casa. Nela também se falou sobre o primeiro encontro.



Figura 14: A pousada das esquecidas. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caderno Cidade. Recife, 21 de maio de 1989. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁹¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. A pousada das esquecidas. Caderno Cidade. Recife, 21 de maio de 1989. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O encontro que contou com a presença de quarenta e três meninas²⁹², aconteceu entre 14 e 17 de junho de 1989 no Seminário Cristo Rei, localizado na cidade de Camaragibe, foi veiculado pelo periódico que afirma que teve como patrocinadores a *De Vaal Foudation*, UNICEF, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, SOS Corpo, Brigada da Defesa da Mulher, Grupo Ruas e Praças, MNMMR, Comunidade dos Pequenos Profetas e FEBEM. Ainda segundo o jornal, durante os quatro dias de encontro seriam debatidos temas como droga, violência, trabalho, higiene, aborto, maternidade e automutilação.

A matéria que tem como foco a fundação da ONG, a apresenta como a “pousada das esquecidas” e traz uma fotografia de Ana Vasconcelos com as que seriam as primeiras meninas a serem atendidas pela Casa. A notícia traz algumas falas da fundadora que divergem um pouco das falas trazidas nas documentações no que se refere ao uso da linguagem. Segundo Ana:

Temos que acabar com esse problema de se tachar a menina como de rua. Ela só está na rua. Agora, o que acontece é que ninguém se dá ao luxo de querer saber o por que ela está ali. Então, temos que resgatar palavras que levem essas garotas a uma auto-estima, porque a cada dia sentem-se menos útil.²⁹³

Nesse trecho, embora a advogada afirme que será preciso um resgate de palavras para levar essas meninas a uma autoestima, o que converge com os discursos das documentações, ela afirma que se faz necessário parar de rotular essas meninas como de rua, pois elas só estão nesse espaço. O ponto em questão aqui é o uso de uma linguagem mais objetiva acerca da problemática, o que difere das documentações. Entretanto, o que permanece, seja qual for o instrumento de circulação de informação, é o olhar às singularidades de ser uma menina em situação de rua.

Esse foi o primeiro encontro realizado pela Casa, mas não foi o primeiro a ter Ana Vasconcelos como coordenadora. Em 16 de dezembro de 1988, a Brigada em Defesa da Mulher, da qual a advogada era membro, junto com o Grupo de Mães da comunidade de Brasília Teimosa, foi realizado o I Encontro de Meninas e Adolescentes de Brasília

²⁹² VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 14.

²⁹³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A pousada das esquecidas**. Caderno Cidade. Recife, 21 de maio de 1989.

Teimosa, com o apoio da UNICEF, FEBEM e da LAR²⁹⁴. O encontro contou com a participação de cinquenta meninas que dialogaram sobre suas leituras e vivências no mundo.

O II Encontro de Meninas de Rua aconteceu no ano de 1990, no Centro de Treinamento do Engenho do Meio, em Recife. Nesse encontro, foram registradas as presenças de trinta meninas em situação de rua. A então diretora da Casa de Passagem, Marileide Nascimento, afirmou ao jornal Diário de Pernambuco que, em relação ao primeiro encontro, nesse as meninas se engajaram mais, inclusive nos momentos de assistir as palestras e participar das discussões²⁹⁵.



Figura 15: **Meninas vêm em encontro como podem sair das ruas.** DIÁRIO DE PERNAMBUCO Recife, 17 de agosto de 1990. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Nesse encontro, para além das palestras e rodas de discussões, as meninas tiveram momentos de diversão, como danças, ginásticas e encenações. Sobre essa última, uma das representações levadas por elas foi a da violência policial nas ruas da cidade, em que uma

²⁹⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Adolescente debate papel que tem na sociedade.** Caderno Cidade. Recife, 17 de dezembro de 1988. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁹⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Meninas vêm em encontro como podem sair das ruas.** Caderno Cidade. Recife, 17 de agosto de 1990. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

das meninas afirmou que “isto que nós fizemos aqui [...] não chega aos pés do que passamos por aí. A lei das ruas é muito dura”²⁹⁶.

Nessa mesma matéria também é anunciado o início do projeto de profissionalização, que depois virou programa como já apresentado no capítulo anterior, a partir da construção de uma cozinha industrial²⁹⁷ a ser utilizada pelas meninas. Nessa cozinha, as meninas preparavam as chamadas quentinhas para serem distribuídas nas ruas da cidade, de forma que pudessem realizar uma atividade em equipe para ajudar outras pessoas, assim como para cozinhar para si, já dito também no capítulo dois. Para além disso, essa cozinha que integrava o programa de profissionalização, seria utilizada para a geração de renda para as meninas a partir da produção de refeições²⁹⁸.

O título da matéria é *Meninas vêm em encontro como podem sair das ruas*, e apresenta a Casa como uma instituição possibilitadora de outros caminhos para as meninas, em contrapartida das diversas situações de violações consequentes da sobrevivência nas ruas. A organização também se enxergava dessa forma, como foi discutido no decorrer do capítulo e, diante de um cenário de efervescência de políticas destinadas a crianças e adolescentes, a Casa de Passagem se destacava nacionalmente pelo trabalho direcionado às meninas. Porém, afirmar esse lugar de “renascimento” quando se refere a ela, é legitimar o discurso de que as meninas não teriam agência de si se não houvesse a/uma instituição para caminhar com ela.

As diversas ações realizadas pela Casa de Passagem eram reconhecidas nas esferas nacional e internacional. Vários olhares de instituições se voltaram para ela, inclusive proporcionando cooperações internacionais com apoio e financiamento a seus projetos. Uma dessas ações foi a criação da Companhia de Teatro Casa de Passagem, composto por meninas que eram atendidas pela instituição.

O Bolero de Raquel foi uma das encenações produzidas e representadas por essas meninas. Contava a história de Raquel, menina atendida pela ONG e que, nesse período, tinha dezoito anos. Segundo a Casa “as meninas diversificaram suas atividades e passaram a produzir peças de teatro, como *O Bolero de Raquel*, que encheu teatros e

²⁹⁶ **Ibidem.**

²⁹⁷ O Diário de Pernambuco veiculou uma matéria sobre a inauguração dessa cozinha. Para mais, ver: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Meninas de rua ganham uma cozinha**. Caderno Cidade. Recife, 11 de dezembro de 1989.

²⁹⁸ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990. p. 78.

viajou por várias capitais do Brasil”²⁹⁹. Não foi encontrado nas documentações quem foi Raquel e o que aconteceu com ela após esse momento, mas jornais do Rio de Janeiro³⁰⁰ e do Amazonas³⁰¹ veicularam a peça teatral na ocasião de uma visita do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e acerca do Dia Internacional Contra Abuso e Tráfico de Drogas.

Segundo os jornais, naquele momento Recife era considerada a “capital do turismo sexual”, se tornando importante os olhares para essa situação que não era particular a essa cidade, mas que nela era gritante. A vinda de FHC para o Recife simbolizaria uma possível atuação do governo sobre essa problemática, e como a Casa era referência no combate à prostituição, se fez fundamental a passagem dele por lá.

Nessa ocasião, a Casa de Passagem aproveitou para informar que iria cobrá-lo pela falta de interesse do governo em relação ao projeto da instituição, afirmando que “tínhamos 12 parcelas do FCBIA (hoje extinta), já fizemos até passeata, mas só recebemos duas que somam menos de R\$ 30 mil”³⁰². A escassez de financiamento governamental à instituição foi uma das motivações para as buscas pelas cooperações internacionais para apoio e patrocínio.

Uma das atrizes da peça teatral citada acima, *O Bolero de Raquel*, Alexandra Barros, ganhou o prêmio de Máscara Mais Luxuosa no concurso do Bal Masqué³⁰³ de 1996. Ela concorreu com outras nove jovens e ganhou com a máscara intitulada “Sai da Rua Menina, Mostra a Tua Máscara”, recebendo o prêmio de R\$ 800,00 reais³⁰⁴. Essa notícia foi veiculada nos jornais da cidade e mostra como a atuação da Casa de Passagem poderia se reverberar na vida das meninas que eram atendidas por ela. Nesse momento da premiação, Alexandra tinha vinte anos de idade e estava na instituição desde 1990.

²⁹⁹ VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005. p. 16.

³⁰⁰ TRIBUNA DA IMPRENSA. **Programa para menor carente quer apoio de FHC**. Caderno Nacional. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1995.; JORNAL DO BRASIL. **Ovos atinge ônibus de Cardoso**. Caderno Política e Governo. Rio de Janeiro, 08 de abril de 1995.; JORNAL DO COMMERCIO. **Dia Internacional contra o abuso e tráfico de drogas**. Caderno Direito & Justiça. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1997.

³⁰¹ JORNAL DO COMMERCIO. **FHC anuncia projeto para criança e jovem**. Caderno Nacional. Amazonas, 08 de abril de 1995.

³⁰² JORNAL DO COMMERCIO. **FHC anuncia projeto para criança e jovem**. Caderno Nacional. Amazonas, 08 de abril de 1995.; TRIBUNA DA IMPRENSA. **Programa para menor carente quer apoio de FHC**. Caderno Nacional. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1995.

³⁰³ Baile de máscaras realizado em Recife, no período das festividades de Carnaval.

³⁰⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Ex-menina de rua vence concurso**. Caderno Vida Urbana. Recife, 06 de fevereiro de 1996.

A jovem afirmou ao jornal que o prêmio não era só dela “mas de todas as meninas de rua que naquele momento tiveram a oportunidade de mostrar à sociedade a verdadeira face da nossa vida”³⁰⁵, assim como que “foi um grito de liberdade para todas nós”³⁰⁶. Esse reconhecimento da menina que por muito tempo, além de ser marginalizada era silenciada, é fundamental para que ela se enxergue enquanto agente ativo da sociedade e compreenda que a partir das oportunidades direcionadas a ela, pode-se buscar outros caminhos a seguir.

Outra repercussão da atuação da Casa de Passagem no atendimento as meninas é trazida no relatório *Meninas de Rua do Recife*, dentre as fotografias das meninas que foram citadas no tópico anterior. No ano de 1996, a instituição junto com a Polícia Federal de Pernambuco – PF/PE realizou o “resgate” de uma jovem de vinte e dois anos que era mantida como prisioneira na boate Paramaribo Diamond Night Club, no Suriname.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, a PF investigava a denúncia de que ao menos uma brasileira estava sendo mantida em cárcere privado na boate. Afirmando que a vítima seria a pernambucana Ana dos Santos Araújo, conhecida como Ana Madonna, que havia saído de Recife para trabalhar como prostituta naquele país³⁰⁷.

Em carta enviada à Casa de Passagem, organização não-governamental de apoio a meninas carentes de Recife, a garota afirma que está sendo “escravizada” pelo dono do local onde trabalha, a boate Paramaribo Diamond Night Club. Segundo a carta, o proprietário da casa apreendeu seu passaporte e a estaria explorando e maltratando. A presidente da Casa de Passagem, Ana Vasconcelos, disse que conhece a garota e que ela frequentou a instituição por quase seis anos antes de ir para o Suriname.

Essa matéria foi veiculada no dia 02 de novembro de 1996, e no dia 08 desse mesmo mês a Casa, junto a Polícia Federal de Pernambuco, Ministério das Relações Exteriores e da Embaixada do Brasil no Suriname, realizaram a operação de resgate de Ana Araújo³⁰⁸. Sobre essa ação, a instituição afirmou que:

O resgate da jovem é mais um ganho na luta da Casa de Passagem junto com meninas pobres. Pesquisas da Casa de Passagem de 1992-94 têm mostrado que 30% das jovens de baixa renda buscam a sobrevivência na prostituição. Mudar

³⁰⁵ **Ibidem.**

³⁰⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **O Bal Masqué de “cara nova” deu certo! Uma linda festa, onde a alegria contagiou quem lá pintou.** Caderno Em Dia. Recife, 10 de fevereiro de 1996.

³⁰⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. **PF investiga exploração de brasileira no Suriname.** Caderno Cotidiano. São Paulo, 02 de novembro de 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/1996/11/02/cotidiano/47.html>>. Acessado em: 05 jun 2021.

³⁰⁸ CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife.** Recife: Casa de Passagem, 1997. np.

esses números significa também inserir as jovens na sociedade cada vez mais excludente. É esta a grande tarefa da Casa de Passagem junto com as meninas de rua no Recife.³⁰⁹

As ações da organização que, ora põe a menina como *de rua* e ora *na rua*, tiveram muitos impactos positivos na vida de meninas que vivem em situação de rua ou de outras vulnerabilidades, não apenas na década de 1990, recorte temporal desse trabalho, mas também até o fim de sua atuação no ano de 2020. Acredita-se que as situações adversas geradas ou intensificadas pela pandemia do Covid-19, tenham sido uma das motivações que levaram ao encerramento das atividades da Casa de Passagem.

Entretanto, nesses pouco mais de trinta anos de atuação, a instituição passou por várias fases, desde o seu planejamento, verificação da aplicabilidade das idealizações e projetos, até os resultados de suas ações com as meninas. O trabalho singular realizado pela Casa de Passagem foi imprescindível para a luta pela defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, especialmente ao que se refere as meninas em situação de rua na chamada “capital do turismo sexual”.

³⁰⁹ **Ibidem.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de encantos mil, Veneza brasileira, capital do Nordeste, Leão do Norte ou apenas Recife, também recebera a alcunha de capital do turismo sexual durante a década de 1990. Nesse momento, a capital pernambucana foi cenário de inúmeras violências às populações periféricas e marginalizadas pela sociedade, assim como pelo Estado. Vimos no capítulo um como esse projeto de governo, disfarçado entre as entrelinhas de uma negligência, se materializava na vida de crianças e adolescentes pertencentes as classes pobres da cidade.

O Recife que era e ainda é recordado pelo seu frevo e maracatu, pelo Bolo de Rolo e Souza Leão, pela praia de Boa Viagem e seu Marco Zero, pelos movimentos e mobilizações sociais, é o mesmo Recife marcado pela trajetória repleta de desigualdades e exclusões sociais desde seus primórdios coloniais. Diante de inúmeras violações, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela efervescência das pautas em defesa de grupos marginalizados, não apenas na cidade, mas em todo o Brasil.

Nesse contexto político-social, instituições e movimentos ligados às infâncias fortaleceram a sua luta e se uniram em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente as em situação de vulnerabilidade. É nesse cenário que é fundado o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem, instituição não governamental que atuou com meninas em situação de rua, de violência doméstica e /ou sexual.

As meninas atendidas pela Casa tinham uma trajetória marcada por diversas violações, assim como por muita luta. Crianças e adolescentes que saíam de suas casas e de instituições de acolhimento, devido as violências sofridas, buscavam as ruas como uma alternativa de se sentirem livres. Mas quando chegavam lá se deparavam com outro espaço de violação, ora consideradas uma prisão, ora vistas como liberdade.

Eram múltiplas as estratégias obtidas por elas para sobreviver entre as ruas, mas três eram as mais escolhidas: a mendicância, o roubo e a prostituição. Na cidade conhecida por ser a capital do turismo sexual, o uso do corpo era constantemente visto como uma possibilidade de gerar renda e se manter, ao mesmo tempo, que era explorado e violentado por diferentes pessoas.

A partir disso, Ana Vasconcelos e suas companheiras da Casa de Passagem trouxeram propostas de atuação frente a essas problemáticas singulares as meninas em situação de rua no Recife e sua região metropolitana. Para tal, a instituição elaborou documentos a fim de evidenciar essas violações e legitimar o seu trabalho. Nessas documentações, utilizaram um discurso romantizado, a fim de chocar e alertar o leitor sobre esse universo no qual as meninas se encontravam.

Com o financiamento advindo de cooperações internacionais, destacando-se aqui a *Pommar/Usaid-Partners*, *Save the Children* e *De Vaal Foudation*, a Casa desenvolveu diversos projetos, oficinas e cursos profissionalizantes com as meninas atendidas por ela, assim como jovens e mulheres das comunidades periféricas da Região Metropolitana do Recife. Essas ações foram imprescindíveis na vida de muitas crianças e adolescentes que passaram por ela.

Hoje me lembro da adolescente que conheci nas ruas da cidade em 2013. Penso em como ela pode estar hoje, se está viva, se ainda vive pelas ruas; ou se conseguiu um emprego e hoje mora em um lar... Penso se teve o bebê fruto da violência de seu padrasto. Após a construção desse trabalho eu penso como teria sido a vida dessa menina se ela tivesse passado pela Casa de Passagem. Talvez nada tivesse mudado, ou quem sabe os caminhos pudessem ter sido diferentes...

A Casa de Passagem realizou um trabalho que possibilitou as meninas novos caminhos fora das ruas violentas da cidade. Foi um lugar onde elas poderiam ser cuidadas e cuidar de si, assim como cuidar das outras. Socializar e contribuir com outras meninas que passaram por situações semelhantes à delas.

A instituição buscou não apenas garantir saúde, lazer e educação a essas meninas que sofriam violência doméstica e sexual, e posteriormente às meninas das comunidades, buscou também realizar um trabalho de prevenção, em que as próprias meninas que passaram por lá ajudariam a outras que desejassem seguir o mesmo caminho.

Para além de todas as ações diárias promovidas e realizadas pela Casa de Passagem, a instituição possibilitou com que essas meninas tivessem uma perspectiva de futuro para si. Pensar em um possível futuro educacional, profissional ou familiar poderia ter um significado imensurável para alguém que não tinha nem uma oportunidade de transformar o seu próprio presente.

Conhecer e analisar a trajetória e atuação da Casa de Passagem é também compreender as histórias dessas meninas. Entender que o ser menina não significava ser apenas isso, mas que ao seu gênero eram somados outros marcadores sociais que as definiam perante o olhar excludente e higienizador da sociedade.

Estudar essas questões postas acima é fundamental para compreender as múltiplas infâncias que há no mundo, mas também compreender as particularidades delas, que aqui se materializa nas experiências de ser menina em situação de rua no Recife, na década de 1990. Ante um crescimento quantitativo, e também qualitativo, no que se refere ao número de trabalhos historiográficos na área da História das Infâncias, se faz necessário explorar as especificidades de ser menina frente a um cenário de silenciamento e negação de seus direitos.

FONTES

- **Arquivo Estadual Jordão Emerenciano**

Hemeroteca: *Jornal do Commercio*

JORNAL DO COMMERCIO. **Meninas podem sobreviver nas ruas.** Caderno Cidades, Recife, 1 de setembro de 1991. APEJE.

JORNAL DO COMMERCIO. **Sexo e drogas: a vida do menor abandonado.** Caderno Variedades. Recife, 18 de abril de 1990. APEJE.

- **Atlas**

Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife – 2005

PREFEITURA DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife.** Recife: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2005. 1 Atlas.

- **Biblioteca Nacional Digital**

Hemeroteca: *Diário de Pernambuco, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Tribuna da Imprensa*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A pousada das esquecidas.** Caderno Cidade. Recife, 21 de maio de 1989.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Adolescente debate papel que tem na sociedade.** Caderno Cidade. Recife, 17 de dezembro de 1988.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Aposentado prova que recebe menos a cada mês.** Caderno Cidade, Recife, 20 de setembro de 1987. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Ex-menina de rua vence concurso.** Caderno Vida Urbana. Recife, 06 de fevereiro de 1996.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Juiz critica atuação de ONGs no Estado.** Caderno Entrevista. Recife, 02 de outubro de 1995.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Meninas de rua, livro a ser lançado na 5ª no auditório da OAB.** Caderno Cidade, Recife, 15 de setembro de 1988. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Menor já tem onde fazer denúncias.** Caderno Cidade. Recife, 13 de outubro de 1988.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Meninas vêm em encontro como podem sair das ruas.** Caderno Cidade. Recife, 17 de agosto de 1990.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **O Bal Masquê de “cara nova” deu certo! Uma linda festa, onde a alegria contagiou quem lá pintou.** Caderno Em Dia. Recife, 10 de fevereiro de 1996.

JORNAL DO BRASIL. **Diretoria renuncia e abre crise da Funabem.** Caderno Cidade, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. **Nova política da Funabem vai acabar com internatos.** 1º Caderno, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO COMMERCIO. **FHC anuncia projeto para criança e jovem.** Caderno Nacional. Amazonas, 08 de abril de 1995.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Programa para menor carente quer apoio de FHC.** Caderno Nacional. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1995.; JORNAL DO BRASIL. **Ovos atinge ônibus de Cardoso.** Caderno Política e Governo. Rio de Janeiro, 08 de abril de 1995.

- **Casa de Passagem**

CASA DE PASSAGEM. **Meninas de Rua do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **SOS Meninas**. Recife: Casa de Passagem, 1990.

VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de; CASTELLI, Nilvana Nanni de; MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Projeto Menor-Mulher**. Recife, 1988.

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística do Registro Civil: gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. v. 29.

- **Legislações**

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 15 mar 2020.

- **Musicografia**

É O TCHAN. **Pau que nasce torto (Melô do Tchan)**. Polygram, 1995.

REGINALDO ROSSI. **Recife minha cidade**. São Paulo: EMI Music, 1994.

SANDY E JÚNIOR. **Maria Chiquinha**. Polygram, 1991.

- **RTP Arquivos**

FILGUEIRAS, Ana. **Ana Filgueiras**: entrevista [jan. 2003] Entrevistadora: Ana Sousa Dias. Lisboa, entrevista concedida ao programa Por Outro Lado. Disponível em: <

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ana-filgueiras/>>. Acesso em: 11 abr 2021. Transcrição: Ana Gabriella do E. Santo.

- **Sites de Internet**

AGUIAR, Plínio. Abuso e violência: 70 mil crianças e adolescentes vivem em situação de rua, diz ong. **R7**. São Paulo: 20 fev 2019. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/sao-paulo/abuso-e-violencia-70-mil-criancas-vivem-em-situacao-de-rua-diz-ong20022019>>. Acesso em: 23 abr 2020.

ASSEPSIA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/assepsia/> >. Acesso em: 14 mai 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PF investiga exploração de brasileira no Suriname**. Caderno Cotidiano. São Paulo, 02 de novembro de 1996. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/02/cotidiano/47.html>>. Acessado em: 05 jun 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. UNICEF Brasil. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 20 mar 2021.

UNICEF. **Políticas, Monitoramento e Cooperação**. UNICEF Brasil. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/politicas-monitoramento-e-cooperacao> >. Acesso em: 20 mar 2021.

- **Software**

RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: Atlas municipal. Recife, 2005. Software.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

_____. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BACELAR, Tânia; ARAUJO, Tarcísio Patrício. **Recife: Desenvolvimento e desigualdade**. Desenvolvimento Humano no Recife. Atlas Municipal. Recife, 2005.

BARROS, Cleyton Souza; DORNELAS, Juliana Gomes; SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. Por Entre Fragmentações E Resistências: A Música Brasileira Nos Anos 90. **Revista Virtú** (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V. 2. São Paulo: Difusão Europeia, 1949.

BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem: Estudos e Pesquisas**. Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011.

BRITO, Eleonora. **Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

BRITO, Rose Kelly Correia de. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CADORE, Nathália Boni. **As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990**. In: XV Encontro Estadual de História: 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado, 2014, Florianópolis.

CARAVELAS, Luciana. **A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Casa de Passagem, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michael de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CRENSHAW, Kimberle W. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2020.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno completo. **Revista Paideia**. Ribeirão Preto, vol. 20, n. 45, jan.-abr. 2010, p. 123-131.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Florianópolis, v. 4, n. 1. p. 05 – 22, jan/jun. 2012.

_____. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A trajetória de democratização da gestão municipal em Recife e Salvador: escolhas políticas e processo decisório. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.10, n.27, p. 141 - 158. mai/ago. 2003.

FERREIRA, Brasília Carlos. Memória, Tempo, Narrativas. **Revista Política e Trabalho**, v. 12, p. 126-138, 1996. Disponível em:<<http://www.oocities.org//collegetpark/library//8429/12-ferreira.html>>. Acesso em: 02/07/2017.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p. 43 -59, jan/jun 2012.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

_____. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 245p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do Saber**. Ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>>.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONG's**. Revista Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v.5., n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GOMINHO, Zélia. de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de bolso, 1997. Disponível em: < <http://lelivros.love/book/baixar-livro-sobre-historia-eric-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 23 abr 2020.

KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiás, Ano XIII nº 11, p. 98-108, dez 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **O percurso histórico das ongs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Ludmila Gonçalves. **Diálogos sobre a História Social da Infância e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. 212. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Casa de Passagem no atendimento sistêmico à Criança, ao Adolescente e à Família**. Recife: Casa de Passagem, 2008.

MIRANDA, Humberto da Silva. A Febem, o Código de Menores e a “Pedagogia do Trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História**, São Paulo, n.55, pp.45-77, Jan.-Abr. 2016.

_____. **Meninos, Moleques, Menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MOURA, Vera Lúcia Braga de Moura. **A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Todo mundo na rua de blusa amarela. **Revista de História da Biblioteca Nacional: 1985: Democracia do horizonte**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 114, p.1621, março 2015.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2ª edição. Editora UFPE. Recife, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1991.

SCOTT, Russell Parry. **O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 38-47, 1990.

SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho: ocupação, instituição e práticas culturais 1940-1960**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 1137-1157, 2006

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas, Universidade de Campinas. Campinas, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. **Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida**. Recife: Ed. do Autor, 2005

VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco imperial (1860-1888). In: MIRANDA, Humberto da Silva; VASCONCELOS, Maria Emília (orgs.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007